

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

Márcia Pereira Pedroso

Entre “Devoradores de Slogans” e “Técnicos de Plantão”: representações
sociais e ideologias para manutenção da prisão

Porto Alegre

2010

Márcia Pedroso

Entre “Devoradores de Slogans” e “Técnicos de Plantão”: representações
sociais e ideologias para manutenção da prisão

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helena Beatriz K. Scarparo

Porto Alegre
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P372e Pedroso, Márcia
Entre “Devoradores de slogans” e “Técnicos de plantão”:
representações sociais e ideologias para manutenção da
prisão / Márcia Pedroso. – Porto Alegre, 2010.

111 f.

Tese (Doutorado em Psicologia) – Fac. de Psicologia,
PUCRS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helena Beatriz K. Scarparo

1. Psicologia Social. 2. Representação Social.
3. Ideologias. 4. Sistema Penitenciário – Brasil.
I. Scarparo, Helena Beatriz K. II. Título.

CDD 301.1

Márcia Pedroso

Entre “Devoradores de Slogans” e “Técnicos de Plantão”: representações
sociais e ideologias para manutenção da prisão

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutora em Psicologia.

AVALIADA PELA BANCA EXAMINADORA EM 10/01/2011

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helena Beatriz K. Scarparo

Membro Examinador: Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi

Membro Examinador: Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva

Membro Examinador: Prof^a. Dr^a. Aline Reis Calvo Hernandez

AGRADECIMENTOS

Ao meu mestre Professor Pedrinho A. Guareschi, que me acolheu tão fraternamente em seu grupo de pesquisa, me fazendo em todos os momentos me sentir em casa e me ensinou que “há mistérios nascendo por cima das palavras desordenadamente...”¹.

Na pessoa do Professor Pedrinho, agradeço também aos colegas do grupo de pesquisa e nossos deliciosos momentos de troca.

A querida Helena Beatriz Scarparo que tão desprendidamente se dispôs entrar comigo em um “barco andando” e foi solidária, com sua presença delicada e essencial.

Ao meu esposo Cristiano Bernardes que com sua paciência e amor garantiu a sobrevivência de nosso casamento ao mestrado e ao doutorado. Obrigada por me lembrar de respirar.

A nossa família - minha mãe Mônica, minha irmã Andréia e seu esposo Cristiano, meus sogros Ana e Vergilino, minha cunhada Fernanda, minha cunhada Gabriela e seu esposo Vinicius e meus sobrinhos Pedro e Guilherme - com suas distintas manifestações de conforto, carinho e auxílio.

Por fim, agradeço com grande afeição, a todas as pessoas presas com quem convivi no último ano. A confiança depositada em mim e nossas longas trocas de idéias. Espero não decepcioná-las.

¹ Tomei esse caco de Manoel de Barros (2010, p.179), para falar sobre a presença do Prof. Pedrinho em minha vida, por que minhas palavras são curtas pra isso.

RESUMO

Esta tese buscou efetuar levantamentos dos repertórios simbólicos construídos acerca das pessoas presas, dos presos em potencial e da instituição prisional como personagens de livros, artigos e jornais. Empregamos a teoria das representações sociais como instrumento para a compreensão do estabelecimento das fronteiras entre as pessoas libertas e as pessoas presas e buscamos conhecer seus empregos ideológicos. Nossa problematização possui o intuito de contribuir para a discussão sobre a construção de protótipos, a formação de modelos e a cristalização de discursos que constroem ou mantêm relações de dominação e sustentam a instituição prisional incrustada e inquestionada em nosso tempo, enquanto alternativa para manter a sensação de segurança e de ordem social. Trouxemos a tona nesse trabalho, três argumentos que, a nosso ver, são a base para a permanência histórica das prisões em nosso país: o primeiro deles seria a retórica reformista moderna, que gera a sensação de se estar sempre vivendo em um projeto inacabado de sociedade e que, por conseqüência, precisa ser continuado e aprimorado dentro da mesma lógica, até seu esgotamento; o segundo seria a permanência ou a perenização de uma ideologia prisional, que gira sempre em torno de si mesma, produzindo e sendo produzida por uma espécie de “presenteísmo midiático alienante”, inventor de crises instantâneas que descolam a instituição prisional de seu contexto sócio-histórico e alimentam a lógica da falta; e por fim, um terceiro aspecto, que se refere à estreita relação entre a história das prisões no Brasil e a antropologia criminal, com sua tomada do ser humano pela via do determinismo biológico e da patologia.

Palavras-chave: psicologia social – representações sociais – ideologia – instituição prisional

Número da área do CNPq: 7.07.05.00- (Psicologia Social)

ABSTRACT

The thesis is intended to investigate the symbolic repertoires constructed about inmates, potential inmates and the penal institution, as characters of books, articles and newspapers. We make use of the theory of social representations as a tool for understanding the establishment of boundaries between former inmates presently in freedom and inmates still in prison. We try to understand the ideological uses of these social representations. Our questioning has the intention to contribute to the discussion on the construction of prototypes, the formation of models and crystallization of discourses that create or maintain relations of domination and perpetuate the prison institution implicates and unquestioned in our times, as an alternative to maintain the sense of security and social order. We bring to the fore in this work three arguments that, in our point of view, are the presupposition for the historic maintenance of the prisons in our country: the first would be the modern reformist rhetoric, which generates the feeling of being always living in an unfinished project of society and, consequently, it must be continued and enhanced within the same logic, until exhaustion; the second would be to continuation and perpetuation of a prison ideology, that keeps turning around itself, producing and being produced by a kind of an "alienated mediatic presenteeism", creator of instant crises, that separates the prison institution of its socio-historical context, and feeds a logic of lacking; and, finally, a third aspect, which refers to the close relationship between the history of prisons in Brazil and the criminal anthropology, that assumes human being as a product of biological determinism and pathology.

Keywords: social psychology - social representations - ideology - the prison institution.

Area according to classification CNPq: 7.07.05.00- (Social Psychology)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE FIGURAS	9
INTRODUÇÃO	10
Temática da Tese	12
Objetivos	13
Metodologia	14
Questões de Pesquisa	15
Apresentação da Tese	17
1. AS PRISÕES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A PERMANÊNCIA DO ENCARCERAMENTO NO BRASIL	19
1.1. Introdução	19
1.2. Contexto de pesquisa: diferentes perspectivas sobre a história das prisões.....	20
1.3. As penas e a prisão	23
1.3.1. Da custódia à reforma: o que fez do Brasil, Brasil	25
1.3.2. Um porto alegre é bem mais que um seguro?.....	33
1.3.2.1. A fisionomia do crime no Rio Grande do Sul	37
1.4. Considerações finais: a prisão brasileira a serviço	40
1.4.1. A retórica reformista moderna e a armadilha do projeto inacabado	42
1.4.2. O “presenteísmo midiático alienante” inventor de crises instantâneas ..	45
1.4.3. O espírito lombrosiano e eugênico: o criminoso como origem do crime e a violência técnica na busca pelas justificativas das desigualdades sociais	48
Referências.....	54
2. “QUEM CONTROLA O PASSADO CONTROLA O FUTURO”: A INVENÇÃO DE UMA CRISE PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL.....	57
2.1. Introdução	57
2.2. Metodologia	60
2.3. Discussão dos Resultados.....	64
2.3.1. O “Ministério da Verdade” e o presenteísmo para invenção de um projeto original de sucesso para as prisões.....	64
2.3.2. O “Inimigo do Povo” e os “Dois Minutos de Ódio”: a criação de um inimigo em comum pelo receio das consequências	70
2.3.3. Os “Devoradores de slogans” e as “novas velhas” soluções para os “novos velhos” problemas	75
2.4. Considerações finais.....	78
Referências.....	81
3. OS TÉCNICOS DE PLANTÃO E A DIFUSÃO MIDIÁTICA DE DISCURSOS NEO-LOMBROSIANOS	83
3.1. Introdução	83
3.2. Os discursos.....	88
3.3. Considerando os pressupostos em comum e problematizando os discursos neo-lombrosianos.....	91
3.4. Considerações finais: os técnicos de plantão e seu espaço na mídia	98
Referências.....	103
ANEXO 1	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Coleta de dados, Tratamento analítico	15
Tabela 2 Manchetes de Jornais	46
Tabela 3 Ocorrências acessadas por “Caos nos Presídios” de jan/2008 a set/2009	61
Tabela 4 O “Ministério da Verdade”	67
Tabela 5 O “Inimigo do Povo” e os “Dois Minutos de Ódio”	73
Tabela 6 Os “Devoradores de Slogans”	76
Tabela 7 Discursos Lombrosianos e neo-lombrosianos	88
Tabela 8 Discursos Lombrosianos e neo-lombrosianos com referências.....	105

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa Representacional	63
---	----

INTRODUÇÃO

A prisão tem sido durante muito tempo um dos escoadouros dos não-aceitos: pessoas pobres, desassistidas e estigmatizadas. Ela “foi planejada como fábrica de exclusão [...] de pessoas habituadas à sua condição de excluídas” (BAUMAN, 1999, p. 121) e pertencentes à legião do incompreensível.

Fundamentalmente, duas estratégias são usadas para tratar o incompreensível, o diferente. “Uma (...) antropofágica: aniquilar os estranhos devorando-os e depois, metabolicamente, transformando-os num tecido indistinguível do que já havia” (BAUMAN, 1998, p. 28-29). Essa estratégia torna o estranho conhecido, porque o assemelha, ou o assimila, mas, de qualquer forma, o reduz. “A outra estratégia (...) antropoêmica: vomitar os estranhos, bani-los dos limites do mundo ordeiro e impedi-los de toda comunicação com os do lado de dentro” (BAUMAN, 1998, p. 28-29).

Neste repertório de estratégias, o cárcere acaba assumindo tentativas de assimilação, com táticas de escrutínio do estranho através de “saber, técnicas, discursos científicos [que]² se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir” (FOUCAULT, 1987, p. 23). Ao mesmo tempo, banindo, ou destruindo, com táticas de apartheid e marcas impostas aos sujeitos segregados (GOFFMAN, 1988).

No cotidiano, lado a lado a essa problemática, ou intrínsecos a ela, estão os discursos, as narrativas que versam sobre a prisão e seus hóspedes, construindo idéias acerca de quem deve ou não freqüentá-la e de como ela deve ser. Discursos que pregam a imprescindibilidade do cárcere e esquematizam fronteiras imaginárias que separam quem lá está dos que lá não estão, construindo representações sobre o cárcere e seus personagens, em contraposição às representações dos personagens que estão fora dele.

² A intervenção entre colchetes é nossa.

Para o entendimento deste processo de construção das narrativas, onde determinadas concepções se esvaem, enquanto outras se solidificam, ganham forma como retórica e se popularizam, é necessário um levantamento meticoloso do repertório simbólico construído acerca da pessoa presa, dos candidatos à prisão e das prisões. Para isso, é preciso tomá-los como objeto das representações sociais que valoram e hierarquizam a realidade e, a partir disto, transferem “o que nos perturba, o que ameaça nosso universo, do exterior para o interior, do longínquo para o próximo” (MOSCOVICI, 2003, p. 56), do incógnito para o supostamente decifrável ou classificável.

Em meio a essas tramas simbólicas de assimilação e separação, como um elemento de poder inquestionável a essa composição, estão as “fábricas mundiais de opinião” (GALEANO, 2008, p.51). São as diferentes mídias ou, como usualmente é referida em sua totalidade, simplesmente a mídia, incluindo aí, diferentes meios técnicos formadores de opinião como televisão, livros, jornais, revistas. As pessoas presas, que já estiveram na prisão ou presos em potencial, são alvos da mídia das mais variadas formas, com obras que tratam ou da pessoa presa, ou da instituição prisional, sendo ricas em textos e “conotações” (TURNER, 1997). Tais conotações podem ser exploradas, colaborando para o entendimento do processo de construção das representações sociais sobre estes temas e da naturalização de suas formas de existência.

Seja na literatura, nos jornais, ou no cotidiano, essas representações são transversalizadas por olhares e discursos do senso comum e da ciência. Esses discursos são amalgamados em teorias que buscam, para separar ou para assimilar, definir, dissecar, dominar – enfim, desproblematizar, extraindo os fenômenos do desconhecido para um conhecimento comum. O processo de escrutínio é próprio à constituição das representações sociais, que possuem a finalidade de tornar algo estranho, familiar (OLIVEIRA & WERBA, 2003). É desta forma que “o mundo da vida cotidiana proclama-se a si mesmo” e, assim, é preciso um esforço deliberado no sentido de contestar essas proclamações

(BERGER & LUCKMANN, 2008, p.41), ou relançá-las como problema, desnaturalizando sua existência.

Temática da Tese

Frente a esta discussão, propomos as representações sociais sobre a pessoa presa, dos presos em potencial e da instituição prisional veiculados pela literatura, por periódicos especializados e pelos jornais, como motes para esta tese. Objetivamos empregar a teoria das representações sociais como um instrumento para a compreensão dos processos simbólicos de construção de alguns dos discursos midiáticos e sobre as fronteiras imaginárias criadas nesses discursos, entre e o **nós** – fora do cárcere – e o **eles** – os encarcerados ou encarceráveis (ELIAS & SCOTSON, 2000).

Ao problematizar as representações sociais sobre a pessoa presa e a instituição prisional, esperamos seguir o árduo debate sobre a desconstrução de protótipos, bem como, questionar a formação de modelos e a cristalização de discursos. Esses modelos, muitas vezes, se constituem em formas de se assegurar terrenos de saber e de poder, conservando a instituição prisional incrustada e quase inquestionada, enquanto alternativa para manter a sensação de segurança e de ordem social.

Se a pessoa presa é tomada como alvo de confabulações fixo-dinâmicas do senso comum e da ciência – como depositária de uma auto-imagem negativa do coletivo, a respeito de um **outro** responsável pelas mazelas sociais – a partir de suas representações sociais podem ser erigidas “relações de dominação” (GUARESCHI, 2005, p. 94). O social é cheio de divisões e compartimentações entre grupos, classes, sexos. Essas divisões ganham corpo, porque são naturalizadas e defendidas nos discursos científicos e cotidianos das representações que justificam e legitimam os aparatos institucionais de controle.

O estudo das representações sociais sobre a pessoa presa, os presos em potencial e a instituição prisional em diferentes mídias pode revelar os empregos ideológicos e repetitivos das representações sociais, ou do uso das formas simbólicas que amparam relações de dominação (THOMPSON, 1995). Pois “enquanto as rotinas da vida cotidiana continuarem sem interrupção, [serão]³ apreendidas como não problemáticas.” (BERGER E LUCKMANN, 2008, p.41). A

... compreensão deste processo é fundamental para se entender o mundo de hoje, um mundo que é sempre mais atravessado por redes institucionalizadas de comunicação e em que as experiências das pessoas estão cada vez mais mediadas por sistemas técnicos de produção e transmissão simbólica (THOMPSON, 1995, p. 21).

Objetivos

De forma a sistematizar o exposto acima, consideramos então que esta tese delinea como objeto de pesquisa as representações sociais da pessoa presa, dos presos em potencial e da instituição prisional veiculadas pela mídia, tendo os seguintes objetivos específicos: **(1)** efetuar levantamentos dos repertórios simbólicos construídos acerca das pessoas presas, dos presos em potencial e da instituição prisional, como personagens de livros, artigos e jornais, tomando-os como objetos das representações sociais; **(2)** empregar a teoria das representações sociais e o processo de constituição das representações como instrumentos para a compreensão da construção de possíveis oposições binárias, ou seja, entender como se estabelecem as fronteiras entre o nós/eles, as antíteses entre o liberto e a pessoa presa; **(3)** buscar conhecer os empregos ideológicos das representações sociais; **(4)** problematizar as representações sociais da pessoa presa, dos presos em potencial e da instituição prisional, no intuito de contribuir para a discussão sobre a construção de protótipos, a formação de modelos e a cristalização de discursos, como forma de assegurar terrenos de saber e de poder, e de modo a construir ou manter relações de dominação, sustentando a instituição

³ A citação original utilizava o verbo ser no presente “são”, para melhor entendimento no contexto da frase utilizamos o verbo ser no futuro “serão”.

prisonal incrustada e inquestionada em nosso tempo, como alternativa para manter a sensação de segurança e a ordem social.

Metodologia

Buscamos aqui, um modo de esclarecer o leitor sobre os caminhos percorridos e não uma forma de assegurar a idéia de que esses caminhos tenham sido assépticos e que suas conclusões tenham sido conquistadas por rígidas prescrições. Pois, para eleger o que é ou não importante comunicar, o envolvimento do pesquisador com o material pesquisado é total, no sentido de fazer parte da pesquisa construída e de entender que em cada palavra dela, há uma entrega do pesquisador à interpretação, a seu modo, dos dados encontrados. Partimos, portanto, da consciência de que “um elemento essencial da atividade científica [seja]⁴ comunicar, e isto impli[que] em persuadir os ouvintes que algumas coisas são importantes e outras não” (BAUER & GASKELL, 2002, p.21).

Além disso, assim como “não há um modo ótimo de fazer pesquisa social...”, queremos, como propõem Bauer e Gaskell (2002, p. 22), “... superar a lei do instrumento, segundo a qual uma criança que só conhece o martelo pensa que tudo deva ser tratado a marteladas”. Então, aqui é o momento de assumir que de fato não tínhamos um “como” até estarmos construindo cada artigo e que, a partir do contato com a emergência dos dados, foi criada uma forma de organizá-los e de interpretá-los. Nossa tentativa de deixar claros nossos métodos e procedimentos, como propõem os autores acima, é uma prestação de contas pública, sobre a forma como chegamos e onde chegamos. Para tanto, as minúcias da metodologia de cada artigo, estarão descritas no próprio corpo dos artigos, estando a seguir, apenas uma idéia geral do tipo de proposta de cada um.

⁴ Modificamos o tempo de duas palavras na frase, para que ela assumisse melhor a concordância do texto.

Tabela 1 Coleta de dados e tratamento analítico

Método Estudo	Estratégia de Coleta de Dados	Tratamento Analítico
1º Artigo	Revisão bibliográfica	Revisão bibliográfica
2º Artigo	Qualitativa – recortes de textos de jornal.	Análise de conteúdo
3º Artigo	Qualitativa – recortes de textos de livros, revistas, artigos científicos.	Análise de conteúdo

Fonte: confecção própria

Questões de Pesquisa

Primeira problemática: Como se apresentam os repertórios simbólicos que constituem as representações sociais das pessoas presas, dos presos em potencial e da instituição prisional na literatura, artigos e jornais pesquisados? A inquietação social diante da situação das pessoas presas disfarça-se ora de discursos intolerantes, ora de discursos comovidos e estes discursos podem ser alvo da exploração de obras literárias ou científicas, e de jornais de notícias. Um jornal, por exemplo, “representa até certo ponto o mundo para um grupo de pessoas, caso contrário elas não o comprariam. E, nesse contexto, o jornal se torna um indicador desta visão de mundo” (BAUER & GASKELL, 2002, p.22). Ao mesmo tempo, um jornal e ou uma obra literária podem ser uma interpretação amálgama entre os diversos discursos sociais. De qualquer modo, esses veículos proferem “propostas de mundo” (JOVCHELOVITCH, 2008, p.171) que precisam ser compreendidas. Então, agrega-se a esta problemática a seguinte questão: como se apresentam nessas mídias essas “propostas de mundo” acerca da pessoa presa, dos presos em potencial e da instituição prisional?

Segunda problemática: Quais as formas de ancoragem e objetivação, e como são utilizadas essas representações? Esta problemática emerge de um entendimento de que existam no mínimo dois processos nas representações sociais, que auxiliam na sua construção: a ancoragem e a objetivação. Estes dois processos trabalham no sentido de que a representação social possui o objetivo de tornar o não-familiar familiar (MOSCOVICI, 2003). Por ancoragem, entendemos o sistema de encaixe e de nomeação do novo, de sua classificação, hierarquização, dentro dos saberes e valores já íntimos. Por

objetivação, entendemos a transformação do novo saber, do novo conceito em imagem, sua naturalização como algo físico, concreto. Isso envolve a constituição das representações sociais para familiarizar o público com o assunto que está sendo tratado, de modo que as informações veiculadas não sejam rejeitadas e se dirijam ao encontro de uma linguagem comum entre produtores e expectadores (BERNARDET, 2004). Essa problemática concilia o estudo da representação social da pessoa presa e da instituição prisional à análise cultural que “é o estudo da construção significativa e da contextualização social das formas simbólicas” (THOMPSON, 1995, p. 263). Questionamos então: quais os empregos ideológicos, as comparações, associações, classificações, hierarquizações, reificações e naturalizações que constituem as representações sociais sobre a pessoa presa? E como essas catalogações se relacionam à permanência histórica da prisão brasileira?

Terceira problemática: O que legitima, nos discursos, a construção de protótipos, a formação de modelos e a cristalização desses discursos, como forma de assegurar terrenos de saber e de poder, de modo a construir ou manter relações de dominação, sustentando a instituição prisional incrustada e inquestionada em nosso tempo, como alternativa para manter a sensação de segurança e a ordem social? Entendemos que os discursos cotidianos da mídia sobre a situação do sistema carcerário esboçam idéias sobre o modo como a sociedade lida com o problema do encarceramento: tipos de soluções propostas; situações que geram ou não inquietação e comoção social; modos de interpretar os problemas e especular suas “causas” e suas conseqüências (MATSUMOTO, 2009). Esses discursos, inúmeras vezes apresentam oposições binárias entre a pessoa presa e aquelas que serão alvo potencial da prisão e as demais, estabelecendo fronteiras eles/nós, antíteses convincentes entre o liberto e a pessoa presa. O distanciamento gerado pela ilusória binariedade de posições – bandido/cidadão de bem, engendra mecanismos de recrudescimento dos aparelhos de controle e penalização. Com isso em mente questionamos: de que forma a literatura, os artigos e os jornais estudados apresentam o problema e propõem soluções? Que elementos dessas

“propostas de mundo” (JOVCHELOVITCH, 2008), posicionam-se no sentido de assegurar a permanência histórica das prisões como mecanismos de controle social?

Apresentação da Tese

Essa tese é composta por três artigos que buscam discutir alguns elementos que, imbricados, constituem-se nos argumentos representacionais que legitimam e naturalizam a permanência histórica das prisões em nosso País. Entendemos que a complexidade que envolve a questão prisional não permite que encerremos todos os aspectos, nem sequer muitos, que a envolvem, em um trabalho. No entanto, permite que apontemos, para um recorte muito específico daqueles aspectos que pensamos serem alguns dos pressupostos que trabalham dentro da lógica prisional e a alimentam. Nesse sentido, com a humildade que requer o tema, desenvolvemos nos três artigos, três questões que pensamos ser, a nosso ver, aspectos fundamentais para nossa discussão.

Em nosso primeiro artigo, buscamos fazer uma breve revisão da história das prisões Brasileiras e sul-rio-grandenses, com a intenção de buscar nessa história os elementos constitutivos das representações da instituição prisional e de seu público no país. Desejamos encontrar alguns argumentos que mantêm o encarceramento legitimado, como alternativa válida para a execução das penas no Brasil, apesar de tantas discussões a respeito da prisão e das afrontas provocadas dia-a-dia aos direitos humanos fundamentais por esse modo de aplicação de penas.

O objetivo de nosso segundo artigo é discutir a visão do Site e do Jornal Zero Hora sobre a questão penitenciária no Rio Grande do Sul. Buscamos no texto mapear as táticas ideológicas e as representações da instituição prisional e da pessoa presa, difundidas por esse veículo e pensar quais os principais argumentos utilizados pelo Jornal Zero Hora para discutir a questão prisional no Rio Grande do Sul e como eles possuem implicações em

sua permanência e legitimação. Nele, apontamos para o fato de que a permanência histórica ou a perenização de uma ideologia prisional, que gira sempre em torno de si mesma, produz-se e é produzida, por uma espécie de presenteísmo midiático alienante, inventor de crises instantâneas que descolam a instituição prisional de seu contexto sócio-histórico.

E, por último, o terceiro artigo, se refere à estreita relação entre a história das prisões no Brasil e a antropologia criminal, com sua tomada do ser humano pela via do determinismo biológico e da patologia. Nele temos o objetivo de problematizar a disposição do saberes técnicos em fazer o escrutínio das diferenças e sua hierarquização e de mostrar a atualidade dessa questão, analisando as semelhanças entre pensamentos técnico-científicos contemporâneos popularizados e a antropologia criminal do século XIX, em discursos a que chamarei de “neo-lombrosianos”. Problematizaremos também, os significados da representatividade midiática ocupada por esses saberes e o poder deles na reificação representacional das diferenças.

Ao final de nossa aventura pela revisão teórica e pela análise dos dados apresentados, procuraremos apresentar nossa aproximação das problemáticas propostas, quais sejam: como se apresentam nas mídias analisadas as propostas de mundo acerca da pessoa presa, dos presos em potencial e da instituição prisional; quais os empregos ideológicos dessas propostas e como eles posicionam-se no sentido de assegurar a permanência histórica das prisões como mecanismos de controle social.

Consideramos importante mencionar que nossos quatro anos de incursões sobre o tema nos deram a dimensão do quanto não sabemos sobre ele, da cautela necessária para nos aproximar e, ao mesmo tempo, da necessidade premente de tentar essas aproximações. Adquirimos também, a ciência, principalmente, da impossibilidade de finalizar, mesmo que precariamente, qualquer discussão que se proponha a mencioná-lo. Portanto aqui, levantaremos discussões que precisam do auxílio de todos que se dispuserem a discutir conosco.

1. AS PRISÕES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS A CERCA DA PERMANÊNCIA DO ENCARCERAMENTO NO BRASIL

1.1. Introdução

A proposta deste artigo é fazer uma breve revisão da história das prisões Brasileiras e sul-rio-grandenses, com a intenção de buscar nessa história os elementos constitutivos das representações da instituição prisional e de seu público no país. A inquietação que buscamos responder ao final dessa exposição é: que argumentos mantêm o encarceramento legitimado como alternativa válida para a execução das penas no Brasil, apesar de tantas discussões a respeito da prisão e das afrontas provocadas dia-a-dia aos direitos humanos fundamentais por esse modo de aplicação de penas?

Para responder a essa questão buscamos, além de remeter-nos à história das prisões nesse contexto específico, discorrer sobre como as representações sociais são fundamentais nessa discussão, trazendo à tona três elementos imbricados que, sob a nossa perspectiva, são a base para essa permanência histórica das prisões em nosso País. O primeiro deles, apontado por Silva (1997), seria a retórica reformista moderna⁵, que gera a sensação de se estar sempre vivendo em um projeto inacabado de sociedade e que, por conseqüência, precisa ser continuado e aprimorado dentro da mesma lógica, até seu esgotamento. O segundo, que consideramos decorrência do anterior, seria a permanência histórica ou a perenização de uma ideologia prisional, que gira sempre em torno de si mesma, produzindo e sendo produzida por uma

⁵ Quando se refere aqui a retóricas modernas, se utiliza o termo com o sentido esclarecido por Silva (1997): ele afirma que a modernidade não deve ser tomada como um processo de caráter homônimo – a mesma coisa em todos os lugares – ou de concepções etapistas – onde todas as sociedades independentemente de suas diferenças seguiriam as mesmas etapas de desenvolvimento, buscando atingir um mesmo patamar. Conforme o autor, por este prisma a história do Brasil é negativada, ou pensada sempre como um projeto inacabado, um descaixe a projetos universais. A modernidade neste trabalho vai ser pensada, conforme a proposta desse autor, como um “espírito” que não dicotomiza “tradição” e “modernidade”, mas que empreende complexamente de um projeto comum, a resultados particulares.

espécie de “presenteísmo midiático alienante”⁶, inventor de crises instantâneas que descolam a instituição prisional de seu contexto sócio-histórico⁷ e alimentam a lógica da falta, discutida no primeiro aspecto. Por fim, um terceiro aspecto, que se refere à estreita relação entre a história das prisões no Brasil e a antropologia criminal, com sua tomada do ser humano pela via do determinismo biológico e da patologia.

É importante mencionar que partimos do pressuposto de que não existem fatos excepcionais relacionados à existência das prisões como elas são hoje no Brasil. Mas desfechos, ligados a diversos fios condutores que foram sendo complexamente tramados ao longo da história da instituição prisional no País e que tiveram suas tramas e amarras reproduzidas, ou mantidas, por estratégias nem sempre intencionais, mas muito concretas de controle social. No próximo tópico trabalharemos o contexto em que se situa nossa proposta.

1.2. Contexto de Pesquisa – diferentes perspectivas sobre a história das prisões

Um trabalho que se dedica a falar sobre as prisões, sua história, seu contexto atual, a reprodução de opiniões sobre elas e a reprodução de valores que as sedimentam como um *modus operandi* legitimado socialmente, pode falar a partir de inúmeras perspectivas. Isso porque, muito embora a prisão, de um modo geral, revele funcionamentos e estilos de existência que se produzem

⁶ Conforme Pedrinho Guareschi (2005), a mídia constrói a realidade, com valores e monta a agenda de discussão, dizendo o que tem ou não valor, o que existe ou deixa de existir, muitas vezes redefinindo nossas idéias de presente, passado e futuro. E conforme Maria Lúcia Karam (2009b, p.22) “o poder de influência dos meios massivos de informação se agiganta, alimentando-se das atitudes homogêneas pré-existentes, para reforçá-las e ativá-las, oferecendo um elemento de agregação e de consenso, que facilita a produção de uma falsa imagem da realidade, bem como sua aceitação e introjeção.

⁷ Michele Perrot (1988) comenta que a história depende muitas vezes do caráter seletivo da informação e da memória oficial e refere-se aos jornais franceses dizendo: “um estranho silêncio cúmplice envolve o universo carcerário, afastado tão logo é percebido.” (p.284).

similarmente nos diversos lugares onde ela se apresenta, ela também carrega particularidades intrinsecamente relacionadas à forma como cada um desses lugares construíram suas “... diferentes trajetórias sociopolíticas e distintos padrões de desenvolvimento econômico, [suas]⁸ estruturas étnico-raciais e aplicaram variados experimentos como o castigo e o encarceramento” (AGUIRRE, 2009, p.35). E, por consequência, também pelo modo como se produziu conhecimento sobre as prisões nessas conjunturas específicas.

Além das idiosincrasias adicionadas pelos contextos específicos onde esta história se produziu, os modos como se conta a história das prisões estão ligados às perspectivas teóricas a partir das quais se conta. Isso significa que percorrem caminhos teóricos diversos, utilizados pelos diferentes autores e historiadores que se debruçaram sobre esse tema. Alguns deles, relacionando a história do encarceramento, mais diretamente, ao modo de produção vigente em determinada sociedade, por exemplo, mostrando-o como um instrumento do treino de operários para a rotina das fábricas, onde se buscava: “... reproduzir um proletariado que considerasse o salário como justa retribuição do próprio trabalho e a pena como justa medida de seus próprios crimes” (BATISTA, 2005, p.6). Outros, não necessariamente contraditórios aos anteriores, pensando as prisões como parte de projetos de controle social das elites com relação aqueles que, supostamente, ameaçavam a marcha de modernização de determinadas sociedades, ou seja, como depósitos do excedente. (AGUIRRE, 2009, p.16).

Podemos acrescentar, ainda, as possibilidades de leitura da chamada “nova história” das instituições prisionais, contada a partir de obras clássicas como a de Goffmann – “Manicômios, prisões e conventos” (1961) – que fala do sofrimento sob a perspectiva dos internados; e a de Foucault – especialmente em “Vigiar e Punir” (1975) – que fala da prisão como tática política de

⁸ Originalmente a citação possuía a expressão “possuem diversas” ao invés de “[suas]”, que foi acrescentado pela autora como forma de adequar à concordância da frase citada, ao contexto em que foi utilizada.

dominação que possui como instrumento de poder o saber científico. Especificamente em relação à história brasileira, alguns autores buscam positivar ou subverter os modos de se olhar para os contatos com o cárcere, considerando em profundidade “... as lições que as muitas idas e vindas pelo sistema de Justiça criminal devem ter inculcado em brasileiros pobres e urbanos...” cujo cárcere pode ter sido o “... único contato substancial que teriam com o Estado...” (CHAZKEL, 2009, p.9).

Entre esses modos de contar a história das prisões, encontramos também narrativas de repórteres populares, cientistas ou pessoas presas, que expressam através da escrita suas vivências de passagens pela prisão. Com o fim da publicização dos espetáculos das penas, esses cronistas das prisões passam a ser os olhos da população na investigação e contemplação do oculto nas instituições prisionais. Algumas dessas narrativas são mais concentradas no aparato institucional, outras mais dedicadas ao interno, pois “sem o interno, construído como uma criatura especial, o aparato carcerário correria o risco de perder seu significado” (BRETAS, 2009, p. 188).

Essas últimas narrativas também fazem parte da história das prisões, porque mesmo tendo sido criadas com objetivos diversificados, acabam atingindo de forma particular os leitores, ao se equilibrarem na linha tênue que separa a ficção das histórias consideradas oficiais e por possuírem uma mítica própria. Essas obras acabam proprietárias de uma autoridade narrativa e por isso “cabe ter em conta [...] a força das palavras, em seu poder nominativo e simbólico de atribuir valor à realidade e induzir comportamentos, permitindo reconstruções sociais e imaginárias do mundo, a produzir diferentes versões sobre os fatos acontecidos” (PESAVENTO, 2008, p. 9).

Diante dessa diversidade de pontos de vista, temos em mente que, tanto estabelecer uma perspectiva nítida a partir de somente um modo de interpretar a história das prisões, quanto tentar dar conta de todos os modos pelos quais é possível falar dessa história, podem ser consideradas “missões impossíveis”. Assim, optamos aqui por trazer à tona aqueles acontecimentos e

conexões que consideramos importantes como analisadores (BAREMBLITT, 1998) das histórias das prisões no Brasil e no Rio Grande do Sul para o curso desse trabalho, nos permitindo fazer para isso as “misturas” necessárias a esta empreitada e os recortes que fossem possíveis ao nosso olhar.

1.3. As penas e a prisão

Em todas as possibilidades de “como” se contar a história das prisões, em comum há o fato de que a prisão é uma forma de penalizar que se liga ao desejo de vingança de uma sociedade, sobre aquele que comete algum ato, etiquetado por essa mesma sociedade como “crime”. A penalização possui sua origem no Código de Talião – “Olho por olho, dente por dente”. Ela foi instituída, conforme seu objetivo de origem, para retribuir o delito com penalidade proporcional a ele. Ou seja, sua ética basilar consiste em corrigir um mal, com outro mal de igual proporção. Assim o fazendo, esperava também coibir comportamentos, pela simples idéia de que deles adviria uma pena (KARAM, 2009, p.06).

Em determinado momento dessa história, a pena passa, de um espetáculo público que deveria retribuir o mal e prevenir o crime, gerando medo à população, para a privação da liberdade. Inicialmente, como uma forma de manter sob custódia aqueles que iriam receber outros castigos, para em um segundo momento, se transformar em uma forma de proporcionar ao sujeito errante, uma possibilidade de encontrar-se consigo mesmo na clausura para reformar sua consciência, ou reformar os seus costumes.⁹

Dentro do vasto repertório punitivo, a clausura é uma forma de pena que nos foi legada pelos Penitenciários religiosos que serviam ao combate dos sem

⁹ Como observa Silva (1997), mesmo com o deslocamento do suplício para a clausura, ainda permanecem os dois preceitos fundamentais que dão origem a pena – a retribuição do mal e, como constava ainda do Código Penal Brasileiro de 1830: “a exemplaridade da ação delituosa, ou seja, a pena deve ser tal que iniba, através da exemplaridade, toda a intenção criminosa. Para tanto, deve-se garantir à sociedade a certeza da punição.” (p. 36).

fé que surgiam, cada vez em maior número, na idade média. Pode-se reconhecer dessa forma que “a influência da Igreja Católica Romana nas prisões modernas é marcante. O próprio nome de origem Eclesiástica permanece nas prisões modernas: penitenciária, de penitência” (SILVA, 1997, p.25). E é com essa influência que se agrega à retribuição e à prevenção, um terceiro desígnio sobre o qual se erguem as prisões – a idéia de reforma do sujeito enclausurado.

Na história mundial das prisões e, por conseguinte, na idéia de reforma do sujeito enclausurado, três questões podem ser consideradas como pilares fundamentais: a passagem da custódia para a correção e a idéia de proporcionalidade das penas – Beccaria, 1738-1794; a humanização das penas, ligando-as à religiosidade, ao isolamento, à higiene, ao trabalho às formas específicas de administração penitenciária – Howard, 1726-1790; e a vigilância total pela idealização de um modelo arquitetônico e organizacional que representa uma tentativa de controle dos movimentos e costumes dos sujeitos – Bentham, 1748- 1832.

No Brasil, a polêmica girou em torno dos três sistemas básicos de aprisionamento: o Regime de Auburn, que pregava a separação do preso durante a noite e da vida em comum durante o dia, com a obrigação do trabalho e observância ao sistema; o Regime de Philadelphia, que tinha a reclusão celular contínua e individual dos detentos, também com a obrigação de trabalhar, o Regime Irlandês ou Progressivo, que utilizava um sistema intermediário, funcionando na transição entre o encarceramento e a liberdade. (PEDROSO, 2002, p.63).

Essas idéias utilitaristas foram a base sobre a qual se legitimou a prisão como a conhecemos hoje. Ambas relacionaram-se com o deslocamento do absolutismo religioso, para o Estado de Direito.

A sociedade que se transformava deveria, portanto, ser reproduzida nas instituições. [...] As instituições deveriam ser austeras e adquirir uma função social utilitária de acordo com o novo projeto social, no caso, o capitalismo industrial. Deveriam educar e controlar os instintos criminosos, disciplinar para o trabalho e para vida social. (SILVA, 1997, p.30- 31).

No próximo tópico acompanharemos como o Brasil fez sua trajetória da prisão custódia à prisão moderna e como o estado do Rio Grande do Sul vivenciou o espírito reformista, a legitimação do poder judiciário e a organização da execução penal necessária a ela.

1.3.1. Da custódia à reforma: o que fez do Brasil, Brasil

A história das prisões no Brasil possui uma íntima relação com a colonização, a religiosidade, o patriarcado, a escravidão e a conformação do Estado-nação brasileiro ou, nas palavras de Roberto DaMatta, com aquilo “... o que faz o Brasil, Brasil” (1997, p.17). As primeiras prisões brasileiras frutificaram em um terreno em que se desejava buscar a anulação das diferenças, ou pelo menos desbotá-las e compor com o que ali estava um projeto que ambicionava impor relações formais e hierarquizadas em substituição às forças do patriarcado. “... As pretensões ideológicas do Estado-nação ao exercício universal da autoridade eram inevitavelmente circunscritas” (HOLLOWAY, 2009, p.259).

No entanto, a sociedade brasileira nunca primou pela lógica da exclusão de uma forma de organização para substituí-la por outra, mas pelo sincretismo, pela sobreposição e pela permanência indesejável daquilo que se quer esconder, naquilo que se almeja mostrar. Na história das prisões isso não seria diferente: os “dois domínios – um deles pessoal e patriarcal, o outro impessoal e burocrático – são governados por hierarquias autoritárias que se combinam para formar as possibilidades e limitações das vidas das pessoas” (HOLLOWAY, 2009, p.259). Como resultado disso, a prisão iria conviver em nosso país, até os dias de hoje, com a mistura entre a prisão custódia e a prisão moderna.

As primeiras cadeias brasileiras, como eram chamadas as prisões no período colonial, eram locais que serviam como passagem para aqueles que aguardavam suas sentenças depois de condenados ou, para os suspeitos antes de serem julgados – ou seja, prisões de custódia. Os castigos advindos

daí, ainda seriam outros: as execuções públicas, as marcas, os açoites, a deportação, a tortura, a venda para escravidão, o degredo, ou a morte. O tempo na prisão na era colonial não era considerado, portanto, como castigo em si. E “de fato, as cadeias não eram instituições demasiadamente importantes dentro dos esquemas punitivos implantados pelas autoridades coloniais” (AGUIRRE, 2009, p.37).

O que figurava como central nessa época era a publicidade da punição. Os castigos eram transformados em um espetáculo público, buscando, assim, preservar a autoridade do monarca, a fim de restaurar a hierarquia e a ordem (BRETAS, 2009, p. 186). O mesmo pode ser afirmado sobre as punições de tronco e ferros aos escravos, nesse contexto, a prisão era um entre tantos outros modos de penitenciar.

A prática costumeira ligada ao aprisionamento nesse período era apenas a de armazenar pessoas para cumprir outras finalidades. Não havia leis¹⁰ que regulassem essa prática de modo que as condições dos cárceres da época eram o signo daquilo que o colonialismo gostaria de encobrir: “os cárceres não passavam de masmorras” e “ser prisioneiro [...] na condição de escravo ou livre, significava ser confinado nas mais miseráveis e esquálidas condições” (HOLLOWAY, 2009, p.254). Havia

...vários tipos de centros de detenção [que] formavam um conjunto algo disperso de instituições punitivas e de confinamento: cadeias municipais e de inquisição, postos policiais e militares, casas religiosas para mulheres abandonadas, centros privados de detenção como padarias e fábricas – onde escravos delinquentes eram recolhidos e sujeitados a trabalhos forçados – ou cárceres privados em fazendas e plantações nos quais eram castigados os trabalhadores indóceis. (AGUIRRE, 2009, p.38).

¹⁰ No Brasil, antes da codificação de 1930, vigorou por longo tempo o Livro *V das Ordenações Filipinas*, sendo estas o aparato jurídico do Brasil Colônia. “As ordenações carregavam o peso dos suplícios e das penas desmedidas, inexistência quase total do equilíbrio entre o dano e a pena...” (SILVA, 1997, p.81-81).

No Rio de Janeiro, exemplo precursor no Brasil por ser a sede do Império, antes da chegada da Corte portuguesa e depois disso até a metade do século XIX, havia a chamada Cadeia de Relação, ou Aljube – uma prisão eclesiástica, onde ficavam aqueles membros da igreja que só poderiam ser julgados pelos próprios tribunais religiosos. Como o espaço do Aljube superava em muito a necessidade da igreja de depositar seus penitenciados, ele foi cedido em parte ao Estado e tornou-se destino inicial dos detidos da época em conjunto com a Cadeia Pública da Capital do Império (HOLLOWAY, 2009).

O Aljube passou a ser um importante centro para detenções de curta duração de condenados por infrações menores. As recomendações de seu fechamento surgiram apenas em função de que as autoridades da época passaram a considerá-lo um protesto vivo contra o progresso moral que se desejava para o império¹¹.

Em conjunto com o Aljube havia o Calabouço, uma prisão que, por volta da segunda década do século XIX, estava destinada a escravos fugitivos. Lá os cativos eram enviados para receberem açoites corretivos, considerados, tanto pelos senhores quanto pelas autoridades que os administravam, como colaboração disciplinar para a construção do Estado em formação e como manifestação clara de uma estrutura de classes que deveria ser preservada. “O calabouço e o Aljube eram apenas as mais importantes das várias prisões existentes no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, quase todas sediadas em antigas instalações militares” (HOLLOWAY, 2009, p.254). Quando nessas prisões havia excedentes de prisioneiros utilizavam-se também barcos ancorados ou casas de guarda.

Ambas as prisões da época, como as demais formas de punição, de um modo geral, relacionavam-se no Brasil intrinsecamente à escravidão. As penas recaiam em sua grande maioria sobre os negros, muitos deles estrangeiros que

¹¹ Uma moral onde havia a definição de que o modelo civilizatório ocidental-europeu seria o parâmetro único forçosamente aplicável a toda a humanidade. (NASCIMENTO, 2003, p.58).

não falavam a língua local e que tinham desobedecido de alguma forma as ordens locais com manifestações de vontade como fugas, jogos de capoeira, insubordinação. Em sua maioria, os motivos alegados não eram contravenções previstas em lei (HOLLOWAY, 2009).

As populações carcerárias incluíam, majoritariamente, grupos indígenas, negros e mestiços, o que transformava o encarceramento em uma prática legal e social que reforçava poderosamente as estruturas sociorraciais dominantes nessas sociedades. (AGUIRRE, 2009, p.61).

Dessa forma, as cadeias brasileiras possuem seu fundamento inicial atrelado à necessidade de disciplinar os escravos. Com o fim da escravidão, o país é obrigado a eliminar o tráfico de escravos e, sem saber o que fazer com os escravos estrangeiros que já estavam em terras brasileiras, se torna a prisão, a forma de tutelar os negros libertados e expatriados:

As autoridades brasileiras decidiram que, embora não pudessem ser vendidos e comprados como escravos, tampouco poderiam ser soltos no Brasil, para que se virassem sozinhos. A solução foi declarar os africanos “livres”, embora tutelados pelo Estado... (HOLLOWAY, 2009, p.266).

Todavia nesse período “... alguns ecos dos debates penais na Europa e nos Estados Unidos começaram a ser ouvidos na América Latina, e novas idéias sobre o castigo e a prisão passaram a circular em torno da década de 1830” (AGUIRRE, 2009, p.39). A partir das reformas européias que passaram a anunciar a transformação de seus depósitos, em espaços onde os homens ali depositados poderiam, por meio do trabalho, tornar-se honrados e laboriosos, as autoridades de nosso continente começam, nos moldes de tudo o mais que aqui se implantava, a querer imitar as grandes metrópoles mundiais.

Mas “vale dizer que não houve, tal como propõe a *doxa* corrente, uma mera e simples importação dos modelos reformadores do direito e da prisão” (SILVA, 1997, p.15). Não somente porque aqui não havia recursos ou porque sobravam controvérsias sobre a necessidade de se fazer tanto investimento, para o público que se necessitava castigar aqui: “... massas incivilizadas e

bárbaras, não cidadãos ativos e ilustrados” (AGUIRRE, 2009, p.40). Mas, sobretudo, porque “a formação jurídica brasileira, antes de ser contraditória e importada, é original em sua síntese entre as idéias internas e externas. O Brasil conseguiu misturar liberalismo e escravismo...” (SILVA, 1997, p.91).

A codificação da legislação brasileira, que havia surgido com a Independência em 1822, começa a ser efetivada e “durante os primeiros anos do século XIX, as manifestações acerca da reforma prisional do império tiveram como base mais sólida o artigo 49 do código penal (1830)” (SILVA, 1997, p.105)¹², que mencionava a necessidade do trabalho como elemento fundamental da prisão, tendo sido considerado esse artigo, o primeiro impulso reformador brasileiro.

Em 1831 o Ministro da Justiça da época, restringe o número de chibatadas que um escravo poderia receber. O novo código criminal de 1830 “... e a legislação correspondente limitaram o poder arbitrário da polícia e tentaram implementar uma nova concepção de punição estatal que tinha por objetivo final a reintegração do criminoso à sociedade” (CHAZKEL, 2009, p. 10).

Esse limite se deu em função de uma questão econômica. O valor da taxa pela manutenção do escravo no estabelecimento e o valor cobrado pelas chibatadas, muitas vezes estava superando o valor do escravo. Isso fazia com que diversos donos de escravos simplesmente abandonassem sua propriedade humana ali e o Calabouço ficasse superlotado. Nesse momento o Ministro estabelece que a correção vinda das autoridades proprietárias de escravos, era

¹² **LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830.** Manda executar o Código Criminal. D. Pedro por Graça de Deus, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte. CODIGO CRIMINAL DO IMPERIO DO BRAZIL. Art. 49. Enquanto se não estabelecerem as prisões com as commodidades, e arranjos necessarios para o trabalho dos réos, as penas de prisão com trabalho serão substituidas pela de prisão simples, acrescentando-se em tal caso á esta mais a sexta parte do tempo, por que aquellas deveriam impôr-se. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm > acessado em 20/03/2010.

necessária, mas precisava ser demarcada e “... não deveria se estender à punição por crimes que estivessem sob a jurisdição do sistema judicial” (HOLLOWAY, 2009, p.258). Vem à tona com clareza o imbricamento entre o privado e seus métodos tradicionais e o público e seus instrumentos modernos.

O estado em desenvolvimento invadia com essas e outras medidas correlatas, cada vez mais, a relação entre senhor e escravo, impondo a regra da lei e tentando limitar o abuso físico, no intuito de preservar um sistema que fosse mais humano. [...] Mais do que uma transição generalizada de mecanismos pessoais e individualizados de controle para sistemas impessoais e padronizados, no Brasil as duas hierarquias de poder – tradicional e privado, de um lado, e moderno e público, de outro – permaneceram complementares, fortalecendo-se mutuamente (HOLLOWAY, 2009, p.259).

Nesse ínterim, gradativamente as penas passam a ser afastadas dos olhos da sociedade e os lugares de suplício começam a ser, pouco a pouco, distanciados do público, esvaziando-se como espetáculo. “O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia de direitos suspensos”¹³ (FOUCAULT, 1987, p.14). Começam então, a se misturar os modos privados de governo e os recém chegados projetos públicos de desenvolvimento, urbanização e higienização social. No espaço do Calabouço, por exemplo, se estreitam os costumes e as leis.

Depois do advento da proibição da importação de escravos e do ventre livre, muitos dos escravos enviados para o Calabouço eram de origem africana que chegavam aqui apreendidos por serem produto de importações proibidas. O declínio no aumento da prisão de escravos só acontece no período em que, livrar-se deles via envio para guerras como a do Paraguai, por exemplo, tornou-se menos dispendioso, além de gerar status para os proprietários, que eram considerados patrióticos por fazerem tais doações (HOLLOWAY, 2009).

De qualquer forma, a prisão, até o momento, era um elemento pouco importante dentro do controle social e das estruturas de poder dos países

¹³ “Na realidade a prisão, nos seus dispositivos mais explícitos, sempre aplicou certas medidas de sofrimento físico.” (FOUCAULT, 1987, p,18).

latino-americanos e “... neste contexto havia muito pouco ímpeto para fazer avançar a reforma das prisões” (AGUIRRE, 2009, p. 48). A reforma começa a tornar-se mais importante na medida em que os controles privados entram em declínio e que “... o Estado, através de seus mecanismos de controle e ação repressiva, precisava internalizar nesta população ‘imoral’, os valores morais da sociedade burguesa que se fortaleciam no meio urbano” (SILVA, 1997, p.179).

É possível inferir que, embora tenha sido a escravidão o principal motivo da superlotação das cadeias da época e até mesmo de sua existência, é também o enfraquecimento da escravidão, com a liberdade dos africanos e afro-brasileiros, que acaba por fortalecer a idéia da prisão moderna no Brasil. “As cadeias eram as principais fornecedoras do contingente utilizado nas obras modernizadoras da cidade [...] O cativo tornou-se peça fundamental deste projeto. [...] Nascia assim o duplo cativo. Um escravo e dois senhores – o privado e o público.” (ARAÚJO, 2009, p.220).

A própria Casa de Correção, que viria a seguir, foi construída com a mão de obra destes africanos “livres” (HOLLOWAY, 2009, p.266). Precisava-se um modo de controlar as populações livres das sociedades urbanas e as prisões de homens livres seriam ainda, durante muito tempo, não mais destinadas a escravos, mas aos negros “libertados” pela abolição.

É com este sentido que o direito, ao negar o escravo não negou o negro. Isto se verifica na crescente inclusão dos negros como agentes de delitos e sujeitos as penalidades previstas em lei. O direito, ao castigar humanizou: a crescente inserção do negro nos dispositivos penais caracteriza sua “hominização” jurídica. Ganha o estatuto de homem e não mais de coisa, “rés”. (SILVA, 1997, p.96-97).

Em que pese o fato de que desde 1769 a carta régia já mandava que se criasse uma casa de correção no Rio de Janeiro, somente em 1830 é que se começou a elaboração do projeto penitenciário brasileiro. Os objetivos desse projeto reformador moderno, que incluía a construção de várias prisões, eram

comuns em toda a América Latina e eram bem claros, embora não houvesse garantia de atingi-los:

... expandir a intervenção do Estado nos esforços de controle social; projetar uma imagem de modernidade geralmente concebida como a adoção de modelos estrangeiros; eliminar algumas formas infames de castigo; oferecer às elites urbanas uma maior sensação de segurança e, ainda, possibilitar a transformação de delinquentes em cidadãos obedientes à lei; (AGUIRRE, 2009, p.41)

Com esse espírito¹⁴, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a conquistar uma penitenciária: a Casa de Correção do Rio de Janeiro que iniciou sua construção em 1834 e foi concluída em 1850. Durante várias décadas ela seria a única penitenciária moderna, enquanto os demais sistemas de confinamento e castigos seguiriam sem alterações significativas. O funcionamento da nova casa, durante toda a sua existência, também em pouco se aproximaria do projeto a partir do qual ela foi criada – acomodar os detentos sentenciados à prisão com trabalho.

“Em 1856, a Casa de Detenção, com capacidade para 160 detentos, foi construída a partir de uma parte do andar térreo da Casa de Correção” (CHAZKEL, 2009, p. 10) e as funções do Aljube são transferidas para a recém inaugurada Casa de Detenção. Ambos passam a fazer parte do complexo penitenciário onde já se localizavam a Casa de Correção e o Calabouço do Rio de Janeiro.

A Casa de Detenção do Rio de Janeiro deveria abrigar somente pessoas que tivessem cumprido sentenças de prisão simples, em contraste com a Casa de Correção, que tinha exclusivamente aqueles condenados à servidão penal ou prisão com trabalho. Os nomes destas duas instituições resumem seus respectivos propósitos: uma desejava corrigir e a outra simplesmente deter (CHAZKEL, 2009, p. 11).

¹⁴ Espírito em que “a conquista e a ocupação de novas terras, por direito “natural” dos que se consideram ‘superiores’, implicam o genocídio, a subjugação e a escravidão dos ‘outros’, para construir o mundo moderno [e que] confeccionam-se teorias científicas que justificam tais práticas...” (NASCIMENTO, 2003, p.17).

A localização da Casa de Detenção, assim como os empregados e regras provisórias acabaram, como comumente ocorre com as detenções hoje em dia, por tornarem-se definitivas. Nas últimas duas décadas do século XIX a população carcerária da Casa de Detenção já incluía todos que tivessem passado pela justiça criminal, cerca de metade deles livres e metade deles escravos.

Somente em 13 de março de 2010, esse complexo chamado de “Complexo Penitenciário Frei Caneca”, finaliza sua história de cento e setenta anos. Por ele “... passaram presos notórios como [...] Nise da Silveira, Olga Benário [...] e talvez seu detento mais ilustre, Graciliano Ramos, que durante sua passagem por lá escreveu *Memórias do Cárcere*.”¹⁵ O complexo foi implodido para dar lugar a um conjunto habitacional.

1.3.2. Um porto alegre é bem mais que um seguro?

No Rio Grande do Sul, no início do século XIX, já havia a “cadeia velha” (1809) destinada aos presos da província. Ela fora construída porque os presos antes dela ficavam em quartéis ou imóveis alugados e estes não estavam providos de organização ou segurança, além da inadimplência reclamada pelos donos das casas em função da escassez de verbas da província.

A construção da “cadeia velha” fora feita sem maiores planejamentos e sua administração não tinha finalidade correcional, tendo sido as críticas que se estenderam durante seus 30 anos (1809-1841), um dos elementos que levantaram a necessidade de se pensar um projeto correcional para província. Os ares humanistas buscavam um projeto condizente com o movimento reformador no resto do país e do mundo e a “cadeia velha” era uma instituição regrada principalmente pelos costumes e

¹⁵ Fragmento de notícia retirado do site <http://www.correiodobrasil.com.br/noticia.asp?c=165255>

...destinava-se simplesmente à prisão e guarda dos detentos. Não possuía uma política regulamentada e que propiciasse resultados futuros para os detentos e para a sociedade. Os princípios que a regiam eram a punição, o castigo físico, a contenção da liberdade. (SILVA, 1997, p.112)

Em 1831 uma comissão realizou um relatório detalhado da cadeia velha, levantando questões que exigiam providências imediatas sobre a aglomeração dos condenados em espaços minúsculos e o açoitamento imoderado de escravos em lugares públicos (MOREIRA, 2008, p.59). Dez anos mais tarde, em 1841, ela foi desativada e os presos que nela estavam foram enviados novamente a quartéis.

Desde 1835 a “cadeia velha” do Rio Grande do Sul havia sido condenada à demolição e houve uma tentativa de construção de uma nova cadeia no Parque da Harmonia, mas ficou inacabada e não chegou a funcionar.

As críticas feitas à “cadeia velha” passaram a ser remetidas às prisões improvisadas nos quartéis [...] Durante esse período o Rio Grande do Sul foi preterido de uma prisão¹⁶ [...] Neste sentido as discussões sobre a cadeia motivaram o debate a respeito de outras questões que passaram a ser relacionadas à prisão. [...] se discutia sobre a relação da prisão e da justiça criminal, da justiça com a segurança pública individual, etc (SILVA, 1997, p.117).

O espírito reformista a partir dessas discussões amplia sua perspectiva de ação, incluindo a necessidade imediata de legitimação do poder judiciário e por conseqüência, da organização da execução penal indispensável a esta legitimação. Ligava-se diretamente a segurança pública à punição e

...a construção da cadeia daria à justiça o elemento essencial para exercer seu poder sancionador. (SILVA, 1997, p.119). Estava claro que não bastava castigar, era preciso controlar, corrigir, subjugar e moralizar. Formula-se, portanto, a lógica da reforma penitenciária moderna (SILVA, 1997, p. 122).

A partir desse espírito de inclusão do sujeito nos mecanismos de moralização pelo Estado, legítimo em seu poder de punir-corriger, os

¹⁶“Em função da Revolução Farroupilha (1835-45), esta ficou adiada até a década de 1850.” (SILVA, 2005, p.16)

juízos populares passam a condenar mais, pois o júri¹⁷ comprara a idéia de um sistema que iria transformar as pessoas, ao invés de somente confiná-las. No entanto, dois problemas ainda iriam atrapalhar o projeto de construção de uma casa de correção: o despreparo técnico e a falta de recursos financeiros (SILVA, 1997). Mesmo assim, com base na planta da casa de correção do Rio de Janeiro, foram sendo construídos pavilhões independentes, que pudessem ser utilizados antes da finalização total da obra.

A área da beira do rio Guaíba foi escolhida como o local ideal para o projeto da casa de correção por seis motivos: (1) o arejamento e a facilidade da limpeza; (2) o solo rochoso facilitando o alicerçamento; (3) a subtração dos presos das vistas do público; (4) o isolamento e a facilidade de contenção de epidemias; (5) a facilidade de aquisição da água para consumo; (6) e o fato de que o outro lugar indicado poderia ser melhor aproveitado por uma praça.

O sistema punitivo parecia exigir cada vez maior recato – primeiro foram os castigos públicos de escravos encerrados no interior dos cárceres, e agora as casas de correção [que] deviam sair dos locais mais agitados da cidade, evitando as epidemias e o possível “contágio do vício” (MOREIRA, 2008, p.59)

Em 1855, 195 presos que estavam alojados em quartéis foram transferidos para a nova cadeia civil – a nova prisão seria chamada de cadeia civil de sua inauguração até 1896, quando passaria oficialmente a ser chamada de Casa de Correção (1855 – 1962). Porém, como havia muitas falhas na execução de seu projeto arquitetônico, os presos chegaram a ser transferidos pela segunda vez de volta para os quartéis. Agora, para que a nova prisão civil pudesse ser reformada, logo após sua inauguração. “Ao longo do período imperial, a cadeia da capital nunca foi completamente construída, sendo os novos projetos punitivos prejudicados pela precariedade dos estabelecimentos carcerários à disposição” (MOREIRA, 2008, p.60).

¹⁷ A hipótese de Foucault “é que os tribunais populares, por exemplo no momento da Revolução Francesa, foram um modo da pequena burguesia aliada às massas, retomar nas mãos o movimento de luta contra a justiça.” (1979, p.74).

Além disso, a Casa de Correção acabou por ser o lugar onde desembocavam as demandas das precárias cadeias do interior do Rio Grande do Sul, que enviavam seus presos à capital da província. Isso fez com que, em 1886, 404 presos estivessem aglomerados no espaço projetado para 150. Nesse contexto, a solução por vezes encontrada para deter aos reiterados atos de insubordinação era a remoção das possíveis lideranças, normalmente para o Presídio ou para as galés perpétuas de Fernando de Noronha.

Com essas remoções, era feita uma tentativa de corte definitivo dos laços entre o preso, sua comunidade e sua família. Mas em que pesem essas estratégias, a cadeia ainda poderia ser considerada também como um local de produção e transmissão de conhecimentos e “os planos de sujeição dos presos pareciam não dar muito certo” (MOREIRA, 2008, p. 67).

... as redes de relações eram tecidas por meio de pequenos favores trocados entre aqueles que, como os guardiões e os sentenciados, mantinham entre si uma pequena distância, reduzida drasticamente por uma experiência comum junto à pobreza (MOREIRA, 2008, p.68).

Pode-se afirmar que “os projetos punitivos eram modernos, mas a realidade mostrava-se renitente, seja pela escassez de verbas provinciais ou pela forma de recrutamento de soldados e policiais que aproximava guardas e sentenciados” (MOREIRA, 2008, p.74). E, como já era de se esperar, os iniciais planos de regeneração, pouco foram postos em prática, pois “o excesso de população carcerária, o eternamente incompleto prédio e a precariedade das verbas disponíveis minavam as disposições das autoridades imperiais, forçando os sentenciados a iniciativas próprias” (MOREIRA, 2008, p.75-76).

Mesmo assim, o projeto correcional da Casa de Correção do Rio Grande do Sul, incluía oficinas de trabalho, a uniformização dos trajes, um número de identificação e, caso não quisesse trabalhar, o preso poderia ser submetido a castigos como, por exemplo, a escassez de alimentação. “Mais do que um direito social, o trabalho é condição disciplinar, colocar à frente do delinquente um novo comportamento” (SILVA, 1997, p.201), para que ele aprendesse os

valores da sociedade industrial nascente, não se submeter-se a ele, significava insubordinação.

“O trabalho [...] passou a ser pensado como veículo de modernização... Assim valorizava-se o tempo, a disciplina, a produção e o mercado” (SILVA, 1997, p.185). Significativamente, entre 1867 e 1891 50,2% dos sentenciados da Casa de Correção do Rio Grande do Sul eram escravos (MOREIRA, 2008). Mas apesar da sucessão de atrapalhões, somente em 1962 a Casa de Correção de Porto Alegre foi dinamitada.

1.3.2.1. A fisionomia do crime no RS

... uma elite republicana e positivista assume o poder dirigente na nova república que se instala. Constituída de jovens cultos, radicais nas suas posições e embalados pelas idéias de progresso e de modernização, essa elite sonha com Paris, com o Rio de Janeiro e com Buenos Aires, mas tem seus pés ancorados à beira do Guaíba... (PESAVENTO, 2008, p.9 – 10).

Ilusoriamente, essa elite debruçava-se sobre um projeto que distinguiria a ordem da desordem – o cidadão que paga seus impostos, é obediente às leis, tem domicílio fixo e ocupação certa; dos indivíduos, os turbulentos que “sem ofício, nem benefício” atordoavam e assolavam a cidade, eram os eternos suspeitos: homem negro ou mestiço, analfabeto e sem profissão definida. (PESAVENTO, 2008, p.10- 11).

Nos últimos anos do século XIX, Porto Alegre, contemporaneamente ao resto do mundo, através da figura do prestigiado doutor Sebastião Leão – adepto das teorias de Cesare Lombroso e de seu representante no Brasil, Nina Rodrigues – cria junto a Casa de Correção do Rio Grande do Sul, o Laboratório de Antropologia Criminal. Os estudos realizados por Leão começaram a inverter a ordem dos acontecimentos: o criminoso não viria mais a ser somente aquele que cometeu um crime, mas qualquer um que carregasse um potencial

criminoso, já que “a razão de seu crime é a sua criminalidade”¹⁸ (PASQUINO, 1996, p.12 Apud PESAVENTO, 2008, p.43).

A fisionomia, a exterioridade da figura humana iria de antemão, apontar para o caráter do ser. Em última instância, isso significa que, para a organização das cidades, ou das urbanidades, era necessário inventariar os tipos humanos, conforme a necessidade das cidades.

No século XIX, estas formas, estas técnicas normativas, sofrem a ação dos ventos da modernidade. Na medicina, desenvolveu-se o conceito de médico em oposição ao de charlatões e bruxas; no aparelho judiciário, o juiz se sobrepõe ao carrasco. Não mais a vingança e o assassinio do Estado, representado pelo rei. Agora a correção, a emenda, a moral como meio de salvação do indivíduo. Procura-se preservar e não mais extinguir o indivíduo danoso à sociedade. Não mais a roda; agora a correção e a recuperação (SILVA, 1997, p.145).

A profilaxia criminal une dois mecanismos – a medicina e o aparelho jurídico – e tratar, curar e prevenir passam a ser as palavras de ordem. A cidade precisa ser limpa, o contágio não somente das doenças, mas dos maus costumes, precisa ser evitado. O louco passa a ser disputado entre os saberes do aparelho judiciário e da recém surgida medicina psiquiátrica – “pois os loucos até então eram submetidos a sentenças criminais” (SILVA, 1997, p.151).

Em seguida os dois espaços iriam se constituir separadamente – a prisão e o hospital psiquiátrico. Contudo,

no hospital psiquiátrico, assim como na prisão, o indivíduo via ser tratado de forma disciplinar e se buscará dele o arrependimento, o reconhecimento de sua doença; do criminoso, o crime cometido, e do louco, a afirmação da loucura e da alienação. Esta forma moral de tratamento produz instituições separadas por disciplinas, mas com objetivos semelhantes (SILVA, 1997, p.151).

É o espírito da modernidade, demarcando terrenos de saber e de poder, reorganizando os espaços urbanos e as instituições públicas, realizando uma

¹⁸ Preceitos que o próprio Sebastião Leão viria a questionar mais tarde (SILVA, 2005, p.111).

profilaxia gerenciada pelo estado, com finalidades políticas e econômicas. “A cidade passa a esconder sua sujeira, a limpar sua fachada, a mandar para periferia sua população considerada mais repugnante e indigna dos olhares civilizados” (SILVA, 1997, p.172). E “nesse clima de mudanças e de progresso, a criminalidade também passou a ser conceituada sob um novo viés teórico” da Escola Biológico-Positiva (PEDROSO, 2002, p.65).

O escrutínio das características físicas, raciais e genéticas iria, a todo custo, buscar o “... estereótipo do criminoso: criou-se a chamada Antropologia Criminal” (PEDROSO, 2002, p.65). Visava-se, sobretudo, a justificação das diferenças entre os povos, entre as nações, entre as raças e classes. “Era patente a necessidade de excluir da sociedade seus antagonismos, e isto foi feito, paradoxalmente, tornando os excluídos inclusos nas instituições” (SILVA, 1997, p.176). Algo que explicasse, por meios técnicos e marcas físicas, as superioridades e inferioridades sociais seria bem vindo para legitimar e sustentar a hierarquização da sociedade que estava a instituir-se.

Assim as casas de loucos, de presos e de doentes precisaram ser criadas para asilar, em seus respectivos lugares, os objetos de disciplinarização e controle do Estado e da sociedade: o preso na prisão, para controlar e inibir o crime e assim garantir a segurança da cidade, o doente no hospital, afastando o contágio das doenças, e mais tarde o louco no hospício, para afastar a irracionalidade de uma sociedade que se pretendia racional em sua organização. (SILVA, 1997, p.177- 178).

São a técnica e a ciência, oferecendo seus instrumentos de classificação e de poder ao Estado novo, que agora pode contar com as heranças da passionalidade do patriarcado, hibridizadas à racionalidade moderna. Tomando a Europa como centro e modelo de desenvolvimento e o Brasil como um país periférico produtor de uma subcultura, rapidamente se desenvolve e se legitima a idéia eugênica de que

... na pureza da raça [estaria] a resposta para o controle da violência, estabelecendo que havia uma tendência ‘natural’ para prática de crimes na população mestiça. Assim, as teorias biológicas sobre a criminalidade foram apropriadas para apoiar ideologias de cunho racista. (PEDROSO, 2002, p.66).

Quando a antropologia criminal estabelece o estereótipo do criminoso e atribui suas características a elementos intrínsecos aos sujeitos, como os de ordem biológica, por exemplo, ela retira de nossas formas de organização social a influência sobre os sujeitos e descola-os do seu contexto. Desse modo, ela acaba por justificar as diferenças estruturais e acomodar as desigualdades sociais, deixando-as de fora do repertório de explicações para os fenômenos. O sujeito está entregue a si mesmo e ele é o único responsável por seu modo de ser e estar no mundo e está fadado ao seu destino.

Contudo, essa visão, ao mesmo tempo em que traria alento – estavam sendo sistematizados métodos de aprimoramento do povo – traria uma tarefa quase impossível – como efetuar essa “limpeza” étnica em um país miscigenado em sua quase totalidade (SILVA, 2005, p.76)? E se o sujeito não podia ser aperfeiçoado, o que fazer com ele? Esses dois lados da moeda propiciaram que o Brasil não acatasse a eugenia do ponto de vista legislativo nem permitisse que a antropologia lombrosiana chegasse a figurar como uníssona das instituições nacionais (SILVA, 2005, p.92).

1.4. Considerações finais - A prisão brasileira a serviço

Consideramos então, que embora não tenhamos “vestido” sem desfaçatez a carapuça da eugenia e tivéssemos nos permitido vivenciar – como vivenciamos até hoje – a disputa entre teses biológicas fatalistas e teses sociológicas, a respeito das supostas incivilidade e criminalidade brasileira, outras vias de profilaxia social seriam utilizadas como alternativas a essa ambivalência¹⁹ (SILVA, 2005). Se a prisão moderna, como a conhecemos, foi pensada para a reforma de um sujeito e fracassaria em aperfeiçoá-lo ao deparar-se com seu determinismo biológico, serviria então, como alternativa

¹⁹ Conforme Silva, duas matrizes jurídico-filosóficas estruturaram a prisão – a primeira marcada pelo classicismo e pela política correccional e a segunda pelo positivismo e pelo biodeterminismo.

profilática, permitindo ao menos o isolamento daqueles que não se rendessem à ordem social desejada.

Como afirmamos no início desse artigo, não existem fatos excepcionais relacionados à existência das prisões como elas são hoje no Brasil. No entanto, existem desfechos, ligados a diversos fios condutores que foram sendo complexamente tramados ao longo da história da instituição prisional no país. Esses fatos da história prisional do país tiveram suas tramas e amarras reproduzidas, ou mantidas, por estratégias nem sempre intencionais, mas muito concretas de controle social que, no Brasil, se utilizaram e se utilizam de maneira peculiar de retóricas reformistas modernas reprodutoras de segregação.

Pode-se compreender como retórica o arranjo de palavras e argumentos que é efetuado a partir da enorme variedade de meios que a linguagem nos oferece para falar sobre o mundo. Por esta perspectiva, nunca há isenção de responsabilidade daquele que fala, sobre o que fala e como fala, pois “não existe linguagem que seja pobre a ponto de só permitir que seus usuários descrevam o mundo de uma única maneira, rigidamente determinada” (BILLIG, 2009, p.210).

E sempre que há uma tentativa de se explicar algo – e o discurso, a teoria, a narrativa e a história são explicações seletivas e interpretativas do mundo –, há a emergência do fenômeno representacional, pois nunca lidamos com a realidade em si, mas com representações que fazemos dela. Essas representações acabam por se constituir naquilo a que chamamos ‘realidade’: uma construção social dos sujeitos (JODELET, 2005). Nesse contexto de produção de discursos sobre o mundo, quando as formas simbólicas são utilizadas no sentido de criar, manter ou reproduzir, relações de dominação, chamamos esse uso de ideológico (THOMPSON, 1995).

A ideologia é concebida aqui como um sistema ordenado de idéias ou representações, norma e regras que operam socialmente e são percebidas, ou muitas vezes passam despercebidas, como se

existissem em si e por si mesmas, separadas e independentes das condições materiais e históricas. A essência da ideologia é sua função de ocultar o processo histórico de constituição dessas idéias, representações, normas e regras no contexto das relações de poder. A ideologia evita que os dominados percebam as artimanhas da dominação (NASCIMENTO, 2003, p. 27).

Os diversos autores estudados para essa reconstrução da história das prisões no Brasil apontam em seus textos elementos centrais para as representações e ideologias sobre as quais se funda a história da sociedade brasileira e, por conseqüência, a história das prisões nesse contexto. O que passamos a fazer agora é a discussão de alguns dos aspectos que foram mencionados pelos historiadores e que, a nosso ver, merecem ser debatidos: os elementos constitutivos das representações da instituição prisional e de seu público no país; a relação entre essas representações e a permanência histórica da prisão como alternativa válida e legitimada para execução de penas no Brasil.

1.4.1. A retórica reformista moderna e a armadilha do projeto inacabado

A história das prisões no Brasil, tomando como exemplo o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, é feita de sobreposições e complementaridades. O Calabouço – prisão pré-moderna, pessoal e patriarcal – sobreviveu mais de quarto de século, concomitantemente à Casa de Correção – prisão reformada tendo por base o projeto moderno, impessoal e burocrático – cada uma, com reflexos da outra.

Durante o mesmo período, a persistência das masmorras coloniais, tanto o antigo Calabouço como a cadeia do Aljube, chocavam claramente as pretensões da classe política que se via portadora da modernização tanto no campo institucional quanto ideológico (HOLLOWAY, 2009, p.278).

Essa hibridização, que ocorreu em tudo o que participou do processo de conformação do estado-nação brasileiro, para alguns será o signo de uma ineficiência ou debilidade – uma “... incapacidade de separação do público e do privado, na incapacidade de formalizar relações” (SILVA, 1997, p.86). Essa

leitura, que parte da idéia dos esforços de modernização do Brasil como insuficientes, concebe um complexo 'periferia-centro' que gera em diversas instituições sociais brasileiras um sentimento de estar sempre aquém daquilo para o qual foram pensadas e turva a visão sobre a originalidade, a especificidade brasileiras.

É o que alguns autores apontam como viver sob a “lógica da falta” (SILVA, 1997, p.89), característica dos projetos modernos, que faz com que se fique preso a “uma obsessiva marcha adiante – não porque sempre se queira mais, mas porque nunca consegue o bastante” (BAUMAN, 1999, p.18). Essa lógica encerra os movimentos e os restringe a reformar, sustentar, melhorar, sem, contudo, perceber o idiossincrático, o novo, a plenitude, ou as possibilidades de outros fazeres que permitam pensar sob outras lógicas.

Por essa perspectiva, o desenvolvimento, o conhecimento e por consequência tudo o mais, participariam de uma sequência linear, cadenciada e evolutiva, onde se abandonariam estágios anteriores, primitivos para a ascensão progressiva a estados posteriores e superiores. Isso nubla, para nós brasileiros, a ligação fundamental entre a forma como vivemos e conhecemos, e nosso contexto social e histórico, na medida em que, abona o conhecimento do outro, produzido em outro contexto, com tendo um peso político superior. Esse conhecimento transposto e implantado faz com que nos concebamos como inferiorizados, por nos avaliarmos por parâmetros e saberes que não foram criados para nossa realidade.

Modelos comparativos tanto iluminam como acarretam perigo: de um lado, eles permitem a expressão da diferença, que se constroem entendimentos e insights a partir da experiência de outros; de outro lado, podem construir hierarquias que definem o que é melhor e o que é pior, o que é superior e o que é inferior. (JOVCHELOVITCH, 2008, p.83)

Ou seja, nós Brasileiros, quando abraçamos o projeto de modernização necessariamente como de europeização ou americanização do país, nos

colocamos continuamente “... uma tarefa impossível. [E]²⁰ é precisamente a inconclusividade endêmica do esforço que [...] impossibilita que o esforço venha jamais a cessar (BAUMAN, 1999, p.17)”.

“Como todos os horizontes, eles se movem continuamente no tempo e assim emprestam ao andar a ilusão sustentadora de um destino, propósito e direção” (BAUMAN, 1999, p.18). Essa ideologia foi assumida por nós brasileiros no encontro de culturas que consistiu em verdadeiro atropelamento de várias culturas e civilizações que entraram em contato com a matriz civilizacional européia (FERREIRA, 2009), o que alguns autores vão chamar de “encobrimento” ao invés de descobrimento (JOVCHELOVITCH, 2008).

Esse encobrimento de nossas potencialidades e de nossa criatividade nos faz criticar nossas diferenças, subestimar nossas particularidades, classificar nossos esforços como terceiro-mundistas, nos avaliando sob o ponto de vista do europeu ou do americano. Nesse encontro, a assunção pelo brasileiro do poder disciplinador do estrangeiro, resultou em uma visão de si mesmo negativada e na tentativa de encaixe de nossa civilização em parâmetros que não foram construídos para nossas necessidades. Neste aspecto, “os intelectuais brasileiros [...] erroneamente pensaram que, introduzindo formas de governo e estruturas políticas e econômicas ocidentais, acabariam por ocidentalizar-se” (GAUER, 2009, p. 71).

As prisões brasileiras, como diversas outras de nossas instituições, padecem sob a égide de uma permanente reforma que jamais foi ou será concluída. Mas essa reforma precisa ser sistematicamente galgada no intuito de atingir uma pureza de funcionamento idealizada pelo racionalismo utilitarista moderno, e pelo desejo de deixar para trás a história patriarcal, interpretada por alguns como sinais de atraso e pessoalidade, característicos de um país com nossa conformação histórica. Essa corrente faz com que o Brasil deseje a

²⁰ O texto entre colchetes foi inserido por nós.

prisão européia ou a prisão americana, mas de qualquer modo: a prisão. É como se não pudéssemos encontrar uma saída que não fosse orientada pelo que se produziu no resto do mundo como alternativa – é como se o Brasil não conseguisse almejar o encontro consigo mesmo (RIBEIRO, 1995).

Como “... mudanças sociais provocam mudanças fundamentais no pensamento e seus processos” (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 112) e vice-versa, estamos presos à lógica da razão européia e americana de segurança pública – lida por nós, brasileiros, como a lógica do centro e portanto, a lógica ideal – e não nos permitimos pensar sob outras lógicas, lógicas específicas, lógicas idiossincráticas. Não deixamos de nos sentir periferia, tentando incansavelmente, parecer o centro e, além disso, auxiliamos no trabalho de desvalorizar a periferia, ao seguirmos supervalorizando o centro.

1.4.2. O “presenteísmo midiático alienante” e inventor de crises instantâneas²¹

Agregada à égide de buscar ser ‘um outro’ idealmente civilizado, carrega-se como brasileiro o desejo de liberação da historicidade que insiste em demonstrar que somos nós próprios. E a forma como, usualmente, se fala das prisões brasileiras, principalmente nos meios de comunicação mais populares pode dar a entender, que a história das prisões no Brasil tenha tido um começo com um ápice de bonança para, a seguir, ou somente muito depois, deslançar em correntes de acontecimentos que se desfecharam em sua precariedade e morbidez.

Mas no Brasil, como na maioria dos países da América Latina, como se pode observar na descrição histórica, “as prisões modernas²² parecem já

²¹ O segundo artigo dessa tese irá trabalhar esse tema, trazendo dados empíricos a respeito da invenção da crise do sistema penitenciário no RS e de como a produção do caos penitenciário como emergência produz um descolamento da prisão de sua realidade sócio-histórica, gerando como produto projetos imediatista de reforma que não conseguem extrapolar a lógica prisional.

²² O termo moderno se refere, conforme o autor citado, principalmente, ao seu uso cronológico,

nascer [...] tortas e quebradas” (MAIA & [et al.], 2009, p.9). A partir dessa constatação, as tão discutidas “crises”, “caos” ou “colapsos” vividos pelas prisões, não possuem nada que as referenciem a tais conceitos. Uma crise, ou um colapso, significa um súbito ou repentino desequilíbrio, uma situação momentaneamente grave, ou mesmo uma fase de transição. De modo que adjetivos como crise, ou colapso, pouco ou nada se ajustam ao momento atual ou a qualquer uma das fases da instituição prisional no Brasil. Mesmo assim, como se pode observar na tabela a seguir, a visão de situação momentânea, é reproduzida pelos jornais mais importantes do país.

Tabela 2 Manchetes de Jornais

JORNAL	DATA	LOCAL DA NOTICIA	MANCHETE
FOLHAONLINE	07/06/2004	RIO DE JANEIRO	SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM PRESÍDIOS DO RIO DISPENSA LICITAÇÕES
	23/07/2003	BRASIL	ESPECIALISTAS DISCUTEM A CRISE CARCERÁRIA NO PAÍS
	25/02/2003	SANTA CATARINA	GOVERNO DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO SISTEMA PRISIONAL DE SC
ESTADÃO.COM.BR	17/11/2009	BRASIL	NÃO DA CRISE DOS PRESÍDIOS
	17/04/2009	BRASIL	PRISÕES ESTÃO EM “CRISE TERRÍVEL”, DIZ TARSO
	08/10/2008	RIO GRANDE DO SUL	YEDA DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM PRESÍDIOS GAÚCHOS
JBONLINE	07/12/2009	RIO DE JANEIRO	CRISE CARCERÁRIA EM PAUTA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ALERJ
ZERO HORA	31/10/2008	RIO GRANDE DO SUL	CAOS NOS PRESÍDIOS DO ESTADO
	06/10/2008	RIO GRANDE DO SUL	O CAOS DO CENTRAL
	11/06/2009	RIO GRANDE DO SUL	CAOS NOS PRESÍDIOS GAÚCHOS PROVOCOU 50 MIL FUGAS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Fonte: Coleta direta de dados nas fontes mencionadas

Um fato que corrobora com a não existência de um momento de crise das prisões brasileiras é o de que as queixas, que hoje se reproduzem nas manchetes de jornais ou revistas e nos telejornais, são muito semelhantes as que eram veiculadas nos boletins, documentos e jornais do Brasil colonial. Tais queixas falavam das prisões pré-modernas como Calabouços e Aljubes e, posteriormente, no período pós-colonial, quando foram fundadas as primeiras Casas Correcionais, das primeiras prisões que buscavam investir na “modernização” do tratamento dos criminosos.

adjetivando de “moderno” o início do fim da era colonial (pré-moderna) e o começo da independência dos países da América Latina no final do século XIX; e segundo, referindo-se a um espírito de destraditionalização das sociedades e da busca por reformas desenvolvimentistas que reflete os objetivos e esperanças das elites.

A superpopulação carcerária, por exemplo, já era um problema enfrentado pelos governantes no final do século XVIII. Na capital do vice-reinado as prisões eram insuficientes para tantos detidos, as doenças e as altas taxas de mortalidades indicavam as precárias condições sanitárias e havia elevados índices de fuga. Desta forma, “... as cadeias – que haviam sido concebidas para ter caráter provisório – ficaram abarrotadas por todo o império” (ARAÚJO, 2009, p.230). E essa não foi a tônica somente do período anterior à reforma:

Decididamente está malfadada a Casa de Correção, onde constantes são as revoltas, as evasões, os conflitos, as lutas, os ferimentos. Se a passada administração muito deixava a desejar, pela desordem, pela anarquia em que vivia este estabelecimento penal, a presente, há pouco iniciada, não parece melhor. Pelo menos isso demonstram os fatos ultimamente lá ocorridos e que revelam apenas falta de ordem e de disciplina necessárias em um estabelecimento de tal natureza e que podia, no entanto ser um modelo no gênero, com os elementos de que dispõe e com o pequeno número de condenados a ele recolhidos. (Jornal do Brasil, 20/jan/1905, p.1 Apud SANT'ANNA, 2009, p.309).

No Rio Grande do Sul, como no restante do Brasil, isso não foi diferente. Nas recém reformadas prisões porto-alegrenses

todos os compartimentos são ocupados pelo quádruplo de pessoas que pode neles habitar [...] Poderá se fazer idéia desta inquisitorial prisão, considerando-se o desespero desta miserável gente, amalgamada como objetos em uma caixa, recebendo sobre si durante a noite água da chuva sem ter por onde desviar-se. Tal é o estado da Cadeia Civil da capital da Província do Rio Grande. (Câmara Municipal de Porto Alegre²³ Apud PESAVENTO, 2009, p.37).

Nesse sentido, a ignorância de um passado que se repete ou se reedita, ou o movimento de tentar obscurecê-lo, representando os fatos atuais como emergências, produzem um descolamento da realidade. Isso faz com que os fenômenos atuais pareçam produzidos conjunturalmente de forma instantânea ou mesmo, que os próprios fenômenos produzam sobre si, tônicas de

²³ Relatório da comissão nomeada pela Câmara para visita das prisões e instituições de caridade da capital da província. 1885. Arquivo Histórico do Estado do RS, lata 137, maço 149 (1884-1888) correspondência expedida.

originalidade. Como conseqüência, há uma naturalização do presente, na medida em que ele parece revelar situações atípicas e que, portanto, precisam de invenções autênticas e que levam tempo para ser construídas, gerando ações enjambradas que possuem uma aura de inovação.

A aparente ingenuidade no tratamento dessas situações “inusitadas”, reforçada pela representação de a-historicidade, onde se maquia a existência de experiências anteriores, remove a qualidade de negligência e desculpa os erros atuais. E as “novas velhas” soluções para os “novos velhos” problemas passam a ser toleradas por se estar sempre respondendo à emergência e nunca conseguindo lidar com questões mais profundas. Além disso, remontar essa história e reconhecer o fracasso radical das prisões implicaria em uma grande mudança de posicionamento.

1.4.3. O espírito lombrosiano e eugênico²⁴: o criminoso como origem do crime²⁵ e a violência técnica na busca pelas justificativas das desigualdades sociais

Que o negro seja negro é indiscutível [...] Mas o que fez do negro o que ele foi até agora tem pouca relação com sua negritude; A exclusão – como fato social – de que o negro é objeto numa

²⁴ O terceiro artigo dessa tese irá trabalhar especificamente esse tópico, trazendo como dados empíricos os discursos proferidos pelos técnicos de plantão, e as representações e ideologias presentes nestes discursos.

²⁵ Utilizo essa expressão, citada por Wacquant (2001) em seu livro “As Prisões da Miséria”, onde ele explica que a base ideológica de uma sociedade que abandona progressivamente suas políticas sociais e recrudescer seus instrumentos repressivos e punitivos é a meritocracia. Pensamento no qual se entende que “para além de todas as teorias de inspiração sociológica, a origem mais certa do crime é o próprio criminoso.” (BRATTON Apud WACQUANT, 2001, p.59). Portanto, “nenhuma reforma estrutural da sociedade pode alterar as identidades, pois na nova política atual é a personalidade, e não a renda ou a classe, que representa a qualidade determinante de uma pessoa.” (ROCHÉ Apud WACQUANT, 2001, p.49). Há segundo Wacquant (2001), nesse sentido, um “empreendimento transnacional de conversão simbólica visando impor como evidente e universalizando o novo *ethos punitivo* necessário para justificar a escalada do Estado Penal.” (p.52). Em que “... compete às instituições policiais e penitenciárias na sociedade neoliberal avançada – reafirmar a autoridade moral do Estado no momento em que ele próprio é atingido pela impotência econômica, impor ao novo proletariado um salário precário e engaiolar os inúteis e os indesejáveis da ordem social nascente...” (p.53).

sociedade racista, que precisa explorá-lo para sobreviver, é o que o determina como inferior e selvagem. (BASÁGLIA 1968/2005, p.137).

Como mencionamos anteriormente, quando se hibridizam na conformação do Estado-nação brasileiro as heranças da passionalidade do patriarcado – culto a propriedade privada e à escravidão – e da racionalidade moderna da técnica e da ciência – teorias biológicas sobre a criminalidade e demais diferenças e o higienismo – insurgem processos extremamente violentos de ordenação e de repressão. Com a idéia de que nós somos periferia – atrasados em nosso desenvolvimento – e a Europa seria o centro – modelo civilizacional – certas explicações eugênicas sobre as especificidades brasileiras e a criminalidade no país começam a fazer sentido, como eco de um desejo de europeizar nosso desenvolvimento.

O Brasil precisava se alinhar aos desígnios da modernidade e organizar os espaços urbanos, sem, contudo, redistribuir posições de poder. Novas instituições e saberes especializados deveriam ser criados como instrumentos de uma profilaxia que, gerenciada pelo Estado, possuiria claras finalidades políticas e econômicas. A nova sociedade precisava justificar com eficácia porque, com a aparente decadência do controle patriarcal, tão poucos seguiriam detendo poder e persistiria tão desigual repartição de riquezas.

Como “as elites dirigentes brasileiras viveram sempre e vivem ainda sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas. [...] Esse risco sempre presente é que explica a preocupação obsessiva que tiveram as classes dominantes pela manutenção da ordem” (RIBEIRO, 1995, p.25). A violência do controle social para que isso não viesse a ocorrer, precisava travestir-se de aparências aceitáveis e poderes discretos que não criassem tantas contradições, ou ao menos as minimizassem, e encontrou um novo modo de operar: “... estender a empreitada ao poder dos técnicos, que o administrarão em seu nome e continuarão a criar – mediante formas diversas de violência, como a violência técnica – novos excluídos” (BASÁGLIA, 1968/2005, p.94).

A Escola Biológico-Positiva (PEDROSO, 2002, p.65) seria um dos referenciais que instrumentalizaria essa sociedade em ascensão, que começava a entender a necessidade de fundamentar melhor seus métodos de exclusão/inclusão. A Antropologia Criminal, baseada nos pressupostos dessa escola, seria o reforço almejado para justificar as diferenças sociais. Frutificavam pensamentos eugênicos de que, por exemplo, “impedir a conjugação fecunda dos alcoólatras e dos criminosos seria, pois a única prevenção do criminoso nato, que quando é tal, como se vê em nossa história, nunca se mostra suscetível de cura” (LOMBROSO, 2007, p.86).

Enquanto a antropologia criminal internacional estabelecia gradações evolutivas para adaptação à convivência em sociedade, o sociólogo brasileiro Nina Rodrigues, adepto da escola de Lombroso, afirmava que o ideário criminoso estava ligado à evolução social de um povo, e “o mestiço, segundo ele, era o resultado de um cruzamento degenerativo das raças”. O pensamento eugênico fazia parte dos ideais burgueses do Brasil da época e ‘bons’ cruzamentos começavam a ser almejados, como forma de melhoramento da raça e diminuição da criminalidade (PEDROSO, 2002, p.65-66). “Nesse caminho, acabaram por caracterizar o povo brasileiro (e alguns, a si próprios) como uma ofensa ao senso estético e à dignidade humana” (GAUER, 2009, p.72).

Além das características físicas e biológicas, espraiava-se também o escrutínio das personalidades pelos saberes especializados recém inaugurados. As penas passavam a ser dirigidas também às subjetividades, interpretadas como afetadas por questões fisiológicas e hereditárias, que deveriam ser avaliadas por parâmetros impostos pelo saber técnico. Dessa forma, o afastamento gradativo dos sujeitos pelos técnicos, daquilo que se estabelece como norma, ao mesmo tempo em que ratificaria o distanciamento desse sujeito daqueles a quem a norma preservaria, seria o que comprovaria a própria norma como desejável.

Com essa dinâmica – de relação entre o estabelecido como norma e o estabelecido como fora dela, a sociedade elege aqueles que serão considerados os seus sujeitos (normais) e aqueles que serão considerados seus objetos (anormais). De qualquer modo opera-se uma co-dependência entre os sujeitos da norma e os “objetos” anormais. E, embora “... a ciência, [...] em sua ação classificatória e discriminante, se reporte ao conceito de norma como a um valor absoluto, nitidamente definível...” (BASÁGLIA, 1968/2005, p.133), a norma é criada e imposta por ela própria, a ciência, que ao precisar se afirmar sobre uma objetualidade, a utiliza como elemento intrínseco à manutenção de seu lugar de poder.

O crime e o criminoso neste contexto aparecem como aquilo que ameaça os ideais de desenvolvimento e de evolução. Isso faz com que se gerem fissuras na estabilidade social almejada, desacatando a cadência da marcha rumo ao projeto inacabável de nos tornarmos o que não somos: seria preciso separar “...os que são capazes e os que não são capazes de serem responsáveis por si mesmos.” (WACQUANT, 2001, p.49). “E a pena constituiria a expressão simbólica oposta àquela representada pelo crime, ou [seja], uma demonstração de vigência da norma às custas de um responsável” (KARAN, 2009, p.03).

Desse modo os saberes escrutinadores deslocam o sujeito de sua posição de sujeito, para condição de “... objeto de abstrações normativas e instrumento de funções sociais. O indivíduo assim se converte em suporte de uma ação simbólica cujos fins o ultrapassam e para cuja realização passa a constituir unicamente um instrumento” (KARAM, 2009, p. 04). Esse bode expiatório é quem deve exercitar a norma como forma de fazer reconhecer a ela e, ao mesmo tempo, outorgar poder aqueles que a criaram. De modo que o signo do que subverte a norma no Brasil contemporâneo nem sempre será o negro, embora muitas vezes o seja, nem sempre será o homem de feições rudes, embora muitas vezes o seja e nem sempre será o louco, embora muitas vezes o seja, mas será sempre uma nova invenção do desviante, do risco, do inimigo.

Assim, se não chegamos a regular, ao menos legislativamente, os processos reprodutivos em nome da melhoria da raça – proposta inicial das teses eugênicas – utilizamos técnicas concretas de escrutínio eugênico/higienista que serviram ao mesmo propósito de outros modos e que justificavam, e justificam até hoje, o isolamento dos membros indesejáveis dessa sociedade:

Este é o contexto em que as abordagens mais negativistas e ortodoxas acerca da mestiçagem, como as defendidas por Nina Rodrigues, dividirão espaço com as posições mais otimistas, embaladas por diagnósticos que, se ainda se apoiavam nas teses raciais, passaram a apontar a capacidade regeneradora da mestiçagem bem como a ação profilática da higiene e da eugenia. Ao higienizar e curar salvava-se a raça. A partir da primeira década do século XX, um conjunto de fatores de ordem social e moral irá se somar aos fatores bio-deterministas, e nesse processo, um outro viés passará a dominar a intelectualidade da época: o otimismo regenerador do povo e da nação. (SILVA, 2005, p.76/77).

As lutas pelo progresso e pela organização das cidades, o sanitarismo e a profilaxia social, não disfarçavam o racismo de suas práticas e nem precisavam fazê-lo. Os ideais de regeneração e de evolução fizeram, por exemplo, com que a medicina brasileira se preocupasse mais com a febre amarela que atingia os estrangeiros que povoariam a nação, do que com a tuberculose que matava os negros.²⁶ As medidas públicas eram travestidas de uma “... ideologia da ‘administração competente’ e da gestão ‘técnica’ da coisa pública, algo que permitiu aos governantes ocultar, ou ao menos dissimular, desde então, o sentido classista de suas decisões políticas (CHALHOUN, 1996, p.8) e

A intervenção dos higienistas nas políticas públicas parecia obedecer ao mal confessado objetivo de tornar o ambiente urbano salubre para um determinado setor da população. Tratava-se de combater doenças hostis à população branca, e esperar que a miscigenação – promovida num quadro demográfico modificado pela imigração

²⁶ Para acompanhar um exemplo de práticas contemporâneas que reproduzem esse tipo de postura, leia “Em dívida com os pobres há 100 anos”, sobre a situação da malária no Brasil, cem anos após a descoberta da doença de chagas, no nº81 da Radis: comunicação em saúde, de maio de 2009, disponível em <http://www4.ensp.fiocruz.br/radis/81/pdf/radis_81.pdf>, acessado em 20 de julho de 2010.

européia – e as moléstias reconhecidamente graves entre os negros lograssem o embranquecimento da população, eliminando gradualmente a herança africana da sociedade brasileira (CHALHOUB, 1996, p.9).

Independente de qual de suas faces torna-se mais visível em cada época da história brasileira, estes são traços das metamorfoses vividas pelas formas de conceber a gestão das diferenças sociais – a escravidão, o racismo, a eugenia, o higienismo e a prisão, como um de seus resultados mais cruéis. A construção da noção de “classes pobres”, “classes perigosas”²⁷ – ameaças à saúde, ameaças à segurança, ameaças à ordem social – aliada à idéia de que as cidades devem ser administradas por critérios técnicos ou científicos parte de uma: “... crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear então a condução não-política, ‘competente’, ‘eficiente’, das políticas públicas” (CHALHOUB, 1996, p.20).

A prisão, devido ao aumento vertiginoso de sua população ao longo dos anos pode ser considerada, entre outras estratégias aliadas a ela, como uma “máquina varredora da precariedade”: uma poderosa forma de recolhimento e armazenamento dos inúteis, indesejáveis ou perigosos. Agindo também para ocultar ou neutralizar a miséria, garantindo assim sua retroalimentação a partir dos seus próprios efeitos de repauperizar seus transeuntes, tornando-os ainda mais miseráveis e menos inseridos (WACQUANT, 2001, p.143).

Nesse sentido, a superação da lógica prisional, entre outras coisas, inclui a superação da lógica da falta civilizatória brasileira e a superação da lógica da emergência contemporânea da prisão como problema a-histórico. Por fim, a superação da lógica higiênico-eugênica da norma, como aquilo que ratifica o desvio e sustenta o poder político e técnico científico de estabelecê-la.

²⁷ Chalhoub (1996, p.20) fala dessas duas expressões, como criadas no século XIX para expressar mais ou menos a mesma coisa – pessoa que já tivessem passado pela prisão, ou que houvessem optado por sustentar-se do furto, ao invés do trabalho. Indivíduos que houvessem abertamente escolhido uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei.

Referências

- AGUIRRE, C.** Cárcere e Sociedade na América Latina. In: **MAIA, C. N.** [et al. org.]. *História das Prisões no Brasil – Volume I.* Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 35-77.
- AMARANTE, P.** (org.) **BASÁGLIA, F.** *Escritos Seleccionados em Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica.* Loucura XXI. Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Garamong, 2005.
- ARAÚJO, E. M.** Entre Dois Cativeros: Escravidão Urbana e Sistema Prisional no Rio de Janeiro. In: **MAIA, C. N.** [et al. org.]. *História das Prisões no Brasil – Volume I.* Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 217-252.
- BAREMBLITT, G.** *Compêndio de Análise Institucional.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 4ªed., 1998.
- BATISTA, V. M.** Prefácio à Edição Brasileira. In: **GIORGI, A. De.** *A Miséria Governada através do sistema penal.* Pensamento Criminológico v. 12. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006, p. 05- 07.
- BAUMAN, Z.** *Modernidade e Ambivalência.* Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BECCARIA, C.** *Dos delitos e das penas.* Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret, 1764/2004.
- BILLIG, M.** *Argumentando e pensando: uma abordagem retórica à psicologia social.* Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyene. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BRETAS, M. L.** O que os Olhos Não Vêem: História das Prisões no Rio de Janeiro. In: **MAIA, C. N.** [et al. org.]. *História das Prisões no Brasil – Volume II.* Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 185-213.
- CHALHOUB, S.** *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHAZKEL, A.** Uma Perigosíssima Lição: A Cada de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: **MAIA, C. N.** [et al. org.]. *História das Prisões no Brasil – Volume II.* Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 07-45.
- DaMATTA, R.** *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma Sociologia do Dilema Brasileiro.* 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

- FERREIRA, R. A.** O Tronco na Enxovia: escravos livres nas prisões paulistas dos oitocentos. In: **MAIA, C. N.** [et al. org.]. *História das Prisões no Brasil* – Volume I. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 179-201.
- FOUCAULT, M.** *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GAUER, R. M. C.** *A fundação da norma: para além da racionalidade histórica* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- GOFFMAN, E.** *Manicômios, Prisões e Conventos*. 7ª ed. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- GUARESCHI, P.** *Psicologia social crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- HOLLOWAY, T.** O Calabouço e o Aljube do Rio de Janeiro no Século XIX. In: **MAIA, C. N.** [et al. org.]. *História das Prisões no Brasil* – Volume I. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 253-281.
- JODELET, D.** *Loucuras e Representações Sociais*. Tradução Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2005.
- JOVCHELOVITCH, S.** *Os Contextos do Saber: Representações, comunidade e cultura*. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- KARAM, M. L.** *A Privação da Liberdade: O Violento, Danoso, Doloroso e Inútil Sofrimento da Pena*. Escritos sobre a liberdade vol.7. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.
- KARAM, M. L.** *Recuperar o desejo da liberdade e conter o poder punitivo*. Escritos sobre a liberdade vol.1. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009b.
- LOMBROSO, C.** *O Homem Delinquente*. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007.
- MAIA, C. N.** Introdução: História e Historiografia das Prisões. In: **MAIA, C. N.** [et al. org.]. *História das Prisões no Brasil* – Volume I. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 09-34.
- MOREIRA, P. R. S.** Recordações da Casa dos Mortos: Projetos Carcerários e Sociabilidades Prisionais. In: **PESAVENTO, S. J. & GAYOL, S.** (org.) *Sociabilidades, Justiça e Violências: Práticas e Representações Culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 57- 88.

- NASCIMENTO, E. L.** *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2003.
- PEDROSO, C. R.** *Os Signos da Opressão: História e Violência nas Prisões Brasileiras*. Coleção Teses e Monografias vol.5. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- PERROT, M.** *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1988.
- PESAVENTO, S. J.** Fronteiras da Ordem, Limites da Desordem: Violência e Sensibilidades no Sul do Brasil, Final do Século XIX. In: **PESAVENTO, S. J. & GAYOL, S.** (org.) *Sociabilidades, Justiça e Violências: Práticas e Representações Culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 07- 55.
- PESAVENTO, S. J.** *Visões do Cárcere*. Porto Alegre: Zouk, 2009.
- RIBEIRO, D.** *O Povo Brasileiro: a Formação e Sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANT'ANNA, M. A.** Trabalho e Conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro. In: **MAIA, C. N.** [et al. org.]. *História das Prisões no Brasil – Volume I*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 283-314.
- SILVA, M. L.** *Do Império da Lei às Grades da Cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- SILVA, M. L.** *Eugenia, Antropologia Criminal e Prisões no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- THOMPSON, J.** *Ideologia e cultura moderna: teórica crítica na era dos meios de comunicação de massa*. (6ª ed). Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis, RJ, Vozes, 1995.
- WACQUAT, L.** *Prisões da Miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

2. “QUEM CONTROLA O PASSADO CONTROLA O FUTURO”: A INVENÇÃO DE UMA CRISE PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL

2.1. Introdução

O uso das técnicas jornalísticas interpela o acontecimento e o sujeito desse acontecimento, assim como a extração de minério provoca a natureza. Não há neutralidade. O jornalismo não é como o moinho que apenas abre suas pás ao vento sem afetar o meio ambiente, mas como o explosivo que abre as entranhas da terra para ter acesso ao seu patrimônio. (SILVA, 2009, p.14).

Em que pese a importância que a mídia adquire com sua habilidade de tornar o familiar, estranho, descobrindo fenômenos comuns, e proporcionando, inúmeras vezes, uma nova perspectiva sobre algo que nos escapa, “em tempos de exacerbação do poder da mídia [...] a mídia instala-se no lugar da justiça, inspeciona tudo e detém a verdade.” (SILVA, 2009, p.14).

A proposta deste trabalho é discutir a visão do Site e do Jornal Zero Hora sobre a questão penitenciária no Rio Grande do Sul. Buscamos mapear as táticas ideológicas²⁸ e as representações da instituição prisional e da pessoa presa difundidas por esse veículo. O Jornal Zero Hora possui sede em Porto Alegre e circula por toda a região sul, pertence ao grupo Rede Brasil Sul de Comunicações – RBS – tem circulação diária e possui um website desde 2007. Foi fundado em maio de 1964, servindo de porta-voz ao Regime Militar entre 1964 e 1985 (FELIPPI, 2007). Atualmente, o jornal possui mais de dois milhões de leitores, sendo um importante formador de opinião na região sul do Brasil.

A questão que pretendemos responder ao final desse trabalho é: quais os principais argumentos utilizados pelo Jornal Zero Hora para discutir a questão prisional no Rio Grande do Sul?

²⁸ O que denomino aqui de “táticas ideológicas” são os diferentes modos pelos quais a ideologia opera, conforme Thompson (1995): legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

Na busca por respostas a nossa questão, lançaremos mão de dois elementos ilustrativos da narrativa de “1984”²⁹ de Jorge Orwell (2009). O primeiro deles é a concepção de que estratégias de controle e dominação social arcaicas sobrevivem aos tempos e mantêm sua força em determinados espaços e discursos sociais. O segundo é o fato de que essa sobrevivência de formas de dominação conhecidas, mas, em alguns casos, travestidas de inovação, se dá à custa de dissimulações³⁰ de certos elementos do passado, como forma ideológica de obnubilar as inconsistências dessa sobrevivência no cenário contemporâneo.

Com base nessas concepções, George Orwell em seu livro “1984” cria um argumento que, segundo ele, traduz o poder de controle da história por uma elite governante. Esse argumento é: “Quem controla o passado controla o futuro, quem controla o presente controla o passado” (ORWELL, 2009, p.291). Mesmo levando em conta que existem muitas diferenças entre o contexto criado

²⁹ A história de “1984” de George Orwell se passa no “futuro” ano de 1984 na Inglaterra, em um megabloco da Oceania, imaginado por Orwell. Ele possui esse nome por ser uma congregação de países de todos os oceanos. Disfarçada de democracia, a Oceania vive um totalitarismo de que o “Partido” chegou ao poder sob a batuta do onipresente “Grande Irmão”. Narrado na terceira pessoa, o livro conta a história de Winton Smith, membro do partido externo, funcionário do Ministério da Verdade. A função de Winston é reescrever e alterar dados de acordo com o interesse do Partido. Winston questiona a opressão exercida pelo partido e sabe que fatalmente, alguém que pense diferente seria capturado pela “Polícia da Idéias” e vaporizado. Desapareceria. Inspirado na opressão dos regimes totalitários das décadas de 30 e 40, o livro não se resume a criticar o stalinismo e o nazismo, mas toda a nivelação da sociedade, reduzindo o indivíduo a um peça servil ao Estado ou ao mercado. O personagem de Winston representa o cidadão comum vigiado pelas “teletelas”. Essa obra prima foi publicada em 1948, e seu título foi invertido para “1984”, a intenção de Orwell era descrever um futuro baseado nos absurdos do presente.

George Orwell era um pseudônimo utilizado pelo autor inglês Eric Arthur Blair, nascido em 1903, conhecido pelo pensamento originalíssimo, desencantado com a sociedade de que faz parte, repudiando todo intelectualismo e seu artificialismo. Algumas obras do autor: “Dias na Birmânia” (1934), “Mantenha o Sistema” (1936), “Um pouco de Ar, Por Favor!” (1939) e “A Revolução dos Bichos” (1945).

Acessível em <<http://www.duplipensar.net/george-orwell/1984-orwell-resumo.html>> acessado em 29 nov. 2010.

³⁰ Segundo Thompson (1995, p.83) “... relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem apresentadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes.”

e vivido por Orwell e os dramas de nossa contemporaneidade, é possível parodiar algumas noções lançadas pela narrativa desse romance e, fazendo analogias, percebê-las como fragmentos ainda mesclados à nossa atualidade. Em que pesem as distâncias, ao satirizar o mundo em que viveu e apontar para os seus desfechos no futuro, George Orwell (2009) mostra, a quem se aventura a uma releitura, a vivacidade de suas premonições, no que se refere a determinados campos de relações, instituições ou discursos sociais contemporâneos.

O embasamento para a problematização lançada por este artigo tem seu ponto de partida na teoria das representações sociais. Essa teoria afirma que a narrativa de uma história é sempre uma representação que edifica posicionamentos e visões de mundo e, como tal, não há possibilidade de neutralidade para as narrativas, porque não há neutralidade nas representações de mundo que subjazem a elas (MOSCOVICI, 2003). Dessa forma, um veículo de comunicação, como o Jornal Zero Hora, pode

... controlar o fluxo de informações que circula por dada sociedade, [e] em grande medida, controlar a produção do imaginário social, ou seja, atuar diretamente sobre a forma como os indivíduos representam a si mesmos, e em seu grupo social, as relações e as condições de vida a que estão submetidos (GUARESCHI, p.44, 2000).

Essas representações apontam para a fricção que ocorre entre o discurso explicativo de um autor ou veículo, que conceitua e ordena a realidade, e outras possíveis explicações e discursos que se produzem sobre esta realidade. Para a teoria das representações sociais, nesses embates de saberes entre discursos, alguns saberes podem tentar sobrepujar a outros (MOSCOVICI, 2003). Pois nos encontros entre saberes “... dois ou mais sistemas representacionais, que expressam diferentes mundos subjetivos, intersubjetivos e objetivos” (JOVCHELOVICH, 2008, p.216) podem produzir “... diferentes resultados, dependendo de como os interlocutores se comunicam, se reconhecem como parceiros legítimos em interação” (p.221). Assimetrias de poder nesses encontros podem provocar o encobrimento ou a negação da perspectiva do outro.

Os meios de comunicação, nesse contexto, são instrumentos privilegiados de poder, pois criam, reproduzem e veiculam formas simbólicas, nem sempre dando espaço para as vozes dissonantes ao seu discurso. Ou seja, em muitos casos impõem o seu sentido aos fenômenos sociais. É o trabalho do psicólogo social, procurar o desmanche dessas ideologias e, com análises criteriosas, tentar ultrapassá-las, apontando suas estratégias e contradições. Então, como conceito basal a esta análise, utilizaremos também o conceito de ideologia de Thompson (1995, p. 76), que afirma que “estudar ideologia é estudar as maneiras como o sentido [serve] ³¹ para estabelecer e sustentar relações de dominação”.

No que se refere às prisões, essas imposições de sentido trabalham, muitas vezes, ocultando, de diferentes formas, os processos de criminalização como cumpridores de funções de “... conservação e reprodução social, onde a punição de determinados comportamentos e sujeitos contribuiria para manter a escala social vertical e serviria de cobertura ideológica a comportamentos e sujeitos socialmente imunizados” (BARATTA, 2002, p.15).

Convém ainda mencionarmos que, nesse trabalho, entendemos as prisões como as mais emblemáticas instituições totais que funcionam “... apenas como depósito de internados, mas, [...] usualmente se apresentam ao público como organizações racionais, conscientemente planejadas, como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas.” (GOFFMAN, p.69, 1961).

2.2. Metodologia

Para analisar os argumentos do site e do Jornal Zero Hora sobre a crise penitenciária no RS, foram pesquisadas matérias publicadas no ano de 2008, em que, uma greve de agentes penitenciários no Rio Grande do Sul trouxe à

³¹ A intervenção entre colchetes é nossa e substituí a palavra “sirva” por [serve], de modo a melhorar a compreensão do texto.

tona, mais concretamente para opinião pública, a miséria humana vivida nos cárceres deste estado. E no ano de 2009, quando o anúncio desta suposta crise acabara de completar um ano.

Para esta pesquisa foi utilizado no site do Jornal Zero Hora o buscador “**Caos nos presídios**”, o que resultou em vinte e uma ocorrências do ano de 2008 – uma de vídeo e 19 de textos – e vinte ocorrências do ano de 2009 – sendo 17 de textos e três de vídeos – totalizando quarenta e uma ocorrências. Como classificação geral, para todos os tipos de ocorrências que apareceram sobre o tema, construímos a tabela a seguir que as apresenta organizadas entre: notícias (05); matérias jornalísticas com autor identificado (05); notas resumidas ou noticiários (03); artigos de colunistas ou leitores (10); ocorrências que apareceram repetidamente ou que não estavam disponíveis (14); e vídeos (04), estes últimos, que não serão utilizados como objeto de pesquisa.

Tabela 3 – Ocorrências Acessadas por “Caos nos Presídios” de jan/2008 a set/2009.

TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	AUTOR	DATA – LOCAL	TIPO
1. O choro de Dilma	Flávio Tavares	23/11/2008 - 06h59min Zero Hora	Artigo
2. Relatório revela más condições das prisões da Região Metropolitana	Carlos Elichury	01/11/2008 - 16h03min zerohora.com	Matéria
3. Caos nos presídios do Estado	S/ autor identificado	31/10/2008 - 22h26min zerohora.com	Vídeo
4. Computadores poderão interligar os presídios gaúchos e a Justiça	Carlos Elichury	10/10/2008 - 07h01min Zero Hora	Matéria
5. Computadores poderão interligar presídios gaúchos e a Justiça	Mesma anterior	10/10/2008 - 05h26min zerohora.com	-
6. O caos do Central	Não encontrada	06/10/2008 - 07h00min Zero Hora	-
7. Central pode ser parcialmente interditado	S/ autor identificado	27/09/2008 - 04h46min zerohora.com	Notícia
8. Central pode ser parcialmente interditado	Mesma anterior	27/09/2008 - 04h46min zerohora.com	-
9. Falência múltipla de órgãos	Paulo Sant'Ana	26/08/2008 - 08h44min zerohora.com	Artigo
10. Falência múltipla de órgãos	Mesma anterior	26/08/2008 - 07h00min Zero Hora	-
11. As celas da indignidade	S/ autor identificado	15/08/2008 - 07h00min Zero Hora	Notícia
12. Resumo do Plantão Gaúcha — Rádio Gaúcha	S/ autor identificado	28/07/2008 - 23h52min zerohora.com	Noticiário
13. Resumo do Chamada Geral - Rádio Gaúcha	S/ autor identificado	28/07/2008 - 18h28min zerohora.com	Noticiário
14. Homenagem vetada	Não encontrada	28/07/2008 - 07h00min Zero Hora	-
15. Defensoria pública do Estado vai arquivar conclusões da CPI do Sistema Carcerário	Jocimar Farina	09/07/2008 - 18h18min zerohora.com	Matéria
16. Resumo do “Chamada Geral” - Rádio Gaúcha	S/ autor identificado	28/07/2008 - 07h00min Zero Hora	Noticiário
17. Força-tarefa	Paulo Sant'Ana	20/06/2008 - 08h32min zerohora.com	Artigo
18. Força-tarefa	Mesma anterior	20/06/2008 - 08h32min zerohora.com	-
19. Sob pressão, relator de CPI recua indiciamento de autoridades	Robson Bonin e Francisco Amorim	20/06/2008 - 06h59min Zero Hora	Matéria
20. Os culpados pelo caos no Presídio	Paulo Sant'Ana	19/06/2008 - 15h59min zerohora.com	Artigo
21. Quebra de acordo	Não encontrada	05/03/2008 - 07h00min Zero Hora	-
22. MP cria grupo para acompanhar a situação do sistema carcerário gaúcho	S/ autor identificado	14/07/2009 - 20h01min zerohora.com	Notícia
23. Caos nos presídios gaúchos provocou 50 mil fugas nos últimos 10 anos	S/ autor identificado	11/06/2009 - 15h31min zerohora.com	Notícia
24. De perder o sono	Rosane de Oliveira	26/05/2009 - 11h27min zerohora.com	Artigo

25. De perder o sono	Não encontrada	26/05/2009 - 06h28min zerohora.com	-
26. Eis o caos, governadora!	Paulo Sant'Ana	26/05/2009 - 06h27min zerohora.com	Artigo
27. Roubar não dá mais cadeia	André Machado	25/05/2009 - 12h42min zerohora.com	Artigo
28. Exemplo de presídio atual	Não encontrada	Sem data	-
29. Exemplo de presídio atual	Paulo Sant'Ana	31/03/2009 - 06h14min zerohora.com	Artigo
30. Luz no fim do túnel	Não encontrada	29/03/2009 - 07h01min Zero Hora	-
31. Luz no fim do túnel	S/ autor identificado	28/03/2009 - 23h05min zerohora.com	Artigo
32. Privatização dos presídios	Paulo Sant'Ana	27/03/2009 - 11h34min zerohora.com	Artigo
33. A privatização em debate	Francisco Amorim e Humberto Trezzi	27/03/2009 - 07h01min Zero Hora	Matéria
34. Novos blocos do Presídio Central serão ocupados em 30 dias, diz secretário de Segurança	S/ autor identificado	26/03/2009 - 20h19min zerohora.com	Notícia
35. Edson Goularte, secretário de Segurança do Estado, fala sobre a situação dos presídios no RS – P. 1	S/ autor identificado	26/03/2009 - 19h32min zerohora.com	Vídeo
36. Edson Goularte, secretário de Segurança do Estado, fala sobre a situação dos presídios no RS – P. 2	S/ autor identificado	26/03/2009 - 19h32min zerohora.com	Vídeo
37. Uma incursão pelo cárcere	Não encontrada	25/03/2009 - 07h02min Zero Hora	-
38. Uma incursão pelo cárcere	Não encontrada	24/03/2009 - 07h01min Zero Hora	-
39. Judiciário vai decidir se aprova prisões privadas	Francisco Amorim	24/03/2009 - 07h01min Zero Hora	Notícia
40. Uma incursão pelo cárcere	Não encontrada	23/03/2009 - 07h01min Zero Hora	-
41. Uma incursão pelo cárcere	S/ autor identificado	21/03/2009 - 14h56min zerohora.com	Vídeo

Fonte: Confecção nossa, a partir dos dados coletados no Jornal e no Site de Zero Hora.

Para o trabalho de análise das ocorrências, efetuamos três leituras. Primeiramente, procuramos nos deixar envolver pela perspectivas dos autores ou pelas notícias. Numa segunda leitura, de grifos e anotações, destacamos no texto as partes consideradas ilustrativas ao pensamento do jornal e do site de Zero Hora, reveladoras das representações que estes constroem acerca da questão penitenciária. Por fim, na terceira leitura, efetuamos a transcrição dos recortes de texto e identificamos onde foram criados os conjuntos de sentidos dos quais esses recortes poderiam fazer parte em nossa interpretação.

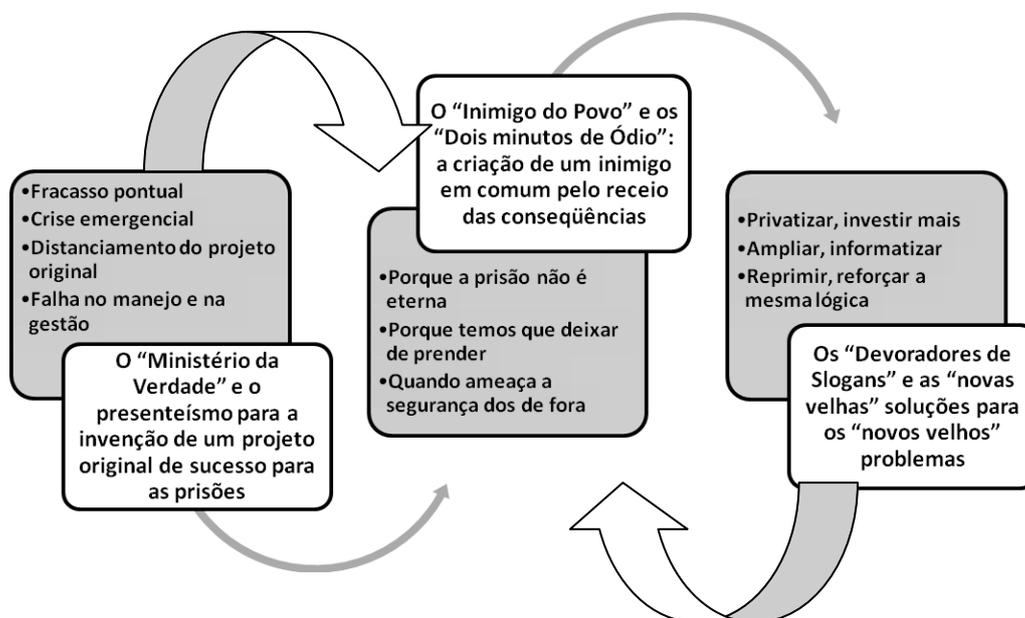
Nem todas as ocorrências a que tivemos acesso foram utilizadas, levando-se em conta que nem todas elas tratavam diretamente do tema da pesquisa ou, se tratavam, o traziam de forma tangencial, sob nosso ponto de vista. É importante mencionar que o pesquisador "... reduz o observado de acordo com o grau [seu]³² de interesse [...], seu ângulo de visão e [...] sua grade de percepção." Assim como "uma teoria, por exemplo, é uma lente [...] uma metodologia é uma lente de apoio que permite a teoria formatar o vivido."

³² O texto entre colchetes foi inserido por nós.

(SILVA, 2009, p.14). Não há proposta alguma de neutralidade nisso, pelo contrário, há um emaranhado de escolhas de “silêncios e sons”.

Para julgamento próprio o leitor pode acessar no site, o material na íntegra³³. Depois, na tentativa de dar visibilidade aos grupos semânticos – ou conjuntos de recortes agrupados por sentidos afins – foi criado um mapa representacional³⁴, como demonstra a Figura 1, a seguir. O mapa busca destacar os conjuntos e seus argumentos mais representativos, dando forma e visibilidade às representações veiculadas pelo jornal.

Figura 1 – Mapa Representacional



Fonte: Confeção nossa, a partir da interpretação dos dados coletados.

³³ Leia as ocorrências na íntegra disponíveis em <http://www.clicrbs.com.br/busca/zerohora/rs?c=-1&cx=partner-pub-2809266142650922%3Awit236-rr52&cof=FORID%3A10&ie=iso-8859-1&q=Sistema+Penitenci%E1rio+Ga%FAcho&t=2008&e=c> e <http://www.clicrbs.com.br/busca/zerohora/rs?c=-1&cx=partner-pub-2809266142650922%3Awit236-rr52&cof=FORID%3A10&ie=iso-8859-1&q=Sistema+Penitenci%E1rio+Ga%FAcho&t=2009&e=c>, acessado em 28/09/09.

³⁴ O mapa representacional exposto a seguir teve sua construção baseada no mapa do texto “Patológico, cinzento e perdido”: a representação social do PT segundo Mendelski (Guareschi, 2000, p.177).

Cada título do mapa correspondente a um grupo semântico ou a um conjunto de sentidos ou representações. Abaixo do título as representações estão resumidas com suas principais idéias que serão, a seguir, esmiuçadas em tabelas. Os três grupos de significados - **(1)** O “Ministério da Verdade”, **(2)** O “Inimigo do Povo” e os “Dois Minutos de Ódio” e **(3)** Os “Devoradores de Slogans” – compõem, em nossa interpretação, as representações de Zero Hora sobre os problemas vividos pelo sistema penitenciário no Rio Grande do Sul, a instituição prisional e os presos.

Estes grupos foram criados apenas para a sistematização do trabalho de análise e não possuem a pretensão de esgotar o assunto. Assim, os grupos são uma dentre muitas outras formas possíveis de interpretação das representações veiculadas nos textos. Os recortes que compõem os grupos semânticos serão lançados ao longo do trabalho entre aspas e em negrito e itálico, procurando, em nossa discussão, ilustrar e problematizar a narrativa do Jornal Zero Hora.

2.3. Discussão dos resultados

2.3.1. O “Ministério da Verdade” e o presenteísmo para a invenção de um projeto original de sucesso das prisões

Tudo se esmaecia na névoa. O passado fora anulado, o ato da anulação fora esquecido, a mentira se tornara verdade. (ORWELL, 2009, p.94)

Em “1984”, o personagem principal da trama George Orwell – Winston Smith – trabalha em uma instituição chamada “Ministério da Verdade”. Durante a narrativa do romance, o autor ressalta através da voz de Winston, que o Ministério da Verdade é o lugar no qual são produzidas as notícias e através do qual se conseguiria manipular de tal forma o passado, contando-o a cada dia de modo diferente do anterior, que se chegava a ter a sensação de que ele jamais acontecera.

Conforme o “Ministério da Verdade”, “... se todos os registros contassem a mesma história, a mentira tornava-se história e virava verdade” (ORWELL, 2009, p.47.) Essa nova história, contada a cada dia gerava, além da sensação

de nunca ter havido um passado, a sensação de que “tudo o que fosse verdade agora fora verdade desde sempre, a vida toda” (ORWELL, 2009, p.47). A esse fenômeno chamaremos de presenteísmo: uma espécie de impossibilidade de reter a noção histórica das coisas, dando aos fenômenos uma falsa aparência de perenidade³⁵ e naturalidade.³⁶

Pois o primeiro conjunto de sentidos exposto na tabela a seguir, se refere à perspectiva presenteísta apresentada pelo Jornal e pelo Site Zero Hora a respeito da problemática que envolve a questão prisional. Ela se mostra, porque o sentido dos textos de Zero Hora, não aponta de modo algum para o fracasso histórico da instituição prisional moderna em nosso país, onde, “as prisões modernas parecem já nascer [...] tortas e quebradas.” (MAIA & [et al.], 2009, p.9).

Ao optar pelo ocultamento dos aspectos históricos do problema prisional, o veículo em questão posiciona-se por trabalhar somente a partir de suas conseqüências em detrimento de analisar e buscar da opinião pública a intervenção em suas causas. Esse posicionamento situa o sistema de execução penal e os processos de criminalização que o envolvem, como dados naturais que, embora saibamos serem reais em suas conseqüências, não são contemplados pelo jornal em suas realidades complexas, social e historicamente construídas.

Essa abordagem trabalha a partir de uma ideologia racionalizante³⁷, que prima pela melhor economia do sistema e por torná-lo mais eficaz, trabalhando,

³⁵ Para Thompson (1995, p.87) “processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que o caráter social e histórico é eclipsado.”

³⁶ Conforme Baratta (2002, p.152) “... a característica essencial da criminologia burguesa é a assunção fundamental da criminalidade como um fenômeno social ahistórico e, portanto, em linha de princípio, ineliminável.” Dessa afirmação decorre a lógica de pensamento segundo a qual aquilo o que não é eliminável em suas causas, só pode ser tratado em seus sintomas.

³⁷ Thompson (1995, p.82) afirma que uma estratégia ideológica típica é a “racionalização”, segundo ele, através dela “... o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais, e

contudo, sempre dentro da mesma lógica: ou seja, buscando um sistema repressivo mais atualizado. (BARATTA, 2002, p.108). Dessa forma, todas as ocorrências analisadas se limitam a apontar questões pontuais como: “**a inexistência de investimentos**”, “**a fragilidade da gestão**”, a deterioração de um hipotético e bem sucedido “**projeto original da prisão**”. Preocupações com a possibilidade de um suposto colapso do sistema, mas defendendo, contudo, sua existência como essencial.

Há assim, duas ideações com propósitos bastante claros. A primeira, a invenção de um projeto bem sucedido para as prisões, em algum momento da história prisional do estado; e a segunda a invenção de uma crise pela qual esse projeto esteja passando. É como se para o veículo, toda a história fracassada das prisões não existisse e o problema tratasse apenas de uma “**situação de emergência**” em virtude da má gestão atual, ou de governos recentes. Por isso, o apontamento do veículo de uma “**crise**” ou colapso, algo considerado difícil, mas que usualmente pode ser interpretado pelo leitor como normal e passageiro.

Essa visão emergencial permite a criação de uma situação de exceção para o problema, onde se erguem aparatos institucionais tecnocráticos, reformistas e efficientistas. Tais aparatos servem para mediar as contradições sociais nos sistemas de concentração capitalista, mas não para lidar realmente com elas (BARATTA, 2002). A visão do leitor é direcionada, desta forma, à idéia de um fracasso pontual em virtude do “**abandono**” ou “**descaso**”, do “**déficit de vagas**” e dos problemas “**estruturais**”³⁸.

Aparentemente, na leitura dos textos, se os ambientes não fossem “**úmidos, mofados, sem ventilação e superlotados**” estaria tudo bem com o sistema prisional. A questão é apresentada ao leitor, restringindo-se a apontar

com isso persuadir a uma audiência de que isso é digno de apoio.”

³⁸ É importante mencionais que as questões “estruturais” referidas por Zero Hora, dizem respeito a estrutura física das prisões, ou a estrutura de gestão.

as falhas como incompetência no manejo deste “**projeto**”: o veículo passa a idéia de que ele seria ótimo se fosse bem administrado em uma perspectiva empresarial (vide tabela 2 a seguir).

Tabela 4 O “Ministério da Verdade”

	RECORTES	OCORRÊNCIAS
1.	... vi todos os crimes. Não só o dos presos, mas também os crimes do Estado que os mantém naquele ambiente de degradação e caos...	01/2008
2.	Depósito de seres humanos ...	02/2008
3.	...revela a inexistência de investimentos e a fragilidade na gestão ...	02/2008
4.	As celas, deterioradas , e as instalações sanitárias e hidráulicas, precárias, conferem um ar sombrio ao ambiente.	02/2008
5.	...o aparente descaso do Estado é mais visível.	02/2008
6.	...galerias integram o projeto original da prisão , e estão em péssimo estado.	02/2008
7.	Com aspecto de abandono , a segurança é mínima.	02/2008
8.	Entulhos ocupam vagas de presos ...	02/2008
9.	...alojamentos coletivos, úmidos, mofados, sem ventilação e superlotados .	02/2008
10.	Local destinado para receber criminosos incapazes de perceber a gravidade de seus atos, o Instituto Psiquiátrico Forense (IPF) lembra um campo de refugiados .	02/2008
11.	Há pelo menos uma década, a situação no IPF oscila do péssimo ao insuportável .	02/2008
12.	Sem locomoção, algemados às camas , presos fazem suas necessidades fisiológicas no chão da cela...	02/2008
13.	Nosso problema é gestão . Sem gestão, tu tranca a cela e deixa os caras lá dentro. Não tem o que fazer.	02/2008
14.	... o reconhecimento de situação de emergência do sistema prisional gaúcho que, diga-se de passagem, não difere do restante do sistema carcerário do restante do Brasil.	02/2008
15.	... déficit de vagas ...	02/2008
16.	O Plano Diretor do Sistema Penitenciário, criado em 2007, e o primeiro em 40 anos de Susepe, aponta que gestão é fator referencial também para o sistema penitenciário .	02/2008
17.	...o caos no Presídio Central e a situação de emergência nas penitenciárias...	04/2008
18.	O Presídio Central é apenas a ponta do iceberg, mas o sistema penitenciário como um todo está entregue às moscas .	04/2008
19.	Nós não temos nenhum problema de falta de assistência ou de decisão dos juízes. O problema é estrutural .	04/2008
20.	O grande problema é a má gestão , o abandono, que até agora se via no sistema penitenciário. Tanto pela incúria dos escalões médios e inferiores quanto pela incapacidade de gerir o sistema .	04/2008
21.	Com estruturas físicas arcaicas , parte dos presídios gaúchos não dispõe de informatização.	04/2008
22.	O estabelecimento não consegue absorver a demanda ...	07/2008
23.	... vamos ter de considerar que vivemos um caos de segurança pública inigualável ... Não há vagas nos presídios, a Polícia Civil nunca esteve tão abandonada em recursos materiais e humanos e a Brigada Militar pena com efetivo reduzido e incompatível com a onda de criminalidade que infesta todos os cantos do Estado.	09/2008
24.	Há uma falência múltipla de órgãos na segurança pública gaúcha.	09/2008
25.	Isto não é vida civilizada. O crime cresceu 10.000% e as polícias regrediram a 49 anos atrás. Houve um apagão de segurança pública no RS da ordem de 40 anos, exatamente quando subia dramaticamente a ação criminal.	09/2008
26.	Além de reafirmar o caos existente nas prisões de maneira geral, a paralisação [dos agentes] potencializou o grau de desumanidade a que os detentos são submetidos no dia-a-dia.	11/2008
27.	Que podem fazer o secretário da Segurança, o comandante da PM e o diretor do presídio? Nada, a não ser administrar o caos de frio gelado no inverno, de doenças, de esmagamento físico dos presos nas galerias superlotadas, de alimentação precária, de total falta de higiene das instalações, com os detentos se misturando aos ratos, sem qualquer reação da vigilância sanitária, que esta, sim, tinha o dever de interditar o presídio, mas não o faz porque é ligada à administração estadual - e a administração estadual vai empurrando perigosamente o problema com a barriga.	17/2008
28.	...mas nada podem fazer as autoridades encarregadas de administrá-lo, de vigiá-lo. Administrá-lo já quase não podem, vigiá-lo vêm fazendo-o, por enquanto com sucesso, mas em seguida há a possibilidade de uma tragédia.	17/2008
29.	...só em Porto Alegre, 87,69% deles não reincidiram, se recuperaram portanto , segundo dados da Susepe. Admirável. E com recursos lamentavelmente reduzidos.	17/2008
30.	Esse é um problema histórico e não existe apenas um responsável ...	19/2008
31.	Seria complicado indicar uma pessoa , já que não visitamos todos os presídios nem temos como culpar os responsáveis de outros governos...	19/2008
32.	Estamos com dificuldade em classificar juridicamente as ilegalidades e também não podemos penalizar pessoas que acabaram de assumir as funções - declarou Dutra.	19/2008
33.	...o caos no Presídio Central seria fruto da negligência dos últimos dois governos .	19/2008
34.	Os presos são levados às montanhas para o Presídio Central, diariamente. Não têm culpa disto o secretário, o comandante e o diretor — ninguém há de querer ser diretor de um presídio sucateado, com 4,4 mil presos abandonados em meio à sujeira e à doença.	20/2008
35.	...no sistema prisional, que tem, na realidade— sem considerar as fugas — um déficit nos mapas da Justiça de 10,5 mil vagas no Estado (a metade na Capital).	02/2009

36. ...o caos é provocado, principalmente, pela falta de investimentos do governo estadual na construção de presídios...	02/2009
37. ... o sistema prisional passou a ser um gerador de criminalidade , quando sua função é justamente o contrário, isto é, deveria impedir que o crime ocorresse.	02/2009
38. Executivo, que entre nós não constrói presídios há décadas , apesar do aumento geométrico da criminalidade.	05/2009
39. É um empurra-empurra entre governos e sociedade que ajuda a deixar nas ruas mais uma quadrilha.	06/2009
40. Mas o sistema entrou em colapso .	08/2009
41. O sistema público se tornou inoperante , levou a política carcerária ao caos e não demonstra sinais nem de regeneração do sistema nem de atenuação dos males terríveis que ele encerra.	10/2009
42. O problema do manejo de presos lá dentro [do Central] é uma das questões que nós nos deparamos.	13/2009

Fonte: Confecção nossa, a partir dos dados coletados no Jornal e no Site de Zero Hora.

A questão com que temos que lidar a partir daí, é o fato de estar saltando aos olhos a verdadeira condição ou o significado do confinamento. Pois, se a missão real deveria ser camuflada, em nome de uma missão aceitável, esconder “esta contradição, entre o que a instituição realmente faz e aquilo que oficialmente deve dizer que faz...” pode tornar-se então, a principal função da gestão (GOFFMAN, p.70, 1961). Contudo, aquilo que não deveria aparecer, insiste em se mostrar. Pois não é admissível que os presos tenham que ficar “**algemados às camas**”, mas é aceitável que, sem as algemas, fiquem enjaulados e também que, ao sair das jaulas, possam naturalmente ser algemados.

Nesta visão dos problemas, a falha está no fato de que nosso sistema não “**consegue absorver esta demanda**” e, sua interpretação, não alcança ou propositadamente não coloca em discussão o fato de que a cada ano que passa nossa sociedade aumenta exponencialmente o número de pessoas que envia à prisão. Nela, o “**caos de segurança pública inigualável**” é atribuído à falta de vagas nos presídios e à impossibilidade de prender mais, sem nenhuma referência nas ocorrências pesquisadas, aos efeitos de nossa organização econômica, social e política e, muito menos à forma como produzimos nossa criminalidade e elegemos determinada criminalidade para prender.

“**O crime cresceu 10.000% e as polícias regrediram...**” diz o jornal, e assim, o fenômeno da criminalidade vai sendo apresentado pelo veículo como resultado de um passe de mágica, descolado de seu contexto de produção. Em contrapartida à facilidade com que se prendem as pessoas comuns, pobres, negras, e isto é aceito, legitimado e reafirmado pelo veículo, temos a invisibilidade dos crimes cometidos pelo Estado, ente etéreo, que comete suas

arbitrariedades dificultando a nomeação dos seus culpados. O Site e o Jornal Zero Hora defendem, em vários de seus artigos que: “... **nada podem fazer as autoridades encarregadas**”, pois “**seria complicado indicar uma pessoa...**” e além de tudo, “**não têm culpa disto o secretário, o comandante e o diretor**”. O crime do Estado existe, mas não é passível de punição.

Ou seja, aos amigos – que organizam o empilhamento das pessoas em jaulas, são cúmplices das práticas de tortura, elegem aqueles a quem criminalizar, se excedem na aplicação das penalidades e que poderosamente decidem sobre a distribuição dos recursos – tudo. Mas aos inimigos – as classes subalternas, as pessoas selecionadas para fazerem parte da população criminosa, eleitas para freqüentar a instituição prisional – a lei. Essa visão deixa clara a seletividade do direito penal, desigual por excelência. “Criam-se, assim, zonas de imunização para comportamentos cuja danosidade se volta particularmente contra as classes subalternas” (BARATTA, 2002, p. 176).

Dessa forma, apesar de não haver sustentação ou legitimidade em hipotéticos projetos originais bem sucedidos, ou em ideários de situações emergenciais em uma instituição que sempre viveu em estado de exceção, o sistema prisional encontra sustentação naquilo o que Baratta (2002) chama de “ideologia pura”. Uma fraudosa e tradicional legitimação do sistema penal como sistema necessário à tutela das condições essenciais da vida de toda a sociedade civil e da proteção de seus bens essenciais, ou seja, no “mito do direito penal como direito igual”.³⁹

Esse mito fundamenta-se na idéia funcionalista de uma sociedade, onde se “... pressupõe [uma] homogeneidade dos valores e dos interesses ofendidos pela criminalidade” (BARATTA, 2002, p.118). Se for evidente que esses

³⁹ Para Baratta (2002) “o mito do direito penal como direito igual” baseia-se nas seguintes proposições: o direito penal protege igualmente todos os cidadãos contra ofensas aos bens essenciais, nos quais estão igualmente interessados todos os cidadãos; e a lei penal é igual para todos, ou seja, todos os violadores de normas penalmente sancionadas têm iguais chances de tornarem-se sujeitos e com as mesmas conseqüências, do processo de criminalização.

interesses comuns e essa padronização moral não existem, embaça-se a diversidade com estratégias de coesão artificiais onde são eleitos os “entes perigosos ou daninhos” dos quais roubamos a condição de pessoas (ZAFFARONI, 2007, p.11) e elegemos para serem aqueles contra os quais, todos devemos lutar. É essa estratégia que veremos no próximo tópico.

2.3.2. O “Inimigo do Povo” e os “Dois minutos de Ódio”: a criação de um inimigo em comum pelo receio das conseqüências

Um dos elementos centrais da trama de “1984” é um personagem chamado de “Inimigo do Povo”. Uma figura criada pelo próprio sistema de controle social, para alardear pensamentos radicalmente contrários ao seu sistema de organização, de modo a gerar receios de desagregação ou desestabilização dos valores sociais e, como conseqüência uma comoção contrária, a tudo que seja contrário ao sistema. Como instrumento da criação dessa comoção, é aberto um espaço sistemático, onde todos podem sentir e expressar seus sentimentos com relação ao “Inimigo do Povo”. É o momento chamado de “Dois Minutos de Ódio”: em que toda a população senta-se, como em uma arquibancada e assiste às imagens e aos discursos veiculados pelo “Inimigo do Povo” na “teletela”⁴⁰:

Pouco depois um guincho pavoroso, estridente, como o som produzido por alguma máquina monstruosa girando sem lubrificação, escapou da vasta teletela posicionada no fundo da sala. Era um barulho que mexia com os nervos da pessoa e arrepiava os cabelos da nuca. O ódio havia começado. [...] O Inimigo do Povo, surgira na teletela. (ORWELL, 2009, p.22/23).

A programação de Dois Minutos de Ódio variava todos os dias, mas o principal personagem [...] era o traidor original. [...] Todas as perfídias, sabotagens, heresias, todos os desvios eram o resultado direto da sua pregação. [...] Não fazia nem meio minuto que o Ódio havia começado e metade das pessoas presentes no salão já começara a emitir exclamações incontroláveis de fúria. (ORWELL, 2009, p.22/23).

⁴⁰ Uma espécie de televisão presente em todos os ambientes, e que além de ser vista pelos telespectadores, consegue observá-los.

Assim como na trama de George Orwell, “qualquer pessoa que lê um jornal enquanto toma o seu café da manhã – se não limitar a leitura às notícias de esportes – vai se inteirando dos passos que o poder mundial toma rumo aos genocídios, ou seja, rumo ao aniquilamento total daqueles a quem considera seus inimigos” (ZAFFARONI, 2007. p.17). Para ocultar as incoerências e a seletividade do sistema punitivo, principalmente no que diz respeito à pena privativa de liberdade, estratégias ideológicas massivas de desbotamento das contradições sociais e de demonização da diferença, precisam entrar em ação.

A sustentação e a legitimação do direito penal desigual vigente baseiam-se na opinião pública e em processos ideológicos e psicológicos. Tais processos se desenvolvem a partir de “alarmes sociais” onde a pena passa a atuar como um “... elemento de integração do corpo social, produzindo sentimentos de unidade em todos aqueles que são somente seus expectadores...” (BARATTA, 2002, p.204). Outra eficaz estratégia para gerar esse sentimento é a criação de um inimigo assustador, estereotipado e cuja presença, possa ser devastadora dos valores sociais aclamados pelas “teorias de todos os dias”⁴¹(BARATTA, 2002, p.177).

Este conjunto semântico, conforme tabela a seguir, representa a visão das conseqüências da suposta crise do sistema prisional, consideradas importantes para o site e o Jornal Zero Hora. Nele foram reunidos recortes que demonstram que as percepções e os receios do veículo de comunicação sobre a questão prisional se referem apenas àquelas conseqüências que começam a afetar a rotina das pessoas que estão fora da prisão, já que, a prisão foi organizada neste tipo de visão, “... para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato...” (GOFFMAN, p.17, 1961).

⁴¹ Segundo Baratta (2002) o juiz, por exemplo, tende a aplicar na reconstrução da verdade judicial, “teorias de todos os dias”, onde a incidência dos estereótipos, preconceitos torna-se presente na aplicação da jurisprudência da lei penal, fazendo com que haja uma incapacidade do juiz, de penetração no mundo do acusado, gerando visões e ações desfavoráveis aos indivíduos provenientes de estratos inferiores da população.

Desse modo, caso as pessoas presas ficassem eternamente presas, o problema talvez nunca tivesse que ser encarado. No entanto, “**mais cedo ou mais tarde, acabam devolvendo às ruas cidadãos sem as mínimas condições de convívio social ou de se habilitar...**”, o que “**põe em risco tanto quem está atrás das grades quanto os do lado de fora**”. “**Simplesmente não há lugar nas cadeias...**” e nem todas aquelas outras pessoas eleitas pela sociedade para serem presas o serão, pois os juízes passam a “**rejeitar pedidos de prisão ou a liberar condenados por falta de vagas**”. Inclusive a tão sonhada “**ressocialização**” – limitada a criar ambientes artificiais com novas contingências para mudar comportamentos (DAUFEMBACK, 2005) – começa a desvelar que sempre foi um sonho “**... impossível**”. Neste momento, os piores pesadelos da sociedade começam a tornar-se realidade e ela terá de se deparar com seu próprio lixo.

O acúmulo de gente “**impossibilita a separação de presos**”: os presos estão misturados aprendendo uns com os outros e irão, ao sair, fazer algo com este aprendizado. Os presos estão se organizando melhor do que o próprio Estado os organizaria e podem se dar conta disto ou já se deram e este risco é inadmissível na visão do veículo pesquisado. O poder Panóptico⁴² que precisava legitimar-se à custa da crença de que qualquer desvio seria assistido e que de que nada ficaria impune foi detonado, é contraproducente. Mas isto só passa a importar relativamente, no sentido de que os presídios tenham se tornado “**barris de pólvora prontos para explodir**” e os estilhaços possam atingir os que estão do lado de fora da prisão. Por que

... a mais relevante função real desempenhada pela pena privativa de liberdade, a permear toda a sua história, vinculando-a a sua antecessoras, está e sempre esteve na exposição do condenado, na construção e na propagação de sua imagem de “criminoso”, que o

⁴² “O Panóptico não é uma prisão. É um princípio geral de construção, o dispositivo polivalente de vigilância, a máquina óptica universal das concentrações humanas. É bem assim que Bentham o entende: com apenas algumas adaptações de detalhe, a configuração panóptica servirá tanto para prisões, quanto para escolas, para as usinas e os asilos, para os hospitais e as workhouses. Ela não tem uma destinação única: é a casa dos habitantes involuntários, reticentes ou constrangidos.” (MILLER, 2000, p.77).

identifica com o “outro, o “perigoso”, o “mau” e, especialmente nos tempos atuais, como o “inimigo”, a personalização e a visibilidade do “criminoso” contribuindo de maneira decisiva para ocultação dos desvios estruturais, encobertos através da crença em desvios pessoais, contribuindo para o reforço de estrutura de dominação , para o reforço do poder (KARAM, 2009, p.10).

O pesadelo, na visão de Zero Hora, é ter que “**abrir as portas**”, “**deixar de prender**”, “**tornar mais fácil a vida dos criminosos**”. Assim, em uma percepção enviesada, o sistema prisional passa a tornar-se visível, não como um reflexo de nossa organização social ou como parte de nossos problemas sociais, mas como uma causa da criminalidade. Se ele sempre foi o espelho da forma como nossa sociedade administra suas relações econômicas, políticas e sociais, isto não interessa, pelo contrário, isto pode ser camuflado pelo veículo no alardeamento das conseqüências, essas sim, consideradas graves e geradas por seu suposto colapso: “**legiões de assaltantes saem pelas ruas à procura de vítimas para seus assaltos**”. “Trata-se de ‘inimigos declarados’, não porque declarem ou manifestem sua animosidade, mas sim porque o poder os declara como tais: não se declaram a si mesmos, mas antes são declarados pelo poder” (ZAFFARONI, 2007, p.26) (vide tabela 3 a seguir).

Tabela 5 – O “Inimigo do Povo” e os “Dois Minutos de Ódio”

RECORTES	OCORRÊNCIAS
1. ...é quase impossível a ressocialização.	02/2008
2. ...o prédio que conta com uma galeria e diversas celas impossibilita a separação de presos : primários, provisórios, condenados e reincidentes, de todos os regimes, convivem no mesmo espaço...	02/2008
3. Nele estão apenas os presos da facção "Brasas" ou simpatizantes. Embora sob a administração da Susepe, quem manda na rotina do prédio são os criminosos . Curiosamente, o prédio é mais limpo e organizado que os demais.	02/2008
4. Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC) permite que presos recebam familiares dentro de suas celas..	02/2008
5. Presídios superlotados e sem condições de dispensar tratamento adequado aos internos transformam-se invariavelmente em barris depólvora prontos para explodir a qualquer momento.	11/2008
6. Seja em qual for a instituição, o descaso dispensado aos prisioneiros no Estado, de maneira geral, põe em risco tanto quem está atrás das grades quanto os do lado de fora.	11/2008
7. E, mais cedo ou mais tarde, acabam devolvendo às ruas cidadãos sem as mínimas condições de convívio social ou de se habilitar a uma oportunidade de trabalho, o que pode levá-los novamente ao crime.	11/2008
8. O Presídio Central faz parte da sociedade. Eum lixo que a sociedade precisa suportar.	20/2008
9. As chagas da sociedade pertencem à sociedade! Aqui ninguém quer presídio, mas todos querem as prisões : "Bota na cadeia os corruptos, bota na cadeia os criminosos."	20/2008
10. Só nos primeiros cinco meses do ano, fugiram 1,3 mil presos.	02/2009
11.  Nos últimos dez anos, 50 mil presos fugiram das cadeias do Rio Grande do Sul..	02/2009
12. ...a média de fugas é de 274 presos por mês e os números são usados pelo governo estadual como novas vagas abertas...	02/2009
13. A situação é tão dramática que a fuga é necessária para manter o sistema , pois se os presos parassem de fugir haveria uma explosão da população carcerária, diz o magistrado.	02/2009
14. Por causa da superlotação, os juízes mandaram abrir as portas das celas em alguns presídios e deixaram os presos viver nas galerias.	02/2009
15. Uma situação perigosa , como ele reconhece, pois o Estado não controla os presos soltos nas galerias, mas apenas a porta do setor e os corredores.	02/2009

16.	...mandados de prisão para todo tipo de crime foi suspensa durante certo tempo...	02/2009
17.	A superlotação das cadeias foi o principal argumento usado pelo juiz para não autorizar a prisão. Ela é a confirmação de que o colapso no sistema penitenciário gaúcho torna mais fácil a vida dos criminosos .	03/2009
18.	Como faltam vagas para abrigar os já condenados, o juiz entendeu que não deveria autorizar a prisão de suspeitos — e os livrou de passar alguns dias convivendo com a degradação do Presídio Central...	03/2009
19.	Ao saber que juízes começam a rejeitar pedidos de prisão ou a liberar condenados por falta de vagas , todos acabaremos por concluir que esse é, sim, um problema de todos nós e não apenas do governo, dos juizes e dos membros do Ministério Público.	03/2009
20.	...o caos no sistema penitenciário é uma ameaça à segurança de cada um .	03/2009
21.	Chegamos ao ápice da catastrófica situação prisional em nosso Estado: a Justiça gaúcha só está encaminhando criminosos aos presídios em “situação excepcionalíssima” .	05/2009
22.	Os policiais se irressignam, mas a Justiça nada mais faz agora do que atender ao mandamento lógico e científico de que só pode ordenar a prisão provisória de indivíduos que cometeram furto no caso de que haja vagas nos presídios.	05/2009
23.	Justiça gaúcha se exime finalmente da responsabilidade de manter presos em situação indigna, medieval, desumana.	05/2009
24.	Chegamos ao cúmulo razoável , diante do caos penitenciário, de que a Justiça passa agora a selecionar os indiciados, réus e apenados que serão recolhidos à prisão, pela ordem de gravidade dos delitos que cometeram.	05/2009
25.	Expliquei em vão para a sociedade gaúcha, durante 37 anos, solitariamente, pregando no deserto, que quanto piores se tomavam as prisões, mais crimes haveria em todas as ruas .	05/2009
26.	Se tivessem me atendido nesse tempo todo, não estaríamos agora diante deste extremo aterrador: a Justiça, adequadamente, se negando a prender .	05/2009
27.	Cinco deles cumprem regime no semi-aberto e seguem praticando crimes. A alegação da justiça não é futil: simplesmente não há lugar nas cadeias .	06/2009
28.	A ampliação do Presídio Central fez cócegas na defasagem que existe no sistema.	06/2009
29.	É assim, legiões de assaltantes saem pelas ruas à procura de vítimas para seus assaltos .	08/2009
30.	A falta de vagas no sistema penitenciário, aliás, faz com que um em cada três detentos gaúchos cumpra pena, atualmente, em presídios que estão sob interdição judicial. Conforme revelou ZH, por determinação de magistrados, 17 casas prisionais estão proibidas de aceitar o ingresso de novos presidiários ou então só podem deixar entrar presos em flagrante ou do próprio município.	12/2009
31.	...as fugas e as rebeliões...	12/2009
32.	Não temos o controle total, mas ainda temos o controle para garantir a proteção do cidadão que merece .	13/2009

Fonte: Confecção nossa, a partir dos dados coletados no Jornal e no Site de Zero Hora.

A partir da pintura do inimigo, da sua transformação em estranho, da usurpação de sua humanidade, abre-se o que se poderia nomear de “estado de necessidade”. Para tudo haverá razão, pois “a estrita medida da necessidade é a estrita medida de algo que não tem limites, porque esses limites são estabelecidos por quem exerce o poder” (ZAFFARONI, 2007, p.25). Ao ler os jornais, você já assistiu aos seus “Dois Minutos de Ódio” e a periculosidade do “Inimigo do Povo” demonstra a necessidade de sua contenção, colocando em segundo plano a discussão dos meios utilizados para tanto.

Nesse ponto chegamos a uma questão fundamental. O slogan só repercute se determinados espaços sociais e sujeitos oferecem ambientes para que ele possua eco. Ou, dito de outro modo, para que os discursos ideológicos se enraízem, eles precisam ser dirigidos a públicos específicos que demandam por esses discursos e alimentam a sua produção. É o que trataremos no próximo tópico.

2.3.3. Os “Devoradores de Slogans” e as “novas velhas” soluções para os “novos velhos” problemas

“... Uma política criminal alternativa coerente com a própria base teórica não pode ser uma política de substitutivos penais, que permaneçam limitados a uma perspectiva vagamente reformista e humanitária, mas uma política de grandes reformas sociais e institucionais para o desenvolvimento da igualdade, da democracia, de formas de vida comunitária e civil alternativas...” (BARATTA, 2002, p.201).

Ao contrário, os “Estados de exceção” e de “necessidade” são superficiais e sempre permitidos enquanto o colapso é alardeado. Nesse contexto, as “novas velhas” soluções para os “novos velhos” problemas passam a ser tolerados, por se estar sempre respondendo à emergência e nunca conseguindo lidar com as questões mais profundas e mais complexas dessa problemática. Além disso, remontar a história e reconhecer o fracasso radical das prisões implicaria em uma grande mudança de posicionamento, o que não é possível aos que assumem a posição de “Devoradores de Slogans”.

Os “Devoradores de Slogans” são, segundo Orwell (2009), aqueles a quem o fanatismo exige farejar e denunciar toda a possível inortodoxia. Para eles, existe uma necessidade inexorável de viver dentro dos padrões estabelecidos e de criar, dentro desses mesmos padrões, formas de apurá-los, e de buscar com que todos possam ser devotos, tanto das normas quanto de suas estratégias de apuração. Assim, devorar slogans é demandar e propor soluções para que tudo possa seguir como está. É assumir a ortodoxia como bandeira: mesmo que a “ortodoxia signifique não pensar – não ter necessidade de pensar... [signifique]⁴³ a inconsciência” (ORVELL, 2009, p.70).

O conjunto semântico a seguir é composto por cinquenta e sete recortes de texto que discutem “**a busca por solução do caos nos presídios gaúchos**”. Os cinquenta e sete recortes possuem em comum a visão da sustentabilidade do sistema prisional a partir de reformas paliativas. Para todos

⁴³ A intervenção entre colchetes é nossa.

os textos pesquisados, o problema está reduzido ao manejo inadequado de situações pontuais em relação aos presos e aos recursos. Seus posicionamentos circulam entre a idéia de “**privatização dos presídios como alternativa ao caos**” do sistema penitenciário, passando pela visão que acredita que o “**modelo misto é o ideal**” até a posição em que “**bastariam cadeias públicas bem administradas**”.

Partindo dos pressupostos lançados pelo veículo de comunicação pesquisado, a discussão fica camuflada pela procura de mais estratégias de controle: de “**ampliação**”, de “**duplicar a capacidade**”, de “**ocupação do espaço**”, de “**requalificação**”, de “**informatização**”, de envio de presos “**para suas comarcas de origem**”, pois à visão repressiva “**não há polícia que baste**” (vide tabela 4 a seguir).

O veículo trava uma discussão que permanece na superficialidade do problema, não questionando a lógica prisional. Ao invés disso, toma o caminho contrário, buscando soluções para o problema da lógica prisional, na própria lógica prisional. Quem sabe aumentando a dose do veneno não se chega à cura? São propostas repressoras, autoritárias, que não chegam a vislumbrar a questão social como parte do fracasso das propostas para segurança pública. Para essa visão, a segurança pública sempre dependerá da coação policial e das grades. Mas com uma leitura mais atenta: “ficamos naturalmente inclinados a ver nos arranjos contemporâneos de poder uma nova e reiterada aplicação das velhas e basicamente inalteradas técnicas...” (BAUMAN, p.57, 1999).

Tabela 6 – Os “Devoradores de Slogans”

RECORTES	OCORRÊNCIAS
1. Entre as providências que melhorariam as condições em criminosos cumprem pena estão: ... duplicar a capacidade... ampliação do pátio... construção de um muro ...	02/2008
2. Em 19 de setembro 2000, a Justiça interditou a triagem e as celas do pavilhão F e G.	02/2008
3. Militante em defesa dos direitos humanos, o consultor em segurança pública ... defende transformações no sistema penal brasileiro .	02/2008
4. De forma paliativa , porém ... acredita que parceria com entidades sociais sem fins lucrativos, como universidades, por exemplo, ajudaria na gestão das prisões.	02/2008
5. Não existem hospitais universitários? Por que não presídios universitários .	02/2008
6. ...construção de anexos junto às penitenciárias existentes...	02/2008
7. A força-tarefa (criada pelo governo desde que foi decretada situação de emergência nos presídios) também está examinando o tema,	02/2008
8. ...as vagas geradas ocorrerão com a ocupação do espaço mencionado...	02/2008
9. No caso do Rio Grande do Sul, o que deve restar claro é o firme propósito de se enfrentar o tema e buscar soluções , o	02/2008

	que está ocorrendo".	
10.	Nossa assunção ao cargo _ há apenas 40 dias _ está focada justamente em diretrizes, metas e resultados, visando um gerenciamento administrativo e operacional que requalifique o sistema prisional como um todo e, conseqüentemente, sirva como estímulo e exemplo para os servidores, que também merecem e devem se qualificar.	02/2008
11.	Para isso, faremos uma reestruturação legal de cargos , para construir essa qualidade"	02/2008
12.	Raras são as prisões que contam com computadores modernos e internet com banda larga.	04/2008
13.	...informatizar cadeias..	04/2008
14.	Seria possível um convênio entre Executivo e o Judiciário gaúcho para que a gente possa interligar, pelo menos parcialmente, varas de execuções com presídios.	04/2008
15.	O importante é que há interesse e recursos. Queremos sair da idade da pedra..	04/2008
16.	... se houvesse informatização , informações simples como transferência de presos ou consulta sobre a existência de vagas em presídios poderiam ser resolvidas por e-mail.	04/2008
17.	a força-tarefa que deverá discutir ações , definir obras prioritárias e acelerar suas execuções	04/2008
18.	Presídio Central pode ser parcialmente interdito . Essa é uma hipótese que será discutida...	07/2008
19.	Ainda estamos estudando qual a medida que será tomada para reduzir o caos no Presídio Central. Uma das hipóteses é a interdição parcial.	07/2008
20.	A medida estabelece que foragidos com mandados de prisão expedidos no Interior , mas presos em Porto Alegre, sejam levados para suas comarcas de origem.	07/2008
21.	Tem de ser decretado estado de emergência na segurança pública. A governadora e a assembleia precisam urgentemente tomar medidas para admitir milhares de policiais e dotar de recursos as duas polícias.	09/2008
22.	Algo precisa ser feito, um movimento da sociedade que afinal venha a sensibilizar energicamente os poderes.	09/2008
23.	A sociedade, que clama com razão por punições severas para quem transgredir a lei, não pode imaginar que o convívio com ratos e excrementos, por exemplo, possa se constituir numa forma de fazer o transgressor pagar pela infração cometida.	11/2008
24.	Qualquer Estado que pretenda combater a criminalidade, reduzindo os níveis de insegurança, precisa assegurar condições mínimas nos presídios. Esta, portanto, é uma questão que o governo gaúcho precisa enfrentar logo, não com discursos, mas com ações efetivas.	11/2008
25.	Novo secretário da Segurança tem como metas iniciais o combate à criminalidade na região metropolitana e a busca por solução do caos nos presídios gaúchos.	12/2008
26.	CPI do Sistema Carcerário responsabiliza sete autoridades gaúchas pelo caos no Presídio Central.	16/2008
27.	A CPI do Sistema Carcerário ameaça indiciar cinco autoridades gaúchas pelo estado atual do Presídio Central de Porto Alegre, classificado por ela como a pior prisão brasileira.	17/2008
28.	Cabe ao Ministério Público e à Justiça, contando com vontade decidida do governo estadual, atirarem-se a uma solução de emergência. Esse mutirão deve ser imediatamente instalado.	17/2008
29.	...prometendo financiar diversas unidades prisionais...	17/2008
30.	A única medida que pode atenuar esse gritante caos é a criação urgente de uma força-tarefa do Ministério Público e da Justiça no sentido de uma triagem entre os mais de quatro milhares de presos para verificar a situação real da administração e execução de suas penas. E impor uma rápida refinação nos seus prontuários , concedendo os benefícios a que têm direito, entre eles a passagem para os regimes aberto e semi-aberto e a liberdade condicional.	17/2008
31.	...o que falta é trabalho, é iniciativa, é apoio dos governos, é a coragem de encarar essa chaga social com ação...	17/2008
32.	...a ideia é buscar soluções para o caos nos presídios, com auxílio do Judiciário e do Executivo. O grupo pode, inclusive, sugerir a dispensa de licitações , se for o caso, para agilizar a construção de novas penitenciárias.	01/2009
33.	Para resolver o problema da superlotação no Presídio Central de Porto Alegre, por exemplo, seria necessário construir seis penitenciárias com 500 vagas cada uma.	02/2009
34.	Existem no Estado cerca de 90 presídios e quase todos enfrentam problema idêntico, segundo Brizuska, o que levou os 60 juizes de execuções criminais a reduzirem as ordens de prisão.	02/2009
35.	Por isso, os juizes das varas de execuções penais se reuniram e decidiram fazer uma seleção de quem deveria ir para os presídios.	02/2009
36.	A Justiça está, em última análise, retirando um peso da sua consciência: para haver trânsito livre e seguro do trâmite penal é imprescindível que o Poder Executivo se muna de recursos para abrigar nos cárceres presidiários que neles sejam hospedados sob condições mínimas de habitabilidade.	05/2009
37.	...deve pressionar o Poder Executivo a proporcionar condições a que sejam recolhidos a prisões condignamente humanas os criminosos.	05/2009
38.	A ampliação do Presídio Central fez cócegas na defasagem que existe no sistema. As pequenas cadeias defendidas por especialistas são aceitas pelas comunidades apenas longe de seus municípios.	06/2009
39.	Viram como não é questão de o presídio ser público ou privado? Qualquer um dos dois sistemas pode ser exibso. O que se precisa urgentemente é da construção de vários, inúmeros presídios.	08/2009
40.	Não há polícia que baste. Os criminosos cresceram em 10.000% nas ruas. As forças policiais diminuíram em 500%: a Polícia Civil tem hoje o efetivo de pouco mais de 5 mil homens, o mesmo número de 50 anos atrás. Um absurdo!	08/2009
41.	E, importante: todos têm de ter pequena capacidade. Têm de ser muitos os presídios e poucos os detentos dentro deles, essas são a solução e a lógica penitenciária.	08/2009
42.	E eles [os juizes responsáveis pela fiscalização dos presídios gaúchos], sexta-feira, por unanimidade dos 15 membros presentes, apoiaram a privatização dos presídios , isto é, a construção de presídios privados no Rio Grande do Sul. Por unanimidade.	10/2009
43.	...a possibilidade da privatização dos presídios surge como alternativa ao caos , que se a busque como primeiro e fundamental passo para a restauração da dignidade no sistema prisional.	10/2009
44.	...importante opinião de que algo precisa ser feito para pôr fim à desordem reinante.	10/2009
45.	O fato é que chegamos ao caos com a administração pública das prisões. Não há nenhuma maneira de recuperar os	11/2009

<i>presídios pela via pública.</i>		
46.	Eu acho que a privatização seria uma solução porque iria disciplinar a questão carcerária. Não é possível que se coloque um preso a mais do que o presídio suporta.	11/2009
47.	Em uma prisão que visitei nos Estados Unidos só há uma entrada.	12/2009
48.	...a guarda interna nas cadeias privadas seja feita por seguranças particulares. Na sua visão, basta que o controle final seja feito por servidores do quadro da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) para que a custódia dos presos permaneça legalmente com o Estado.	12/2009
49.	Entre as vantagens das cadeias privadas em relação às públicas, o promotor destaca a agilidade da iniciativa privada.	12/2009
50.	Ele acredita que um modelo misto é o ideal , como ocorre em grande parte da Inglaterra.	12/2009
51.	Ele acredita que tanto a guarda externa quanto a interna, nos presídios, devem ser feitas pelo Estado. A iniciativa privada se limitaria a gerenciar o trabalho dos detentos e explorá-lo de uma forma mais eficaz que o aparelho estatal.	12/2009
52.	Mas há quem defenda com unhas e dentes o modelo atual de gestão. É o caso de Luiz Fernando Rocha, presidente da Associação de Monitores e Agentes Penitenciários do Rio Grande do Sul (Amapergs).	12/2009
53.	Se o Estado investir R\$ 2,2 mil por preso, como acontece nos presídios privados, teremos o melhor sistema penitenciário do mundo e não essas masmorras que estão aí.	12/2009
54.	Nós estamos querendo é reduzir a superlotação e a partir daí fazemos as reformas que forem possíveis para melhorar as condições de habitabilidade de todos aqueles que lá estão.	13/2009
55.	Estudada pelo governo do Estado como uma opção para a criação de vagas, a construção de prisões privadas será discutida por juizes gaúchos.	
56.	...bastariam cadeias públicas bem administradas e sem problemas de superlotação para se obter os mesmos resultados alcançados por cadeias privadas..	18/2009
57.	Entre os juizes, não há consenso se as cadeias privadas são a melhor alternativa.	18/2009

Fonte: Confecção nossa, a partir dos dados coletados no Jornal e no Site de Zero Hora.

Os “Devoradores de Slogans” não se arriscam a mudanças radicais, precisam deixar intocada a existência do poder punitivo e do sistema penal, limitam-se a reformas e

os ideais transformadores acabam trocados por desejos imediatos de conquistas de cargos no aparelho do Estado, por pragmatismos políticos eleitorais, que submetem propostas e práticas políticas aos ditames de uma opinião pública, formada e traduzida por uniformizadores órgãos massivos de informação. (KARAM, 2009b, p. 3).

2.4. Considerações finais

A partir dos dados apresentados e de nossa interpretação sobre esses dados, entendemos que os principais argumentos utilizados pelo Jornal Zero Hora para discutir a questão prisional no Rio Grande do Sul ocultam os aspectos sócio-históricos envolvidos no problema prisional, gerando um elemento ideológico que denomino de “presenteismo midiático alienante” – uma impossibilidade de reter a noção histórica dos fenômenos apresentados. É um fenômeno semelhante à descrição de Orwell do “Ministério da Verdade”, em que se uma nova história, for contada a cada dia, se geraria, além da sensação de nunca ter havido um passado, a sensação de que “tudo o que fosse verdade agora fora verdade desde sempre...” (ORWELL, 2009, p.47.)

A partir desse fenômeno como elemento central, são geradas pelo menos mais duas conseqüências devastadoras, no que se refere à questão prisional. A primeira delas é a possibilidade de inventar a todo momento “crises instantâneas” para instituição – instantâneas porque partem de lugar nenhum, são a-históricas; e a segunda, é a perenização de uma ideologia prisional que acaba girando sempre em torno de si mesma – a busca por resolver os problemas das prisões com mais prisões. A primeira conseqüência – criação de crises instantâneas – produz “Estados de exceção” e de “necessidade”, que alimentam o endurecimento dos mesmos esquemas de controle e repressão já utilizados, dando a idéia de que a falha não esteja no fato deles serem fracassados, mas no fato de não estarem sendo bem administrados. Então, a segunda conseqüência – a perenização da ideologia prisional – se fortalece, com tentativas paliativas de se resolverem os problemas prisionais com mais do mesmo – mais recursos, mais funcionários, mais presídios.

Conectada às estratégias anteriores, temos a estratégia ideológica da criação do “Inimigo do Povo” e dos “Dois Minutos de Ódio”, que em analogia com esses elementos na narrativa de Orwell (2009), visam gerar um alarme social pelo medo da desagregação. Em nosso caso, pelo medo das conseqüências do sistema prisional como “**barril de pólvora**”, onde a pena passa a ser vista como “... elemento de integração do corpo social (BARATTA, 2002, p.204). A criação do inimigo “perigoso” e “mau” encobre mais uma vez as questões sociais, depositando nos desvios pessoais a questão da violência e reforçando a estrutura de dominação que sustenta o cárcere reforçando, assim, o seu poder. (KARAM, 2009).

Por último, mas não menos importante, para que um veículo de comunicação possa alimentar determinada audiência a partir desse viés ideológico, é preciso que haja uma audiência faminta por engoli-lo. É, em nossa interpretação, um veículo onde as formas simbólicas estão colocadas a serviço do poder de encarcerar, de reprimir. Deseja ser lido por uma “... **sociedade, que clama com razão por punições severas para quem transgride a lei**”, na visão do jornal e que, a nosso ver, deseja que o que sempre esteve na

invisibilidade retorne a ela. Os “devoradores de slogans” (ORVELL, 2009) cumprem esse papel, tanto a frente do veículo, quanto no consumo daquilo que ele produz. Os “devoradores de slogans” são aqueles que compram e vendem essas mesmas fórmulas ultrapassadas na busca por manter as coisas como estão.

Para finalizar, constatamos que essa analogia irônica com alguns elementos da narrativa de Orwell (2009), aponta para algumas repetições e reificações de discursos, que hibridizadas aos processos de instauração do novo, reproduzem estratégias de controle e dominação social. Percebemos que, embora a pluralidade de pensamento e as infinitas possibilidades de crítica existam, e de fato em muitos casos aconteçam, elas convivem com mecanismos arcaicos de reprodução do poder que sobrevivem aos tempos e mantêm sua força em determinados espaços e discursos sociais. Isso se dá à custa da dissimulação dos fenômenos, que descolados de seu contexto histórico, chegam ao ponto de tornar-se o que Orwell (2009, p.54) chamou de “palimpsesto” – algo sobre o qual a raspagem e reinscrição da história foi feita por tantas vezes, de modo que qualquer escrita do processo histórico passe a ser eclipsada e o presente seja superdimensionado de modo a ser a única coisa que passe a importar.

A esta altura não sabemos absolutamente nada... Todos os registros foram destruídos ou falsificados, todos os livros foram reescritos, todos os quadros foram repintados, todas as estátuas, todas as ruas, todos os edifícios foram renomeados, todas as datas foram alteradas. E o processo continua dia a dia, minuto a minuto. A história se interrompeu. Nada existe além de um presente interminável... (ORWELL, 2009, p.185).

Referências

- BARATTA, A.** *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal.* (3º ed.) Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Ravan, 2002.
- BAUMAN, Z.** *Globalização: consequências humanas.* Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- DAUFEMBACK, V.** Sucessos e fracassos da prisão. In: *Conselho Federal de Psicologia – Relatório final do Projeto: apoio aos familiares e egressos do sistema penitenciário*, 2005.
- FELIPPI, A.** O processo produtivo do Jornal Zero Hora. *Revista FAMECOS*, n. 34, p. 95-100. Porto Alegre: dezembro, 2007.
- GOFFMAN, E.** *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* 4ª ed. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1961.
- GUARESCHI, P.** *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- KARAM, M. L.** *A Privação da Liberdade: O Violento, Danoso, Doloroso e Inútil Sofrimento da Pena. Escritos sobre a liberdade vol.7.* Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.
- KARAM, M. L.** *Recuperar o desejo da liberdade e conter o poder punitivo. Escritos sobre a liberdade vol.1.* Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009b.
- JOVCHELOVITCH, S.** *Os Contextos do Saber: Representações, comunidade e cultura.* Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MAIA, C. N.** Introdução: História e Historiografia das Prisões. In: **MAIA, C. N.** [et al. org.]. *História das Prisões no Brasil – Volume I.* Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 09-34.
- MILLER, R.** O Poder Panóptico. In: **BENTHAM, J.** *O Panóptico.* Organização e Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MOSCOVICI, S.** *Representações sociais: investigações em psicologia social.* 3ª ed. Tradução de Pedrinho Arcides Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- ORWELL, G.** 1984. Tradução de Alexandre Hubner & Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, (orig. 1989) 2009.

SILVA, J. M. A questão da técnica jornalística: cultura e imaginário. *Revista FAMECOS*, n. 39, p. 13-18. Porto Alegre: agosto, 2009.

THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna: teórica crítica na era dos meios de comunicação de massa.* (6ª ed). Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis, RJ, Vozes, 1995.

ZAFFARONI, E. R. *O inimigo no direito penal.* (2ª ed.) Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

3. OS TÉCNICOS DE PLANTÃO E A DIFUSÃO MIDIÁTICA DE DISCURSOS NEO-LOMBROSIANOS

3.1. Introdução

Uma das condições para se produzir psicologia⁴⁴ é a busca, a todo o momento, por pensar a respeito dos pressupostos presentes nos argumentos e nas diferentes visões de mundo. Os pressupostos são as concepções de ser humano ou as forças sociais e históricas que produzem determinados tipos de discursos e os alicerçam. Essas "... concepções de ser humano e [esses] valores sociais [que]⁴⁵ se tornam hegemônicos em determinadas sociedades, não permanecem nas idéias e nos discursos, mas se concretizam, se materializam em instituições, em regimes políticos e econômicos" (GUARESCHI, 2005, p.32). Como decorrência disso, temos a importância de se pensar sobre tais pressupostos, suas distintas manifestações, suas mudanças ao longo do tempo ou, em alguns casos, a curiosidade que significa sua permanência, levando-se em conta os jogos de poder que produzem as mudanças sociais.

Queiramos ou não, somos fruto de forças poderosas que comandam o mundo na contemporaneidade. Privilegiamos essa discussão, pois ela ajudará a nos darmos conta, criticamente, de quem somos; quais valores que, consciente ou inconscientemente, adotamos e incorporamos; como nossas práticas estão ligadas a esses valores e concepções que temos de nós e dos outros (GUARESCHI, 2005, p.13).

A partir dessas idéias, discutiremos especificamente, tanto os pressupostos, quanto as distintas manifestações de "um argumento político

⁴⁴ O termo 'psicologia' mencionado aqui carrega consigo dois outros dois conceitos: o conceito de "social" – enquanto relação, direcionamento intrínseco do ser em direção ao outro – pois não há psicologia que não seja social; e o conceito de "crítica" – enquanto a idéia de que todas as ações ou fenômenos possuem ao menos dois lados, ou em outras palavras, de que nada é absoluto e a noção de que essa relatividade aponta para historicidade dos fatos, ou para sua transitoriedade e precariedade – pois não há possibilidade de se produzir psicologia social sem o pressuposto da "crítica". Para buscar mais detalhes sobre o conceito leia "Psicologia Social Crítica: como prática de libertação" (GUARESCHI, 2005).

⁴⁵ As expressões "esses" e "que" foram inseridas por nós dentro do texto literal do autor, por motivos de concordância verbal.

conservador de eficácia inquestionável...” (GOULD, 1999, p.135), que possui suas raízes na segunda metade do século XIX com a antropologia criminal. Essa vertente teórica toma o ser humano pela via do determinismo biológico e da patologia, defendendo que a maldade, a estupidez e a pobreza, decorrem de características inatas. A partir disso, lança a diretriz de que é preciso estudar aquele que comete o crime e não seu ambiente, baseando-se na idéia de que a transgressão à lei erige-se a partir de determinada “natureza criminosa”, justificando que, se as leis naturais realizam uma seleção artificial, as leis sociais também devem trabalhar pela eliminação dos indivíduos descritos por esse pensamento como anti-sociais ou inadequados (GOULD, 1999). “A intolerância é, portanto, a inclinação natural da prática moderna. A construção da ordem coloca os limites à incorporação e à admissão. Ela exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado – a deslegitimação do outro” (BAUMANN, 1999, p.16).

Como resultado, esse argumento produziu ao longo da história, e produz ainda hoje, práticas de delação, desconfiança e isolamento social, fomentando e legitimando a existência de instituições segregadoras como, por exemplo, a instituição prisional. Como apoio a essa lógica estão vários saberes científicos e instrumentos técnicos que fomentam as representações de um inimigo, ou vários inimigos, a segregar e fornecem uma diversidade de meios práticos para tal. Segundo Foucault (1987), quando o suplício começa a ser abolido e o castigo deixa de ser uma arte das sensações insuportáveis e passa a ser uma economia dos direitos, as manipulações deixam de tocar os corpos e passam a realizar uma ortopedia moral.

Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores [...] Eles garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva (p. 14).

A força das representações reproduzidas por esses saberes repousa justamente no fato deles não partirem apenas do senso comum. Na maioria das vezes, mesmo os saberes populares são híbridos da experiência cotidiana

e da disseminação e popularização do conhecimento científico, assim como o inverso também é comum. Elas se gestam, principalmente, pela assimilação do desconhecido através da passagem do conhecimento de um universo reificado – “onde circulam as ciências, a objetividade, ou as teorizações abstratas” – a um universo chamado consensual – o domínio do senso comum, do cotidiano (OLIVEIRA & WERBA, 2003, p. 108). E elas se concebem, ancorando formas simbólicas, através da denominação do desconhecido, no intuito de dominá-lo e objetivando-as ao transformar abstrações em representações físicas e naturalizadas (MOSCOVICI, 2003, p. 74). Essas referências, quando cotidianizadas, não se interrompem caso não sejam problematizadas, ou tomadas de seu universo consensual e rediscutidas, teorizadas, relançadas sob novas perspectivas.

O que desejamos expressar com isso é que os saberes técnicos e seus “técnicos de plantão”, porta-vozes desses saberes, sempre tiveram e ainda hoje possuem sua parcela indispensável na contribuição da construção de fronteiras representativas que justificam a edificação de instituições totais de clausura – depósito – ortopedia e transformação moral dos sujeitos. Seu trabalho é, em muitos casos, o de ratificação do desvio e, por conseqüência, o de sustentar o poder técnico científico de produção da norma fundamentando-a na teoria da antropologia criminal.

O que chamamos aqui de “Técnicos de Plantão” são aqueles personagens do saber técnico que colocam seus saberes à disposição das demandas sociais por respostas, sem necessariamente questionar as perguntas e que, por isso mesmo, acabam sendo aclamados pela mídia e pelo senso comum como aqueles que “esclarecem” ou “objetivam”, questões complexas e de difícil definição. Estão à disposição para o escrutínio das diferenças. São aqueles personagens que participam com freqüência de programas populares de entrevistas e escrevem livros de receitas sobre a construção de uma vida feliz, popularizando diagnósticos psiquiátricos e produzindo uma patologização da vida social. Para ilustrar melhor, trago um jocoso exemplo do desenho animado “Os Simpsons”. Em determinado

episódio do desenho, ocorre uma tragédia de grandes proporções na cidade de Springfield e os repórteres chamam um “cientista” para explicar o acontecimento. Ao introduzir a fala do cientista na reportagem o repórter diz algo do gênero: “Falaremos com o cientista fulano de tal, que é o único cientista que está sempre em casa quando a gente liga.”

Então, assim como em relação à loucura produziram-se discursos racionalizadores que buscavam legitimar a existência dos manicômios (JODELET, 2005), com relação ao crime existe, também, todo um aparato discursivo que busca fundamentar a instituição prisional. Através de tais discursos, se justifica a necessidade e se promove a distinção dos sujeitos entre aqueles que podem e aqueles que não podem viver em liberdade. São discursos de desespero e de urgência, no sentido de demarcar diferenças e estabelecer separações taxativas, ou dito de outra forma: “**separar o joio do trigo...**” (VARELLA, 1999, p.112).⁴⁶

Com relação às penas de prisão, esses discursos se fortaleceram, principalmente, no momento em que essas penas deveriam se transferir da “... expiação que tripudia sobre o corpo [para] um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” (FOUCAULT, 1987, p.18). O deslocamento do crime como objeto da pena para o julgamento das paixões, das enfermidades, das inaptações, da hereditariedade, ou da medida da vontade do réu envolvida no crime, colocam o técnico na posição de árbitro da normalidade (FOUCAULT, 1987).

A sociedade, a partir das falas dos estudiosos, passa a eleger aqueles que serão considerados os seus sujeitos (normais) e aqueles que serão considerados seus objetos (anormais). De qualquer modo, opera-se uma co-dependência entre os sujeitos da norma e os “objetos” anormais. E, embora “... a ciência, [...] em sua ação classificatória e discriminante, se report[e] ao

⁴⁶ Vide PEDROSO, M. P. & GUARESCHI, P. A. As representações do preso em “Estação Carandiru”. *Revista FAMECOS*, v. 17, n. 1, p. 94-111. Porto Alegre: janeiro/abril, 2010.

conceito de norma como a um valor absoluto, nitidamente definível...” (BASÁGLIA, 1968/2005, p.133), a norma é criada e imposta por ela própria, a ciência, que ao precisar se afirmar sobre uma objetualidade, utiliza a norma como elemento intrínseco à manutenção de seu lugar de poder.

Esse texto possui o objetivo de problematizar essa disposição dos saberes técnicos em fazer o escrutínio das diferenças e sua hierarquização e mostrar a atualidade dessa questão, analisando as semelhanças entre pensamentos técnico-científicos contemporâneos popularizados e a antropologia criminal do século XIX, em discursos que chamaremos de “neolombrosianos”. Associada a essa questão, problematizaremos, também, os significados da representatividade midiática ocupada por esses saberes e o poder deles na reificação representacional das diferenças.

É importante mencionar, que não se trata aqui de avaliar os autores dos discursos. Isso porque entendemos que o discurso os transcende, mas também não se trata de ignorá-los enquanto porta-vozes, pois sabemos que o discurso só adquire determinado peso a partir do que representa a figura daquele que o reproduz e do poder conferido a ela de dizer sua palavra e de estabelecer o que convenciamos chamar de verdade. O que propomos é apresentar algumas manifestações desse discurso no contemporâneo e pensar em como a sua promoção no cotidiano, principalmente via mídia, pode produzir e manter práticas de apartheid social, determinismo biológico e aprisionamento, bem como, sustentar as posições de poder de seus porta-vozes. Entendemos portanto, que “é fundamental desvendar e explicitar o caráter de dominação das instituições coercitivas ou de persuasão, apresentadas como instrumentos técnicos, acima da realidade social” (MINAYO, 1998, p.523).

3.2. Os discursos

Na tabela a seguir, buscamos apresentar uma diversidade de discursos que se propõem a falar sobre delinquência, psicopatia, normalidade e anormalidade, razão e emoção, moralidade e imoralidade, bem e mal. Para seguirmos adiante em nossa discussão, proponho que possamos nos remeter a essa tabela, procurando observar cada recorte de texto, sem preocupação, em um primeiro momento, de identificar sua autoria, ou referência, mas procurando buscar seus principais pressupostos.

Tabela 7 – Discursos Lombrosianos e neo-lombrosianos

TABELA 1 – DICURSOS LOMBROSIANOS E NEO-LOMBROSIANOS		
"... documentos que distinguem os delinquentes natos dos habituais ou ocasionais."	"Eles estão por toda parte, perfeitamente disfarçados de gente comum, e assim que suas necessidades internas de prazer e luxúria, poder e controle se manifestarem, eles se revelarão como realmente são: feras predadoras."	"... era um imbecil moral [...] A diferença entre o delito e a demência..."
"... distinguir um malandro e um ladrão de um homem honesto e pacífico cidadão..."	"É realmente completa a indiferença diante das próprias vítimas e ante o sanguinário testemunho dos seus delitos. É o caráter constante de todos os delinquentes habituais, que bastaria para distingui-lo do caráter do homem normal."	"... não se observa [...] em pessoas normais."
"... um psicopata de carteirinha" "Esses 'predadores sociais' com aparência humana estão por aí, misturados conosco, incógnitos, infiltrados em todos os setores sociais."	"Mas quem são essas criaturas tão nocivas?" "Eles vivem entre nós, parecem fisicamente conosco, mas são desprovidos deste sentido tão especial a consciência."	"... nosso emérito facinora..." "... indivíduos verdadeiramente maléficos e ardilosos utilizam 'disfarces' tão perfeitos que acreditamos piamente que são seres humanos como nós."
"O que assusta nessas pessoas é que elas parecem gente tão comum, tão gente igual a gente."	"O psicopata ele domina a arte da intriga, da manipulação, mesmo porque eles são demasiadamente cerebrais, eles não estão envolvidos emocionalmente com ninguém. Eles não sentem na verdade nenhum tipo de emoção. Eles fingem que sentem, representam as emoções e assim passam como pessoas comuns. Como gente. Como todo mundo..."	"A cadeia seria menos perigosa com essas mentes malignas ocupadas."
"...a escala PCL-R está consolidada como instrumento de diagnóstico de psicopatia, tanto para fins de pesquisa quanto para fins forenses."	"Isso significa dizer que, provavelmente, esses indivíduos prescindem de empatia, remorso e respeito pela dor e o sofrimento alheios."	Os resultados desse estudo levantam a possibilidade da existência de dois grupos distintos de adolescentes infratores: com e sem psicopatia.
"Essa insensibilidade moral dos delinquentes..."	"É importante ter em mente que todos os psicopatas são perigosos, uma vez que eles apresentam graus diversos de insensibilidade e desprezo pela vida humana."	"... levaram-se a suspeitar que haja neles uma sensibilidade à dor, mais abafada do que a das pessoas comuns."
"Qualquer que seja o grau de gravidade, todos, invariavelmente, deixam marcas de destruição por onde passam, sem piedade."	"... criaturas desprovidas de afetividade."	"Os psicopatas são verdadeiros 'predadores sociais' em cujas veias e artérias corre um sangue gelido."
"Mas, quem conviveu, ainda por pouco tempo, no meio desses infelizes, adquire a certeza de que eles não têm remorso."	"Os psicopatas são seres sem coração mental. Seus cérebros são gelados."	"... a idéia do justo e do injusto não é apagada, plenamente, em todos os delinquentes, mas esta se torna estéril, porque é mais comprimida na mente do que sentida no coração e é sempre sufocada pela paixão e pelo hábito."
"Essa primeira e importante regra se traduz no remédio amargo de aceitar que	"... eles não tem sentimentos para serem feridos."	"É escassa neles a afeição."

os psicopatas existem de fato e que eles literalmente não possuem consciência genuína.”		
“Falta-lhes o sentimento afetivo e senso moral; nasceram para cultivar o mal e para cometê-lo.”	“O primeiro a apagar é o sentimento de compaixão pela desgraça alheia..”	“... alvejadas por esses ‘seres bípedes’ que sugam nosso sangue e vampirizam nossa alma.”
“... no verdadeiro criminoso nato, e que tem, de outra parte, uma base orgânica.”	“... os psicopatas apresentam atividade cerebral reduzida nas estruturas relacionadas às emoções em geral.”	“... mostraram que muitos desses deficientes têm graves distúrbios no sistema nervoso...”
“Talvez esse seja o principal motivo para explicar porque os seres humanos já vêm de fábrica com um dispositivo para distinguir o certo do errado.”	“... aflora a moralidade inata.”	“Por isso, sua melhor defesa é entender e, principalmente, aceitar que existem pessoas com essa natureza: fria e devastadora.”
“É bastante mais fácil odiar os inimigos do que amá-los ou perdô-los e isto, independentemente da opção moral de cada um, é uma realidade decorrente da seleção natural.”	“Identificaram uma combinação explosiva para gerar comportamentos violentos: fragilidades biológicas, estimadas pela presença de problemas neurológicos, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e complicações de parto, combinadas com um ambiente familiar inadequado, especialmente no primeiro ano de vida.”	“Não existem mentes que ocorram fora de cérebros.”
“... tornam comum inteiramente os delinquentes com os cidadãos.”	“... talentos inatos dos psicopatas.”	“Porque provam a vaidade instintiva que é característica do criminoso.”
“Quanto à índole moral, à afetividade [...] são uma espécie de idiotas morais que não podem dignar-se a compreender o sentimento moral...”	“Lógico que não podemos negar que muitas delas são influenciadas pelo meio social ao redor, no entanto outras crianças possuem uma inclinação voraz e inata ao crime. Assim como adultos psicopatas, crianças com essa natureza são desprovidas de sentimentos de culpa ou remorso, características inerentes às pessoas ‘de bem’. São más em sua essência.”	“Desta perversa afetividade, deste ódio excessivo e sem causa, desta falta ou insuficiência de freios, desta tendência hereditária múltipla deriva a irresistibilidade dos atos dos dementes morais.”
“A parada do desenvolvimento dos centros psíquicos foi provocada, como acontece a algumas doenças mentais, por causas psíquicas em vez de físicas, mas os efeitos são os mesmos.”	“Tudo indica que as instruções necessárias na produção de um cérebro capacitado para distinguir o certo do errado já vêm com certificado de fábrica, ou seja, elas estão no DNA de cada um de nós.”	“É natural porque os miolos são predispostos por má nutrição desde o nascimento...”
“Acréscimo ainda que por essa forma de malignidade, que é o caráter constante de sua existência, eles fingem serem mais débeis do que são.”	“... mentes sombrias de criaturas cujas vidas parecem não ter se desenvolvido totalmente.”	“Importante destacar que ninguém vira psicopata da noite para dia: eles nascem assim e permanecem assim durante toda sua existência.”
“... Um livro de essência autenticamente psiquiátrica, que demonstra que a psicopatia decorre da própria natureza do ser.”	“Os especialistas brasileiros [...] que ganharam o prêmio especial no último congresso da Sociedade Americana de Neurologia, identificaram áreas do cérebro em que há alta atividade diante de julgamentos morais. Entre os anti-sociais, essas regiões não apresentam nenhuma atividade.”	“O psicopata é aquele que não tem emoção nenhuma, então ele vai fazendo as maldades dele e vai embora. Vai seduzindo daqui, manipulando dali...”
“O gêmeo da demência moral e da delinquência encontra-se, não excepcionalmente, mas normalmente nas primeiras idades do ser humano.”	“... independentemente da idade dos assassinos, as respostas se resumem ao fato de serem garotos perversos. Vem à tona novamente a velha história do sapo e do escorpião: é natureza!”	“De acordo com esse ponto de vista podemos afirmar que alguns indivíduos menores de 18 anos, independentemente da maturidade biológica de seus cérebros, já possuem uma personalidade disfuncional.”
“... por ser incorrigível...”	“Chances são para as pessoas que possuem consciência, indivíduos de bom coração.”	“Logo, logo você vai descobrir que esse grupo que merece ajuda não inclui pessoas sem consciência.”
“Não negocie com o mal!”	“Além de recriarem o inferno na cadeia, atrapalha a ressocialização dos detentos que podem ser recuperáveis. É esse um dos principais motivos de o Brasil ter uma taxa de reincidência de crimes tão alta, na casa dos 70%.”	“Ouvir dez pessoas é escutar dez histórias, e separar o joio do trigo, um quebra-cabeça que exige preparo intelectual.”
“... que os cega diante de um objetivo a atingir, ou de uma paixão para satisfazer.”	“Os psicopatas apresentam uma espécie de ‘pobreza emocional’...”	“Pobres como são de inteligência confundem a regra com a exceção...”
“Para se ter idéia dessa impulsividade de natureza tão destruidora...”	“... as emoções dos psicopatas são tão superficiais que podem ser consideradas algo bem similar ao que denominam ‘proto-emoções’ (respostas primitivas às necessidades imediatas).”	“Uma das características mais singulares do homem primitivo ou em estado de selvageria...”

Como forma de chamar a atenção para a semelhança entre os discursos da antropologia criminal com sua base biológico-positivista e os discursos neo-lombrosianos – pensamentos técnico-científicos contemporâneos que comungam dos mesmos pressupostos – construímos a tabela apresentada anteriormente, de modo a mostrá-los em conjunto. Nessa tabela encontram-se frases originais de Cesare Lombroso, em seu livro “*O Homem Delinqüente*” (1876), mescladas a discursos de técnicos contemporâneos populares como a psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva, em seu livro “*Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado*” (2008), do médico da UFRGS, Renato Zamora Flores em seu texto “*A biologia na violência*” (2002)⁴⁷, dos autores Schmitt, R.; Pinto, T. P.; Gomes, K. M.; Quevedo, J.; Stein, A. em a “*Personalidade psicopática em uma amostra de adolescentes infratores brasileiros*” (2006), e do médico Drauzio Varella no livro “*Estação Carandiru*” (2005)⁴⁸.

Além desses recortes, mesclamos na tabela discursos produzidos por personagens, atores e diretores de novelas globais e textos de revistas, procurando demonstrar a difusão do discurso técnico via o campo midiático e, como consequência, sua popularização. Nosso objetivo com a visualização das frases, além de demonstrar as semelhanças entre os pressupostos dos discursos que ali se apresentam, é demonstrar a eficiência com que esses discursos extravasam fronteiras e popularizam-se em espaços de comunicação de massa como a TV, por exemplo.

Observando esses recortes de texto percebemos que, no seu conjunto, eles trabalham a partir de, no mínimo, cinco pressupostos. Primeiro, de que há possibilidade de se fazer uma distinção das pessoas entre, por exemplo, as normais e as anormais, as boas e as más, as sensíveis e as insensíveis. O segundo pressuposto é de que a determinação das diferenças está inscrita

⁴⁷ Ao final desse texto encontra-se uma tabela – ANEXO 1 - com as referências de cada recorte, caso haja interesse do leitor.

⁴⁸ Idem nota 4.

concretamente em alterações anatômicas, biológicas ou orgânicas. O terceiro pressuposto é o de que, já em tenra idade, essas diferenças estão determinadas. O quarto é o de que não há mudança possível para quem apresenta certos tipos de características. E, por último, o quinto pressuposto, é o de que as diferenças estabelecidas entre as pessoas podem ser organizadas em uma escala hierárquica de desenvolvimento, onde algumas são superiores e outras inferiores.

3.3. Considerando os pressupostos em comum e problematizando os discursos neo-lombrosianos

Com relação ao primeiro pressuposto, observa-se que os discursos apresentados preocupam-se em demarcar as diferenças entre aqueles que cometem atos delituosos, supostamente, por prazer, daqueles que os cometem em razão de determinadas circunstâncias, como uma forte emoção, por exemplo. A busca é, como prescrevia Lombroso (1876, p.29), pelos: “... **documentos que distinguem os delinquentes natos dos habituais ou ocasionais.**” Dito de outra forma, aqueles do qual determinado contexto ou característica atenuante participa do ato, daqueles que, supostamente o fazem por serem “**feras predadoras**” (SILVA, 2008, p. 42) ou “... **‘seres bípedes’ que sugam nosso sangue e vampirizam nossa alma**” (SILVA, 2008, p.17).

Os primeiros seriam os que, supostamente, possuiriam um “**senso moral**” (LOMBROSO, 1876, p. 201), arrependem-se-iam honestamente, seriam sensíveis e bons. Em contrapartida, os segundos seriam aqueles que, aparentemente, “**não possuem consciência genuína.**” (SILVA, 2008, p.177), ou em síntese: “... **vivem entre nós, parecem fisicamente conosco, mas são desprovidos deste sentido tão especial: a consciência**” (SILVA, 2008, p.35).

Não teríamos espaço para colocar em questão aqui, a história que desde 1832, trabalha o que chamamos hoje de “circunstâncias atenuantes”, e

que “permitia modular a sentença segundo os graus supostos de uma doença ou as formas de uma semiloucura” (FOUCAULT, 1987, p.21).⁴⁹ Mas embora consideremos o aspecto histórico como fundamental, a nosso ver, o problema colocado aqui vai além de determinada finalidade.

A discussão da “distinção” proposta nos recortes de texto trabalha a partir de uma “ética” que poderia ser denominada de “um tipo de pragmatismo e o cientificismo de mãos dadas” (GUARESCHI, 2007, p.20). O cientificismo estaria preocupado em escrutinar as diferenças – de modo geral, seria a crença na possibilidade de ordenar a realidade⁵⁰ – e o pragmatismo estaria preocupado em fazer funcionar. Ou seja, em depois do ordenamento, ajustar o que não se encaixa em nenhuma ordenação a priori, à possibilidade de normalização, ou em tendo essa descartada, em receitas de segregação.

Neste sentido, surgem nas falas em questão preocupações com o que fazer, por exemplo, com “... ***alguns indivíduos menores de 18 anos, [que]***⁵¹ ***independentemente da maturidade biológica de seus cérebros, já possuem uma personalidade disfuncional***” (SILVA, 2008, p.145). É a ética da modernidade e sua obsessão por eficiência e utilidade: o que funciona é bom, e é bom porque funciona. “... Essa idéia parcial (experimental) tomou conta da Psicologia como um todo, de tal modo que na sua expressão, para os experimentalistas, “a pele forma o limite do estudo”. (FARR apud

⁴⁹ “E a prática usual nos tribunais, aplicada às vezes à prática correcional, da perícia psiquiátrica faz com que a sentença, ainda que formulada em termos de sanção legal, implique, mais ou menos obscuramente, em juízos de normalidade, atribuições de causalidade, apreciações de eventuais mudanças, previsões sobre o futuro dos delinquentes. [...] E a sentença que condena ou absolve ao é simplesmente um julgamento de culpa, uma decisão legal que sanciona; ela implica uma apreciação de normalidade e uma prescrição técnica para uma normalização possível.” (FOUCAULT, 1987, p.21).

⁵⁰ “Dentre a multiplicidade de tarefas impossíveis que a modernidade se atribuiu e que fizeram dela o que é, sobressai a da ordem (mais precisamente e de forma mais importante, a da ordem como tarefa)...” (BAUMAN, 1999, p.12).

⁵¹ A intervenção entre colchetes foi nossa.

GUARESCHI, 2007, p.20). Ou seja, para ser científico, tem que ser experimental fisiológico e material.

O segundo pressuposto observado nos discursos é a preocupação em determinar provas materiais dos comportamentos pelas diferenças anatômicas, biológicas ou orgânicas. Pois dentro desse pensamento, conforme acredita Flores (2002, p. 201): “**Não existem mentes que ocorram fora de cérebros.**” E somente dessa forma, para Lombroso (1876, p.58), é possível distinguir o “... **verdadeiro criminoso nato, e que tem, de outra parte, uma base orgânica**” daqueles que “... **fingem serem mais débeis do que são**” (LOMBROSO, 1876, p.51).

Assim, para que um saber possa se fazer acreditar e construir sobre si uma aura de objetividade científica, esses estudiosos acreditam precisar demonstrar essas marcas em observações como:

... os psicopatas apresentam atividade cerebral reduzida nas estruturas relacionadas às emoções em geral.” (SILVA, 2008, p.79); [...] tudo indica que as instruções necessárias na produção de um cérebro capacitado para distinguir o certo do errado já vêm com certificado de fábrica, ou seja, elas estão no DNA de cada um de nós. (SILVA, 2008, p.152); [...] talvez esse seja o principal motivo para explicar porque os seres humanos já vêm de fábrica com um dispositivo para distinguir o certo do errado. (SILVA, 2008, p.156).

O que aparece aqui, nessa busca pelas provas materiais dos comportamentos via diferenças anatômicas, biológicas ou orgânicas é a necessidade que uma vasta gama de saberes técnicos possui, de desfazer-se daquilo que seja “imaterial, simbólico, representacional” (GUARESCHI, 2007, p.21), para encontrar, através de experimentos, a concretude, a objetividade, ou a inquestionabilidade das explicações sobre os comportamentos. “Tal concepção ainda bebe dos pressupostos do materialismo cientificista...” (GUARESCHI, 2007, p.21), orientação que, servindo de base para todos os saberes protótipos do positivismo, desejava eliminar o incômodo de ter que lidar com a incerteza que representa a subjetividade nos experimentos científicos.

Como resultado, o peso de credibilidade que ganham esses argumentos encontra adeptos e pode auxiliar criminalistas que comunguem do mesmo ideal científico. Como é o caso do Sr. Arthur Lavigne, que escreveu o prefácio do livro da psiquiatra Ana Beatriz Silva (2008), e que observou que, em sua ótica, esse seria “... **um livro de essência autenticamente psiquiátrica, que demonstra que a psicopatia decorre da própria natureza do ser**” (Arthur Lavigne – advogado criminalista – Prefácio do livro *Mentes Perigosas*, p.12).

Além disso, argumentos taxativos como: é “**importante destacar que ninguém vira psicopata da noite para dia: eles nascem assim e permanecem assim durante toda sua existência**” (SILVA, 2008, p.89), podem ser politicamente interessantes. Essas afirmações isentam as diversas responsabilidades e implicações dos demais aspectos envolvidos na complexidade que abrange o comportamento humano em sociedade e as depositam em questões internas e inalteráveis.

Complementar ao pressuposto anterior, o terceiro pressuposto é o de que já em tenra idade essas diferenças estão determinadas. Para esse pensamento “... **independentemente da idade dos assassinos, as respostas se resumem ao fato de serem garotos perversos. Vem à tona novamente a velha história do sapo e do escorpião: é natureza!**”⁵² (SILVA, 2008, p.140).

Ambos os argumentos – o materialista e o da circunscrição de algumas características à tenra infância – partem de orientações que “... subordinam a questão social às determinações da natureza” (MINAYO, 1998, p.515). E ao

⁵² O livro da psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva, do qual tratamos aqui, tem como epígrafe a seguinte fábula: “O escorpião aproximou-se do sapo que estava à beira do rio. Como não sabia nadar, pediu uma carona para chegar à outra margem. Desconfiado o sapo respondeu: ‘Ora, escorpião, só se eu fosse tolo demais! Você é traiçoeiro, vai me picar, soltar meu veneno e eu vou morrer.’ Mesmo assim o escorpião insistiu, com o argumento lógico de que se picasse o sapo ambos morreriam. Com promessas de que poderia ficar tranqüilo, o sapo cedeu, acomodou o escorpião em suas costas e começou a nadar. Ao fim da travessia, o escorpião cravou o seu ferrão mortal no sapo e saltou ileso em terra firme. Atingido pelo veneno e já começando a afundar, o sapo desesperado quis saber o porquê de tamanha crueldade. E o escorpião respondeu: – Porque essa é a minha natureza!” (2008, p.15).

fazerem isso, estabelecem – e este é o quarto pressuposto – que não há mudança possível para quem apresenta “certas” qualidades. Ou, sob a ótica dos discursos em questão, do “... problema da identificação dos que [podem]⁵³ ser regenerados para o convívio social e aqueles cuja degeneração [representa] um perigo social permanente” (SILVA, 2005, p.85). Afinal de contas, para os saberes técnicos apresentados “**chances são para as pessoas que possuem consciência, indivíduos de bom coração**” (SILVA, 2008, p 183) e o trabalho com quem é “... **incorrigível...**” (LOMBROSO, 1876, p.36), vai fazer você descobrir “**logo, logo [...] que esse grupo que merece ajuda não inclui pessoas sem consciência.**” (SILVA, 2008, p.183).

Nesse sentido, duas questões que estão colocadas demonstram que alguns pressupostos se embatem. A primeira, da idéia individualização do crime, ou de psicologização e patologização do Direito, debruçando suas práticas sobre o sujeito e não mais sobre o ato criminoso (SILVA, 2005). Preocupações sobre quem é o sujeito, suposições sobre seu futuro baseadas em seus comportamentos passados, indagações diagnósticas, especulações sobre primeira infância, relações estabelecidas com o trabalho⁵⁴, diferenciações entre aqueles que cometem crimes sob determinadas circunstâncias e a idéia de voluntarismo ou de escolha.

Essas questões aparecem atualmente na presença de “... inquirições sobre a personalidade, sobre o modo do indivíduo de pensar e de ser, invadindo sua intimidade, sua alma, violando sua privacidade.” (KARAM, 2009, p.53). Essa prática, que fere a legalidade por culpabilizar o caráter e subentender que cada pessoa é como gostaria de ser, coloca o sujeito como inteiramente responsável por seus atos. Ou seja, entende a pessoa como

⁵³ Os verbos entre colchetes foram alterados para concordarem com o tempo da frase.

⁵⁴ Um exemplo desse tipo de inquérito é a escala PCL-R ou o “checklist da psicopatia. Esse “teste” propõe perguntas como: em quantas escolas primárias estudou e porque mudou; se concluiu o curso secundário, e se não, por que; por quantos empregos diferentes passou; se já esteve desempregado e por quanto tempo; (HARE, 1991; GONÇALVES, 1997). Disponível em <https://woc.uc.pt/fpce/getFile.do?tipo=2&id=5722> > acessado em 27 nov. 2010.

alguém que opta pelas qualidades de sua personalidade, pois somente a partir desse pressuposto, se pensaria o seu modo de ser como culpabilizável.

Em oposição a essa idéia, está o pressuposto que aponta para aquilo que os discursos chamam de “natureza”, ou “essência”, que seria a determinação biológica. Ou, dito de outra forma, aquilo que, supostamente, não deixaria ao sujeito qualquer saída, que senão cumprir um destino que já está escrito, visto que, para o pensamento em questão, os sujeitos “... **nascem assim e permanecem assim durante toda sua existência.**” (SILVA, 2008, p.89).

De qualquer forma, os argumentos com que ambos os pressupostos concordam – a idéia de algumas pessoas “... **nasceram para cultivar o mal e para cometê-lo...**” (LOMBROSO, 1876, p. 201) – ou da qual discordam – um defendendo a voluntariedade, enquanto outro defende o biologicismo – simplificam demasiadamente a questão, além de ratificarem a idéia de segregação. O primeiro, porque aquele que possui uma “**personalidade disfuncional**”, quando definida dessa forma requer, dos saberes que a definem, um aparato de ortopedia moral. E esse aparato, se não for operado pela prisão – pois ela não possui mais o estatuto de reforma moral dos sujeitos – será operado por seleções diagnósticas que se constituem em manicômios ambulantes que despejam sobre os sujeitos toda espécie de patologização. Já o segundo, porque afirma que aquele que é definido como alguém que possui uma “... **natureza: fria e devastadora**” (SILVA, 2008, p. 177), embora não seja considerado por esses saberes como alguém que possa ser transformado em outra coisa, precisa igualmente, na visão desses discursos, ser apartado de alguma forma da convivência social. Assim, ambos voltam-se, com seus argumentos, exclusivamente para o sujeito, como a origem de todos os males, pensamento que agrada em muito

... os adeptos da força repressiva do Estado, [que] ⁵⁵ tergiversando sobre as complexas causas da violência, reduzem sua concepção

⁵⁵ A intervenção entre os colchetes é nossa.

desse fenômeno à delinquência e tendem a interpretá-la como fruto da conduta patológica dos indivíduos. [...] As idéias desses intelectuais combinam com o senso comum, que advoga a força repressiva como condição de "ordem e progresso". (MINAYO, 1998, p.520).

Por último, o quinto pressuposto dos discursos em questão, seria o de que as diferenças estabelecidas entre as pessoas podem ser organizadas em uma escala hierárquica de desenvolvimento, onde algumas são superiores e outras inferiores. Na defesa desse argumento surgem expressões como: "**pobreza emocional**" (SILVA, 2008, p.77), ou "**pobres de inteligência**" (LOMBROSO, 1876, p.174); "**proto-emoções (respostas primitivas às necessidades imediatas)**" (SILVA, 2008, p.78), ou "**homem primitivo**" (LOMBROSO, 1876, p.30).

A noção de hierarquia aflora porque onde existem definições de que certas manifestações emocionais sejam "pobres", deve haver acepções de que outras delas sejam "ricas". Daí por diante, resta-nos estabelecer quais de nós somos pobres e quais de nós ricos, quais de nós primitivos e quais de nós desenvolvidos. E mais do que isso, acima dos pobres e dos ricos de emoção, dos primitivos e dos desenvolvidos, estarão aqueles que possuem o conhecimento de fazer esse discernimento de quem, é quem: "... uma forma de conhecimento [que] se define como ponto de vista privilegiado, contra o qual todas as outras formas de saber e viver são avaliadas" (JOVCHELOVITCH, 2008, p.233).

A partir dessa ética, institui-se a idéia de hierarquia do conhecimento. Assim, alguns terão sua palavra reconhecida, como aqueles que nomeiam, denominam e, por isso, dominam a realidade, enquanto outros serão apenas aqueles que serão os denominados, ou dominados por esses saberes como alvos, ou como seus objetos. Contudo, na hibridização⁵⁶ desses conhecimentos e dos embates entre eles, torna-se difícil precisar quem exerce

⁵⁶ Entende-se que a "... hibridização não é indeterminação total, e sim, combinação de conhecimentos específicos." (CANCLINI, 2005, p.189).

o poder e onde o exerce. Ao mesmo tempo, percebe-se que “onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 1979, p.75).

3.4. Considerações finais: os “técnicos de plantão” e seu espaço na mídia

Para finalizar, queremos voltar ainda a algumas questões a que nos propusemos no início desse artigo: a disposição dos saberes técnicos em fazer o escrutínio das diferenças e o espaço midiático ocupado por esses saberes. Ambos os problemas, a nosso ver, conectados com demandas mercadológicas⁵⁷, que podem colocar tanto a mídia, quanto a ciência sob seu jugo.

O fenômeno que resulta dessa submissão pode ser chamado de “vulgarização científica”: uma tentativa de promotores da cultura científica – ou do que chamamos aqui de “técnicos de plantão” – de elevar o nível de informações do público, no sentido de estabelecer um elo de “utilidade” ou de “aplicações práticas” dos resultados de suas pesquisas. O certo é que o primeiro resultado concreto reverte-se em valor mercadológico imediato para os próprios informantes – tanto os “técnicos de plantão”, quanto os veículos midiáticos – pois “o interesse do grande público pela ciência e tecnologia se manifesta particularmente por meio de um aumento do consumo de produtos culturais relacionados aos saberes científicos e técnicos” (SCHIELE & BOUCHER, 2001, p.364).

⁵⁷ Entende-se para o uso da palavra mercantilização, que “o mercado não é um lugar, como talvez pudesse se dizer do Estado ou da universidade, mas uma lógica organizadora das interações sociais. [...] Mais do que um lugar social, o mercado é este modo de organizar a circulação de bens, mensagens e serviços como mercadorias, que tende na atualidade a reduzir as interações sociais ao seu valor econômico de troca.” (CANCLINI, 2005, p.127).

Contudo, não há uma “partilha do saber”, pois tornar públicos os acontecimentos científicos, na maioria das vezes, não reduz a desigualdade social do saber. “Portanto, o trabalho de vulgarização é essencialmente ideológico: perpetua o cientificismo, na forma que este assumiu no século XX” (SCHIELE & BOUCHER, 2001, p.365). E se “com o desenvolvimento das ciências e das técnicas, Deus cede lugar a outras entidades tutelares que conhecem o bem e o mal, o verdadeiro e o falso e agem em conseqüência disso,” (MAFFESOLI, 2005, p.45), essa tutela pode gerar canonizações extremamente danosas, ainda no cenário contemporâneo. Vide o caso da canonização do conceito de psicopatia e da difusão dele proporcionada pelo livro “Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado” (SILVA, 2008) e, entre outros meios, pela telenovela da Rede Globo de Televisão, “Caminho das Índias.”⁵⁸

Em que pese esse auxílio à mercantilização da ciência, prestado pela mídia, essa última também trabalha por seus próprios interesses mercadológicos, passando a oferecer no dia-a-dia, um pouco daquilo o que todos parecem precisar: a idéia fundamentada em saberes técnicos, da possibilidade do

... controle e [d]o domínio de toda e qualquer forma de perigo. [...] [de] ⁵⁹ eliminar a entrada do grotesco, do monstruoso, do feio, do disforme, do violento, em resumo, de todos os modelos perigosos para as convenções estabelecidas pela civilização. [...] [de] estruturar todas as ações sociais e políticas desde seu início com o objetivo de eliminar diferenças contaminadoras e, portanto, perigosas. (GAUER, 2009, p.85).

⁵⁸ A novela “Caminho das Índias”, da autora Glória Peres, apresentava um personagem psiquiatra, encenado por Estênio Garcia, que reiterava em todas as suas falas de um determinado “conceito” de psicopatia. A construção da telenovela e de alguns personagens teve o auxílio da psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva e a autora da novela, por sua vez, escreveu o prefácio do livro da psiquiatra do qual tratamos aqui. Essa parceria ou mistura, tem se tornado cada vez mais comum, tanto que atualmente, na telenovela “Passione”, o psiquiatra Flávio Gikovate, simula a si mesmo.

⁵⁹ As intervenções entre os colchetes são nossas.

E para tanto, mesmo que saibamos que o “Eu” não existe sem o “Outro”, pois “sem outros não há vida humana propriamente dita e é na nossa relação com os outros entes significativos que encontramos, tanto os recursos ontológicos como sociais, para sermos quem somos” (JOVCHELOVITCH, 2008, p.212), possuímos inúmeras evidências da destrutividade que marca essas relações sociais e históricas. E “o reconhecimento do Outro é um problema difícil e mesmo uma análise rápida da história de nossas relações com a alteridade irá mostrar que ela é feita de medo e segregação, dominação, exclusão e violência” (JOVCHELOVITCH, 2008, p.212).

Construir a imagem do “Outro” como negativa, pensá-lo como aquele que ameaça os valores em que se acredita, aquele que atrapalha a ordem social que se gostaria de estabelecer ou aquele que impede de fazer o uso que se gostaria dos bens a disposição de alguns, maculá-lo na mídia, pintá-lo como inimigo, transformá-lo em estranho ao “Eu”, usurpa sua humanidade e legítimas práticas de segregação. Inúmeras vezes, esses discursos e práticas podem estar ligados a ideais de homogeneização e, em consequência, a tentativas de assimilar ou apartar tudo aquilo que não parece homogêneo, configurando-se dessa forma, em modos totalitários de pensar e agir (GAUER, 2009, p.87).

E quando esse pensamento não parte de somente de determinada racionalidade popular, baseada na vivência pessoal de experiências de violência, por exemplo, mas possui o auxílio “*luxuoso*” das mais diversas teorias e saberes técnico-científicos, eles se consolidam, ainda mais e melhor, como “focos de poder” (FOUCAULT, 1979, p.75). Isso ocorreu, e ocorre, quando, ao longo da história, os saberes técnicos se dispõem a travestir o controle social em poderes discretos de escrutínio dos seres e a justificar contradições sócio-econômicas a partir da hierarquização de competências e incompetências, normalidade e anormalidades, depositadas nos próprios sujeitos, como características internas e inatas.

A principal particularidade desses saberes foi, e é, o deslocamento do sujeito de sua posição de sujeito, para condição de “... objeto de abstrações normativas e instrumento de funções sociais. O indivíduo assim se converte em suporte de uma ação simbólica cujos fins o ultrapassam e para cuja realização passa a constituir unicamente um instrumento” (KARAM, 2009, p. 04). Esse auxílio técnico remonta à Escola Biológico-Positiva (PEDROSO, 2002, p.65) e à Antropologia Criminal, que se originam de pensamentos marcados por fundamentos em gradações evolutivas para adaptação à convivência em sociedade, e pela transposição dessa idéia para além das características físicas e biológicas.

A partir daí, essas teorias espalharam-se também sobre o escrutínio das personalidades a partir do surgimento dos saberes especializados. Dessa forma, “o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico: o exame” (FOUCAULT, 1987, p.143). O exame, nestes termos, só pode ser pensado quando de sujeito para objeto ou quando um saber, nega a perspectiva do outro, ou de alguém envolvido na questão a que se dispõe a pensar. Isso acarreta em dominação: a negação à perspectiva do outro (JOVCHELOVITCH, 2008).

Os discursos apresentados nesse artigo, e sobre os quais buscamos discutir os pressupostos e manifestações, assumem uma perspectiva que “defende” alguns “contra outros”, ou uma perspectiva de direitos parciais – se propõe a auxiliar as pessoas que entende precisarem de meios de proteção, contra outras, contra as quais é preciso tomar algum tipo de medida como normalizar, institucionalizar, segregar. Essa perspectiva elege “seres objetos” sobre os quais versam suas descobertas, e nada, ou muito pouco se coloca, como interlocutora da realidade que se dispõe a analisar. E, em se colocando falsamente “de fora” do problema de análise, populariza conceitos e fornece alvarás de segregação a partir de uma pretensa objetividade. A idéia de objetividade é uma estratégia popular entre aqueles saberes que preferem

ocultar o envolvimento político com o conhecimento que produzem e o impacto devastador que esse conhecimento provoca nas relações sociais.

A nosso ver, essa visão de ciência positivista, ao tentar "... compreender os fenômenos cósmicos desvinculando-os da crença religiosa, não impedi[u]⁶⁰ que se sacralizasse uma nova crença, justamente a crença na 'verdade' científica" (GAUER, 2009, p.13). Uma manifestação disso é o poder que se concede a determinados tipos de conhecimento, de serem considerados legítimos e reconhecidos como conhecimento enquanto a outros se concede a desvalorização e a descrença. (JOVCHELOVITCH, 2008). Desse modo,

... designar os focos [de poder]⁶¹, denunciá-los, falar deles publicamente é uma luta, não porque ninguém ainda tinha consciência disto, mas porque falar a esse respeito – forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo – é uma primeira inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder. (FOUCAULT, 1979, p.76).

Nosso objetivo nesse texto foi o de questionar a disposição dos saberes técnicos em fazer o escrutínio das diferenças e seu espaço midiático. Entendemos que os subterfúgios utilizados por esses saberes e espaços, no sentido de tentar normatizar as diferenças, são recuos estratégicos para o não reconhecimento da subjetividade, como algo singular, construído a partir das relações que as pessoas estabelecem ao longo da vida. Contudo, reconhecer o outro em mim, e o que há de mim no outro, implica em uma responsabilidade bastante arriscada de se assumir.

⁶⁰ Mudamos o tempo do verbo de "impediram" para "impediu" para que ele pudesse concordar com o restante da frase.

⁶¹ A intervenção entre os colchetes é nossa, no sentido de fazer referência ao que Foucault comenta no texto.

Referências

- BASÁGLIA, F.** *Escritos Seleccionados em Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica*. In: AMARANTE, P. (org.) Loucura XXI. Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Garamong, 2005.
- BAUMAN, Z.** *Modernidade e Ambivalência*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- CANCLINI, G. N.** *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- FLORES, R. Z.** A biologia na violência. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2002, vol.7, n.1, pp. 197-202.
- FOUCAULT, M.** *Microfísica do Poder*. 21ª ed. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M.** *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramalhte. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GAUER, R. M. C.** *A fundação da norma: para além da racionalidade histórica* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- GOULD, S. J.** *A falsa medida do homem*. 2ª ed. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martin Fontes, 1999.
- GUARESCHI, P. & VERONESSE, M. V.** *Psicologia do cotidiano: representações sociais em ação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GUARESCHI, P.** *Psicologia Social Crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- JODELET, D.** *Loucuras e Representações Sociais*. Tradução Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2005.
- JOVCHELOVITCH, S.** *Os Contextos do Saber: Representações, comunidade e cultura*. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- KARAM, M. L.** *A Privação da Liberdade: O Violento, Danoso, Doloroso e Inútil Sofrimento da Pena*. Escritos sobre a liberdade vol.7. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.
- LOMBROSO, C.** *O Homem Delinquente*. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 1876/ 2007.

- MAFFESOLI, M.** *A transfiguração do político*. 3ª ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MINAYO, M. C. S. & SOUZA, E. R.** Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 1997, vol.4, n.3, pp. 513-531. ISSN 0104-5970.
- MOSCOVICI, S.** *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 3ª ed. Tradução de Pedrinho Arcides Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- OLIVEIRA, F. O., & WERBA, G. C.** Representações Sociais. In: STREY, Marlene Neves... [et al.]. *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. 8. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2003, p. 104-117.
- PEDROSO, C. R.** *Os Signos da Opressão: História e Violência nas Prisões Brasileiras*. Coleção Teses e Monografias vol.5. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- PEDROSO, M. P. & GUARESCHI, P. A.** As representações do preso em "Estação Carandiru". *Revista FAMECOS*, v. 17, n. 1, p. 94-111. Porto Alegre: janeiro/abril, 2010.
- SCHIELE & BOUCHER.** A exposição científica: uma maneira de representar a ciência. In: JODELET, D. (org.) *As Representações Sociais*. Tradução Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 363- 378.
- SCHMITT, R.; PINTO, T. P.; GOMES, K. M.; QUEVEDO, J. & STEIN, A..** Personalidade psicopática em uma amostra de adolescentes infratores brasileiros. *Rev. Psiq. Clín.* 33 (6); 297-303, 2006, p.5.
- SILVA, M. L.** *Eugenia, Antropologia Criminal e Prisões no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- SILVA, A. B. B.** *Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- VARELLA, D.** *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ANEXO 1

Tabela 8 Discursos Lombrosianos e neo-lombrosianos com referências

TABELA 2 – DICURSOS LOMBROSIANOS E NEO-LOMBROSIANOS – COM REFERÊNCIAS		
“... documentos que distinguem os delinquentes natos dos habituais ou ocasionais.” (LOMBROSO, 1876, p.29)	“Eles estão por toda parte, perfeitamente disfarçados de gente comum, e assim que suas necessidades internas de prazer e luxúria, poder e controle se manifestarem, eles se revelarão como realmente são: feras predadoras.” (SILVA, 2008, p. 42).	“... era um imbecil moral [...] A diferença entre o delito e a demência...” (LOMBROSO, 1876, p.83).
“... distinguir um malandro e um ladrão de um homem honesto e pacífico cidadão...” (LOMBROSO, 1876, p.45).	“É realmente completa a indiferença diante das próprias vítimas e ante o sanguinário testemunho dos seus delitos. É o caráter constante de todos os delinquentes habituais, que bastaria para distingui-lo do caráter do homem normal.” (LOMBROSO, 1876, p.54).	“... não se observa [...] em pessoas normais.” (LOMBROSO, 1876, p.30).
“... um psicopata de carteirinha.” (SILVA, 2008, p.189).	“Mas quem são essas criaturas tão nocivas?” (SILVA, 2008, p.16)	“... nosso emérito facinora...” (LOMBROSO, 1876, p.55).
“Esses ‘predadores sociais’ com aparência humana estão tão aí, misturados conosco, incógnitos, infiltrados em todos os setores sociais.” (SILVA, 2008, p.16).	“Eles vivem entre nós, parecem fisicamente conosco, mas são desprovidos deste sentido tão especial “a consciência.” (SILVA, 2008, p.35).	“... indivíduos verdadeiramente maléficos e ardilosos utilizam ‘disfarces’ tão perfeitos que acreditamos piamente que são seres humanos como nós.” (SILVA, 2005, p.35).
“O que assusta nessas pessoas é que elas parecem gente tão comum, tão gente igual a gente.” (Glória Perez – escritora e novelista – Prefácio do livro <i>Mentes Perigosas</i> , p.11).	“O psicopata ele domina a arte da intriga, da manipulação, mesmo porque eles são demasiadamente cerebrais, eles não estão envolvidos emocionalmente com ninguém. Eles não sentem na verdade nenhum tipo de emoção. Eles fingem que sentem, representam as emoções e assim passam como pessoas comuns. Como gente. Como todo mundo...” (Stênio Garcia, cap.57, Nov. Caminho das Índias, disponível em http://www.youtube.com/watch?v=RJ7ANFj7wc&feature=related > acessado em 08/11/2010).	“A cadeia seria menos perigosa com essas mentes malignas ocupadas.” (VARELLA, 1999, p.124)
“...a escala PCL-R está consolidada como instrumento de diagnóstico de psicopatia, tanto para fins de pesquisa quanto para fins forenses.” (Schmitt, R.; Pinto, T. P.; Gomes, K. M.; Quevedo, J.; Stein, A., <i>Rev. Psiq. Clin.</i> 33 (6); 297-303, 2006, p.5)	“Isso significa dizer que, provavelmente, esses indivíduos prescindem de empatia, remorso e respeito pela dor e o sofrimento alheios.” ((Schmitt, R.; Pinto, T. P.; Gomes, K. M.; Quevedo, J.; Stein, A., <i>Rev. Psiq. Clin.</i> 33 (6); 297-303, 2006, p.5)	Os resultados desse estudo levantam a possibilidade da existência de dois grupos distintos de adolescentes infratores: com e sem psicopatia. (Schmitt, R.; Pinto, T. P.; Gomes, K. M.; Quevedo, J.; Stein, A., <i>Rev. Psiq. Clin.</i> 33 (6); 297-303, 2006, p.6)
“Essa insensibilidade moral dos delinquentes...” (LOMBROSO, 1876, p.58).	“É importante ter em mente que todos os psicopatas são perigosos, uma vez que eles apresentam graus diversos de insensibilidade e desprezo pela vida humana.” (SILVA, 2008, p. 129)	“... levaram-se a suspeitar que haja neles uma sensibilidade à dor, mais abafada do que a das pessoas comuns.” (LOMBROSO, 1876, p.47).
“Qualquer que seja o grau de gravidade, todos, invariavelmente, deixam marcas de destruição por onde passam, sem piedade.” (SILVA, 2008, p.17)	“... criaturas desprovidas de afetividade.” (SILVA, 2008, p.18)	“Os psicopatas são verdadeiros ‘predadores sociais’ em cujas veias e artérias corre um sangue gélido.” (SILVA, 2008, p.37).
“Mas, quem conviveu, ainda por pouco tempo, no meio desses infelizes, adquire a certeza de que eles não têm remorso.” (LOMBROSO, 1876, p.160).	“Os psicopatas são seres sem coração mental. Seus cérebros são gelados.” (SILVA, 1876, p. 148).	“... a idéia do justo e do injusto não é apagada, plenamente, em todos os delinquentes, mas esta se torna estéril, porque é mais comprimida na mente do que sentida no coração e é sempre sufocada pela paixão e pelo hábito.” (LOMBROSO, 1876, p.164)
“Essa primeira e importante regra se traduz no remédio amargo de aceitar que os psicopatas existem de fato e que eles literalmente não possuem consciência genuína.” (SILVA, 2008, p.177).	“... eles não têm sentimentos para serem feridos.” (SILVA, 2008, p.184).	“É escassa neles a afeição.” (LOMBROSO, 1876, p. 66).
“Falta-lhes o sentimento afetivo e senso moral; nasceram para cultivar o mal e para cometê-lo.” (LOMBROSO, 1876, p. 201)	“O primeiro a apagar é o sentimento de compaixão pela desgraça alheia...” (LOMBROSO, 1876, p.53).	“... alvejadas por esses ‘seres bipedes’ que sugam nosso sangue e vampirizam nossa alma.” (SILVA, 2008, p.17).
“... no verdadeiro criminoso nato, e que tem, de outra parte, uma base orgânica.” (LOMBROSO, 1876, p.58).	“... os psicopatas apresentam atividade cerebral reduzida nas estruturas relacionadas às emoções em geral” (SILVA, 2008, p.79).	“... mostraram que muitos desses deficientes têm graves distúrbios no sistema nervoso...” (LOMBROSO, 1876, p.50).
“Talvez esse seja o principal motivo para explicar porque os seres humanos já vêm de fábrica com um dispositivo para distinguir o certo do errado.” (SILVA, 2008, p.156)	“... aflora a moralidade inata.” (SILVA, 2008, p.156).	“Por isso, sua melhor defesa é entender e, principalmente, aceitar que existem pessoas com essa natureza: fria e devastadora.” (SILVA, 2008, p. 177).

<p>“É bastante mais fácil odiar os inimigos do que amá-los ou perdoá-los e isto, independentemente da opção moral de cada um, é uma realidade decorrente da seleção natural.” (FLORES, 2002, p.201).</p>	<p>Identificaram uma combinação explosiva para gerar comportamentos violentos: fragilidades biológicas, estimadas pela presença de problemas neurológicos, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e complicações de parto, combinadas com um ambiente familiar inadequado, especialmente no primeiro ano de vida. (FLORES, 2002, p.199).</p>	<p>“Não existem mentes que ocorram fora de cérebros.” (FLORES, 2002, p. 201).</p>
<p>“... tornam comum inteiramente os delinquentes com os cidadãos.” (LOMBROSO, 1876, p.36).</p>	<p>“... talentos inatos dos psicopatas.” (SILVA, 2008, p.76).</p>	<p>“Porque provam a vaidade instintiva que é característica do criminoso.” (LOMBROSO, 1876, p.35).</p>
<p>“Quanto à índole moral, à afetividade [...] são uma espécie de idiotas morais que não podem dignar-se a compreender o sentimento moral...” (LOMBROSO, 1876, p.200)</p>	<p>“Lógico que não podemos negar que muitas delas são influenciadas pelo meio social ao redor, no entanto outras crianças possuem uma inclinação voraz e inata ao crime. Assim como adultos psicopatas, crianças com essa natureza são desprovidas de sentimentos de culpa ou remorso, características inerentes às pessoas ‘de bem’. São más em sua essência.” (SILVA, 2008, p.140).</p>	<p>“Desta perversa afetividade, deste ódio excessivo e sem causa, desta falta ou insuficiência de freios, desta tendência hereditária múltipla deriva a irresistibilidade dos atos dos dementes morais.” (LOMBROSO, 1876, p.217).</p>
<p>“A parada do desenvolvimento dos centros psíquicos foi provocada, como acontece a algumas doenças mentais, por causas psíquicas em vez de físicas, mas os efeitos são os mesmos.” (LOMBROSO, 1876, p.164)</p>	<p>“Tudo indica que as instruções necessárias na produção de um cérebro capacitado para distinguir o certo do errado já vêm com certificado de fábrica, ou seja, elas estão no DNA de cada um de nós.” (SILVA, 2008, p.152).</p>	<p>“É natural porque os miolos são predispostos por má nutrição desde o nascimento...” (LOMBROSO, 1876, p.218).</p>
<p>“Acresce ainda que por essa forma de malignidade, que é o caráter constante de sua existência, eles fingem serem mais débeis do que são.” (LOMBROSO, 1876, p.51).</p>	<p>“... mentes sombrias de criaturas cujas vidas parecem não ter se desenvolvido totalmente.” (SILVA, 2008, p.19).</p>	<p>“Importante destacar que ninguém vira psicopata da noite para dia: eles nascem assim e permanecem assim durante toda sua existência.” (SILVA, 2008, p.89).</p>
<p>“... Um livro de essência autenticamente psiquiátrica, que demonstra que a psicopatia decorre da própria natureza do ser.” (Arthur Lavigne – advogado criminalista – Prefácio do livro <i>Mentes Perigosas</i>, p.12)</p>	<p>“Os especialistas brasileiros [...] que ganharam o prêmio especial no último congresso da Sociedade Americana de Neurologia, identificaram áreas do cérebro em que há alta atividade diante de julgamentos morais. Entre os anti-sociais, essas regiões não apresentam nenhuma atividade.” (Rev. Veja, 13 fev, 2002, p. 51).</p>	<p>O Video Show pergunta a Stenio Garcia, o Dr. Castanho de Caminho das Índias, sobre psicopatia o anunciando como especialista, já que ele faz um psiquiatra na novela. Ele responde: “... A Glória domina totalmente isso, porque ela estuda muito, ela está totalmente embasada [...] O psicopata é aquele que não tem emoção nenhuma, então ele vai fazendo as maldades dele e vai embora. Vai seduzindo daqui, manipulando dali...” (disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=hr7DVfJB7DY> acessado em 08/11/2010)</p>
<p>“O germe da demência moral e da delinqüência encontra-se, não excepcionalmente, mas normalmente nas primeiras idades do ser humano.” (LOMBROSO, 1876, p.59).</p>	<p>“... independentemente da idade dos assassinos, as respostas se resumem ao fato de serem garotos perversos. Vem à tona novamente a velha história do sapo e do escorpião: é natureza!” (SILVA, 2008, p.140).</p>	<p>“De acordo com esse ponto de vista podemos afirmar que alguns indivíduos menores de 18 anos, independentemente da maturidade biológica de seus cérebros, já possuem uma personalidade disfuncional.” (SILVA, 2008, p.145).</p>
<p>“... por ser incorrigível...” (LOMBROSO, 1876, p.36).</p>	<p>“Chances são para as pessoas que possuem consciência, indivíduos de bom coração.” (SILVA, 2008, p.183).</p>	<p>“Logo, logo você vai descobrir que esse grupo que merece ajuda não inclui pessoas sem consciência.” (SILVA, 2008, p.183).</p>
<p>“Não negocie com o mal!” (SILVA, 2008, p.184).</p>	<p>“Além de recriarem o inferno na cadeia, atrapalha a ressocialização dos detentos que podem ser recuperáveis. É esse um dos principais motivos de o Brasil ter uma taxa de reincidência de crimes tão alta, na casa dos 70%.” (Hilda Morana – psiquiatra forense – Rev. Veja, 13 fev, 2002, p. 51).</p>	<p>“Ouvir dez pessoas é escutar dez histórias, e separar o joio do trigo, um quebra-cabeça que exige preparo intelectual.” (VARELLA, 1999, p.112).</p>
<p>“... que os cega diante de um objetivo a atingir, ou de uma paixão para satisfazer.” (LOMBROSO, 1876, p.57).</p>	<p>“Os psicopatas apresentam uma espécie de ‘pobreza emocional’...” (SILVA, 2008, p.77)</p>	<p>“Pobres como são de inteligência confundem a regra com a exceção...” (LOMBROSO, 1876, 164).</p>
<p>“Para se ter idéia dessa impulsividade de natureza tão e destruidora...” (SILVA, 2008, p.83)</p>	<p>“... as emoções dos psicopatas são tão superficiais que podem ser consideradas algo bem similar ao que denominam ‘proto-emoções’ (respostas primitivas às necessidades imediatas).” (SILVA, 2008, p.78).</p>	<p>“Uma das características mais singulares do homem primitivo ou em estado de selvageria...” (LOMBROSO, 1876, p.30).</p>

Fonte: Tabela confeccionada a partir das fontes citadas em cada recorte de texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Prender alguém, mantê-lo na prisão, privá-lo de alimentação, de aquecimento, impedi-lo de sair, de fazer amor, etc., é a manifestação de poder mais delirante que se possa imaginar” (FOUCAULT, 1979, p.72-73). Mas não faltam reiteradas racionalizações que continuamente se somam, ou se revezam, na defesa da prisão como solução para toda a sorte de querelas ou dissidências sociais. E pior do que isso, argumentos que inúmeras vezes confundem justiça com pena de prisão e

os mitos mais grosseiros se impõem porque existe sempre uma relação inversa entre o grau de irracionalidade e brutalidade do poder repressivo e o nível de elaboração do discurso que procura legitimá-lo, e também porque se adequam melhor às demandas publicitárias (ZAFFARONI, 2007, p.59).

Quanto mais movediços os terrenos sociais, econômicos e políticos, mas cruéis as propostas de ordem e homogeneização. Vender o poder punitivo como estratégia de controle social é tática dos políticos e dos burocratas, e a ocupação preferida, porque lucrativa, dos técnicos de plantão.

O êxito comercial da proposta promove seu aprimoramento a cada dia e faz com que se acredite naquilo que obtém sucesso publicitário. Afinal de contas, “os especialistas que aparecem não dispõem de dados empíricos sérios, são palpiteiros livres, que reiteram o discurso único” (ZAFFARONI, 2007, p.75). Discurso que, se considerar necessário como argumento de convencimento, inclui as vítimas no primeiro plano publicitário, colocando seu sofrimento e sua fragilidade à disposição dos poderes diagnósticos, punitivos e coercitivos.

Chegando às últimas páginas desse trabalho entendemos que precisamos ao menos saber quais não são as alternativas viáveis: as prisões de concreto e as grades com seus aparatos técnico-burocráticos; as prisões dos projetos inacabados e do sentimento brasileiro de precariedade; as prisões do presenteísmo midiático alienante; as prisões dos abusos técnicos com seus

manuais diagnósticos. Entendemos que a “... rápida sucessão de inimigos [propostas por essas alternativas]⁶² aumenta a angústia e reclama novos inimigos para acalmá-la...”⁶³ (ZAFFARONI, 2007, p.69). Contudo, nossa compreensão, mencionada no primeiro artigo, de que a superação da lógica prisional, entre outras coisas, incluiria a superação da lógica da falta civilizatória brasileira, a superação da lógica da emergência contemporânea da prisão como problema a-histórico e a superação da lógica higiênico-eugênica da norma, como aquilo que ratifica o desvio como desvio e sustenta o poder político e técnico científico de estabelecê-la, confronta-se com as propostas de mundo apresentadas nos dados analisados pelo segundo e pelo terceiro artigo.

O segundo artigo mostra que os principais argumentos utilizados pelo Jornal Zero Hora para discutir a questão prisional no Rio Grande do Sul ocultam os aspectos sócio-históricos envolvidos no problema prisional, gerando um elemento ideológico que denominamos de “presenteísmo midiático alienante” – uma impossibilidade de reter a noção histórica dos fenômenos apresentados. É como se uma nova história fosse contada a cada dia gerando a sensação de não haver passado na história prisional. As conseqüências devastadoras desse fenômeno são a possibilidade de invenção de “crises instantâneas” para a instituição – gerando estados de necessidade e de exceção – e a perenização de uma ideologia prisional que acaba dando voltas em torno de si mesma e buscando a resolução dos problemas com mais do mesmo – mais recursos, mais funcionários, mais presídios.

⁶² O texto entre colchetes é nosso.

⁶³ A criação de inimigos na criminologia remonta à era medieval. No direito pré-moderno, Platão “... desenvolveu pela primeira vez no pensamento ocidental a idéia de que o infrator é inferior devido à sua incapacidade de aceder ao mundo das idéias puras e, quando esta incapacidade é irreversível, ele deve ser eliminado. Protágoras sustentava uma teoria preventiva geral e especial da pena, mas também postulava um direito penal diferenciado, segundo o qual os incorrigíveis deveriam ser excluídos da sociedade.” (ZAFFARONI, 2007, p.83).

Nosso terceiro artigo aponta para a disposição dos saberes técnicos em fazer o escrutínio das diferenças e para o espaço midiático ocupado por esses saberes. Ambos os problemas, a nosso ver, conectados com demandas mercadológicas, que podem colocar tanto a mídia, quanto a ciência sob seu jugo. Os discursos apresentados nesse artigo assumem, a nosso ver, uma perspectiva que defende algumas pessoas em detrimento de outras, e elege “seres objetos” sobre os quais versam suas descobertas, se colocando falsamente de fora do problema de análise. Assim, popularizam conceitos controversos e fornecem alvarás de segregação a partir de uma pretensa objetividade como “... uma forma de conhecimento [que] se define como ponto de vista privilegiado, contra o qual todas as outras formas de saber e viver são avaliadas” (JOVCHELOVITCH, 2008, p.233).

Dessa forma, consideramos, interrompendo esse trabalho, já que a perspectiva de finalizá-lo não nos parece possível, que as propostas de mundo acerca da pessoa presa, dos presos em potencial e da instituição prisional refletem ainda, uma “visão da sociedade como matéria bruta flexível a ser moldada e adequadamente conformada por arquitetos armados de um projeto adequado...” (BAUMAN, 1999, p.45).

Os empregos ideológicos dessas propostas de mundo, e como elas se posicionam no sentido de assegurar a permanência histórica das prisões como mecanismos de controle social, desconsideram grande parte dos seres humanos, representando-os como inimigos, que devem transmutar-se em “... tijolos com os quais [se deve] construir uma nova ordem ou entulho que deve ser removido para limpar o terreno da construção.” (BAUMAN, 1999, p.46).

É o que poderíamos chamar de uma “racionalidade excessiva” que possui como centro o uso instrumental da vida e dos processos que envolvem o viver, demonstrando como os saberes se enfrentam e competem na esfera social. Entender como esses saberes se comunicam e se transformam é o problema do psicólogo social. (JOVCHELOVITCH, 2008).

REFERÊNCIAS

- BAUER, M. W. & GASKELL, G.** (editores). *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BAUMAN, Z.** *Globalização: as consequências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.
- BAUMAN, Z.** *O mal-estar na pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama & Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BERGER, P. L. & LUCKMANN, T.** *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BERNARDET, J. C.** *O que é cinema*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ELIAS, N., & SCOTSON, J. L.** *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.
- FOUCAULT, M.** *Microfísica do Poder*. 21ª ed. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M.** *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramalhte. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GALEANO, E.** *O teatro do bem e do mal*. 2ª ed. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L &PM, 2008.
- GOFFMAN, E.** *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GUARESCHI, P.** Consciência Social. In: *Psicologia social crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- JOVCHELOVITCH, S.** *Os Contextos do Saber: Representações, comunidade e cultura*. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BARROS, M.** *Poesia Completa*. São Paulo: Leya, 2010.
- KARAM, M. L.** *A Privação da Liberdade: O Violento, Danoso, Doloroso e Inútil Sofrimento da Pena*. Escritos sobre a liberdade vol.7. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

- MATSUMOTO, A. E.** Reflexões sobre segurança pública e políticas de encarceramento: desafios para a psicologia social. Mesa Redonda: Reflexões sobre as instituições penais e políticas de segurança pública no Brasil. *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*, 2009. Disponível em
<http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/424.%20reflex%20sobre%20seguran%C7a%20p%DAblica%20e%20pol%C7ticas%20de%20encarceramento.pdf> acesso em 20 mai. 2010.
- MOSCOVICI, S.** *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. 3. ed. Tradução Pedrinho Arcides Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- OLIVEIRA, F. O., & WERBA, G. C.** Representações Sociais. In: STREY, Marlene Neves... [et al.]. *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. 8. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2003, p. 104-117.
- PERROT, M.** *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1988.
- THOMPSON, J.** *Ideologia e cultura moderna: teórica crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6. ed. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- TURNER, G.** *Cinema como prática social*. Tradução de Mauro Silva. São Paulo: Summus, 1997.
- ZAFFARONI, E. R.** *O inimigo no direito penal*. (2ª ed.) Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.